11/80
BR.AM.WT.16/44
I.28
CIMI - NACIONAL
Fonte AI/WA 1
Data 1.11.80 P 22
BR.AM.WT.16/44
DUPLICATA

A GUERRA DE EXTERMÍNIO CONTRA OS WAIMIRI EATROARI

"Bem sei que muita gente, entre ela a maioria dos letrados, estranha e condena a História escrita assim com tão grande franqueza. Se os historiadores escrevessem assim era bem possível que muitos desses crimes fossem evitados / por se arreceiarem os criminosos da / execração pública".

(General Alipio Bandeira
" Jauapery",
Manaus, 1926,
pg.40)

Setor Documentação
CIMI Norte I

II. 1850-1968: A RESISTÊNCIA A INJUSTA INVASÃO

As agressões aos povos indígenas da região de Roraima e da região do Estado do Amazonas, que se extende ao Norte de Manaus e Itacoatiara, tem uma história de mais de 300 anos. Nesta História de violência alguns povos desapareceram totalmente, como os Manauas.

Limitamo-nos a dois deles que continuam até hoje resistindo a / essa invasão: os Waimiri e Atroari. Mais precisamnete, limitamo-nos a História desses povos a partir de 1850, quando começa a aparecer uma documentação escrita mais abundante a respeito. É a partir da 2ª metade do século passado que se começa a configurar uma união dessas / nações na risistência ao invasor, união que perdura até hoje.

Invasão da Terra

Nessa História de agressões, distingue-se antes de mais nada uma constante invasão dos territórios das nações Waimiri e Atroari, por / meio de embarcações, a pé, por meio de aviões e máquinas de construções de estradas. Sempre de armas em punho, os agressores ferem e matam com o apôio tácito ou explícito do Estado Brasileiro. Levam consigo as doenças, instalam casas e cercas para definir "suas propriedades particulares", um verdadeiro câncro para a cultura, as tradições e as terras desses povos.

O governo dos invasores justifica o seu crime por meio de suas / leis capitalistas. Mais especificamente:

- necessidade de um caminho para trazer gado para abastecer a cidade de Manaus;
- coleta de produtos de exportação para mercados nacionais e estrangeiros: Balata, borracha, castanha ...

Saque do Habitat

Em verdade estabeleceu-se nos territórios desses povos um clima de saque, sem inquerir por sua legalidade. Os produtos básicos de subsistência (peixe, tartaruga, tracajá, jacarés, castanha...) dos Waimiri e atroari, foram assaltados sem que os mesmos fossem consultados, / ao contrário os invasores foram-se apropriando como se fossem os "donos absolutos" de tudo.

Balateiros, pescadores, caçadores e coletores dirigiam-se periodicamente aos territórios Waimiri e Atroari, com a finalidade de explorar economicamente aquelas terras. Durante várias décadas os índios viram os seus territórios, todos os anos, invadidos, as suas roças e malocas depredadas por dezenas de trabalhadores que vinham a serviço / de firmas nacionais e estrangeiras.

Escravidão

Repetidas vezes, o Estado Brasileiro e particulares tentaram escravizar os Waimiri e Atroari às obras públicas da Província. Pessoas desses povos foram capturadas à força, vendidas e compradas no mercado de Manaus como escravos. Foram doadas à famílias "ilustres" da capital da Província, onde eram forçadas a servir como escravas.

Massacres e Resistências

Mas os Waimiri e Atroari se organizaram, resistiram e reagiram contra a injusta agressão física ao seu povo. Como consequência, foram/ impiedosamente punidos e sistematicamente mortos. "Caçados à bala / como animais selvagens ou mortos à punhaladas"(1). As suas aldeias/ eram saqueadas e queimadas. Os cadáveres largados para os corvos ou urubus. A partir de 1850 até a presente data os massacres contra os Waimiri e Atroari, entraram praticamente na rotina anual. Como não se rendiam à escravidão, chegaram a ser arrastados para a capital e retidos ali como prisinoneiros de guerra no Quartel do Exército. / Tratados, semanas e semanas, como palhaços da população local, sem/ que alguém acudisse em sua defesa.

Os seus instrumentos de sobrevivência e transporte: as ubás / (pequenas embaracações ou canoas) eram sem mais aprisionadas roubadas ou metidas à pique pelos invasores.

São raros os registros do número de vítimas desses massacres. Só através de relatórios feitos com base geralmente nas observações do povo regional ou de alguns participantes se tem notícias incom-/ pletas.

Abaixo alguns dados a respeito:

ANO	DIA	VÍTIMAS ou REFERÊNCIA	AUTOR e Mandante
1856	-	"banho de sangue" "com incrível crueldade"	Oficial Manoel P. de Vasconcelos.
Da mesma época	-	"outros não menos inclementes"	-
1873	-	Dois massacres:	
		1)-"morticínio horroroso, inconcebível"."Num lago encontrou grande/ número de corpos, que boiavam"	Cel.João Rego B. Falcão
		2)-"custou a vida de muitos índios"/ "O número de mortos foi extraordinário".	Tte. Pastana.. Governo do Estado
1874	-	"passou todo o ano a caçar índios// no Jauaperi"	Tte. Antônio de Oliveira Horta.
	20/10/74	"foram mortos um número superior a 200".	"
	21/11/74	"outro massacre de grandes proporções".	"
	22/11/74	"morreram muitos".	"
	23/11/74	"seguiu uma força para o theatro onde na véspera se dera o drama de sangue. Ahi encontrou, 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das árvores, onde estavam trepados silenciosos. Apontavam a arma,/ descarregavam... cahiram todos, à / excepção de um que ficou preso a um galho".	
1875	-	"grande mortandade".	Governo do Estado Tenente Henry Ea

Massacres e Resistências

Mas os Waimiri e Atroari se organizaram, resistiram e reagiram contra a injusta agressão física ao seu povo. Como consequência, foram/ impiedosamente punidos e sistematicamente mortos. "Caçados à bala / como animais selvagens ou mortos à punhaladas"[1]. As suas aldeias/ eram saqueadas e queimadas. Os cadáveres largados para os corvos ou urubus. A partir de 1850 até a presente data os massacres contra os Waimiri e Atroari, entraram praticamente na rotina anual. Como não se rendiam à escravidaõ, chegaram a ser arrastados para a capital e retidos ali como prisinoneiros de guerra no Quartel do Exército. / Tratados, semanas e semanas, como palhaços da população local, sem/ que alguém acudisse em sua defesa.

Os seus instrumentos de sobrevivência e transporte: as ubás / (pequenas embaracações ou canoas) eram sem mais aprisionadas roubadas ou metidas à pique pelos invasores.

São raros os registros do número de vítimas desses massacres. Só através de relatórios feitos com base geralmente nas observações do povo regional ou de alguns participantes se tem notícias incom-/ pletas.

Abaixo alguns dados a respeito:

ANO	DIA	VÍTIMAS ou REFERÊNCIA	AUTOR e Mandante
1856	-	"banho de sangue" "com incrível crueldade"	Oficial Manoel P. de Vasconcelos.
Da mesma época	-	"outros não menos inclementes"	-
1873	-	Dois massacres:	
		1)-"morticínio horroroso, inconcebível"."Num lago encontrou grande/ número de corpos, que boiavam"	Cel.João Rego B. Falcão
		2)-"custou a vida de muitos índios"/ "O número de mortos foi extraordinário".	Tte. Pastana.. Governo do Estado
1874	-	"passou todo o ano a caçar índios// no Jauaperi"	Tte. Antônio de Oliveira Horta.
	20/10/74	"foram mortos um número superior a 200".	"
	21/11/74	"outro massacre de grandes proporções".	"
	22/11/74	"morreram muitos".	"
	23/11/74	"seguiu uma força para o theatro onde na véspera se dera o drama de sangue. Ahi encontrou, 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das árvores, onde estavam trepados silenciosos. Apontavam a arma,/ descarregavam... cahiram todos, à / excepção de um que ficou preso a um galho".	
1875	-	"grande mortandade".	Governo do Estado Amazonas Ma

Massacres e Resistência

Mas os Waimiri e Atroari se organizaram, resistiram e reagiram contra a injusta agressão física ao seu povo. Como consequência, foram/ impiedosamente punidos e sistematicamente mortos. "Caçados à bala / como animais selvagens ou mortos à punhaladas"[13]. As suas aldeias/ eram saqueadas e queimadas. Os cadáveres largados para os corvos ou urubus. A partir de 1850 até a presente data os massacres contra os Waimiri e Atroari, entraram praticamente na rotina anual. Como não se rendiam à escravidão, chegaram a ser arrastados para a capital e retidos ali como prisinoneiros de guerra no Quartel do Exército. / Tratados, semanas e semanas, como palhaços da população local, sem/ que alguém acudisse em sua defesa.

Os seus instrumentos de sobrevivência e transporte: as ubás / (pequenas embaracações ou canoas) eram sem mais aprisionadas roubadas ou metidas à pique pelos invasores.

São raros os registros do número de vítimas desses massacres. Só através de relatórios feitos com base geralmente nas observações do povo regional ou de alguns participantes se tem notícias incom-/ pletas.

Abaixo alguns dados a respeito:

ANO	DIA	VÍTIMAS ou RESISTÊNCIA	AUTOR e Mandante
1856	-	"banho de sangue" "com incrível crueldade"	Oficial Manoel P. de Vasconcelos.
Da mesma época	-	"outros não menos inclementes"	-
1873	-	Dois massacres:	
		1)-"morticínio horroroso, inconcebível"."Num lago encontrou grande/ número de corpos, que boiavam"	Cel.João Rego B. Falcão
		2)-"custou a vida de muitos índios"/ "O número de mortos foi extraordinário".	Tte. Pastana. Governo do Estado
1874	-	"passou todo o ano a caçar índios// no Jauaperi"	Tte. Antônio de Oliveira Horta.
	20/10/74	"foram mortos um número superior a 200".	"
	21/11/74	"outro massacre de grandes proporções".	"
	22/11/74	"morreram muitos".	"
	23/11/74	"seguiu uma força para o theatro onde na véspera se dera o drama de sangue. Ahi encontrou, 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das árvores, onde estavam trepados silenciosos. Apontavam a arma,/ descarregavam... cahiram todos, à / excepção de um que ficou preso a um galho".	
1875	-	"grande mortandade".	Governo do Estado

ANO	DIA	VÍTIMAS OU REFERÊNCIA	AUTOR + MANDANTES
1905	-	283 mortos(cf. Major Lima Fig.).(19)	Cap. Júlio Catingueira
		300 " (cf. " 14 e 15)	Gov. Constantino Nery.
1928	-	Registra-se a única queixa dos Waimiri e Atroari. Justificaram um ataque feito contra a Firma Penha Cia. Bessa de Manaus, dizendo que o pessoal da Firma mataram dois índios e feriram outros e levaram a doença, morrendo em consequência muitos.	Edgard Penha e José Cândido Bessa.
1949	02/49	72 índios Waimiri bárbaramente trucidados (22).	Caçadores de jacarés

Outra via para se chegar a ter uma ~~pequena~~ visão da realidade dos massacres sofridos é através dos dados estatísticos que temos à mão.

ANO	POPULAÇÃO	FONTE
1905	6.000	Koch-Kruenberg
1968	3.000	FUNAI
1974	2.000	FUNAI
1975	600-1.000	FUNAI

Agressão Gratuita

Em quase toda essa História dos Waimiri e Atroari, verifica-se / que a brutalidade contra esses povos foi tamanha que ao simples aparecimento do índio, ainda que tenha sido com intenções pacíficas, o invasor sentia-se agredido. E retribuia tal atitude do Indio, com desproporcionais agressões, matando e seguidamente reunindo a Fôrça Pública/ e lançando-a contra os indígenas que "ousaram" aparecer, fora dos seus esconderijos da mata. Mais, não raras vezes, até a mera suspeita de / que algum índio estivesse escondido nalguma mata próxima se transformava em crime e aldeias inteiras foram punidas em consequência.

O Mito da Crueldade Waimiri e Atroari

A resistência justa dos índios à gratuita agressão, deu ocasião/ a um novo tipo de guerra. A guerra ideológica. Criou-se o mito dos ataques, dos massacres e da crueldade dos Waimiri e Atroari. Mito que logo criou raizes na população ribeirinha, espalhou-se pela região amazônica. Esse mito justificou e mitificou os bugreiros, os matadores ou / caçadores de índios Krichanãs ou Waimiri-Atroari e também a intervenção frequente do Exército. (justificou)

A ação dos invasores revestia-se normalmente da mais vil covardia, matando indiscriminadamente indefesos: homens, mulheres e crianças. Muitos desses facínoras ficaram na memória da população regional que / os glorifica como heróis. Celebrizaram-se:

Os civis: Manoel Gonçalves, o Bicudinho. O professor Arruda da Vila de Moura, Camilo Gonçalves de Oliveira Netto e Edgard Penha.

Os militares: Cap. José Caseniro Ferreira do Prado, Cap. Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, o Oficial Manoel Pereira de Vasconcelos, Brigadeiro João de Rego Barros Falcão, Tte. Pastana, Tte. Antônio de Oliveira Horta, Tte. José Joaquim de Paula Madureira, Tte. Emílio Augusto de Oliveira, Tte. Malaquias José Netto e o Cap. Júlio Catingueira.

O religioso: Fr.José Maria Villa, que conseguiu do Estado um substancial reforço de soldados para defender a população regional invasora dos territórios dos Waimiri e Atroari.

A ideologia do Indio bruto, ~~esse vinha sendo~~ selvagem e agressor era ensinada nas escolas, havendo um professor, como vimos acima, que se distinguiu e se celebrizou pela crueldade num massacre contra os Waimiri e Atroari, ocorrido em 1874, quando degolou brutalmente um índio. Por esse e outros exemplos, as crianças eram introduzidas, desde pequeninas, na crueldade contra aqueles povos, ou pelo menos, a aceitarem-na como acontecimento normal e justificável. No ano de 1874, após um grande massacre contra os Waimiri e Atroari, dirigido pelo Tte. Emílio Augusto de Oliveira, executado de forma gratuita, a soldadesca trouxe, "atravessado em uma ubá, a reboque da lancha, o cadáver de um Indio que arrastado por uma praça da freguesia, esteve em exposição, sendo depois lançado ao rio"(27).

Catequese

Frustrados os esforços de dobrar os Waimiri e Atroari à fôrça bruta, o Estado Brasileiro contratou e enviou missionários, sempre porém, apoiados e respaldados com armas e recursos públicos. O objetivo era derrotar a resistência desses povos. Mas os Waimiri e Atroari, continuaram resistindo e uma vez mais não aceitaram e derrotaram essa capciosa tentativa de domesticá-los à civilização.

Humilhados

Os Waimiri e Atroari sofreram também as mais variadas agressões, morais. Foram tratados e manipulados como menores, tutelados, imbecis, selvagens, tarados, ingenuos e feras.

A sua História foi deturpada. A sua História Pre-colombiana foi totalmente ignorada e desprezada. A História do Contato só pode ser lida e pesquisada, cá e lá, nas entrelinhas da falsa História a seu respeito, escrita ou contada, ou então através da tradição do povo regional cheia de preconceitos contra o Indio. Assim a maioria das injustas agressões e massacres cometidos pelos invasores e pelo Estado Brasileiro fica na penumbra da História.

Tentativas de Pacificação dos Invasores

Avaliando e analisando ao longo da toda essa História, as atitudes dos Waimiri e Atroari, fica patente o seguinte:

- Os Waimiri e Atroari só atacaram, feriram ou mataram dentro do seu território tradicional e efetivamente ocupado.
- Os índios penetraram por diversas vezes para fora do seu habitat, para o meio do mundo dos invasores. Os relatos dessas penetrações, inclusive dos famosos "ataques" ao povoado de Moura, não se referem às vítimas causadas pelos Waimiri e Atroari à população regional.

O certo é que, durante essa longa e dolorosa História, os Waimiri

Setor Documentação Norte I

Atroari fizeram repetidas tentativas de pacificar os invasores, empreendendo criteriosas expedições de aproximação pacífica para o mundo dos invasores. Tôdas essas tentativas foram infrutíferas. A maioria delas transformou-se em motivo de traiçoeiros ataques que custaram a vida de centenas de membros das comunidades dessas nações. Esses ataques quase sempre foram promovidos, também nestas circunstâncias, pelas autoridades máximas do Estado, utilizando-se do instrumental bélico mais moderno da Fôrça Pública, abastecida constantemente pelo mesmo Estado.

Há Séculos sem Paz

Todas as gerações de Waimiri e Atroari que nasceram e viveram nos últimos 300 anos, não sabem o que é tranquilidade. Foram forçadas pelo Estado Brasileiro e por firmas e pessoas particulares, a viverem, dentro do seu próprio habitat sagrado, num clima de constante sobressalto, clima que as forçou a evacuarem, não raras vezes e às pressas, as suas famílias do curso inferior para os altos dos rios, deixando tudo para trás.

Impunidade e Participação Oficial

Muitas expedições contra esses povos foram preparadas ostensiva e publicamente em Manaus com o apôio da população local, políticos e autoridades do Estado, contratando-se para esses empreendimentos, não apenas soldados, mas os mais conhecidos facínoras da região.

Não é desconhecer porisso que os crimes cometidos contra os povos Waimiri e Atroari, seja por autoridades civis e militares, seja por particulares, permanecessem ~~é~~ até hoje impunes.

A absurda agressividade chegou ao ponto em que um legislador o Deputado Pedro Marinho, propunha à Assembléia Legislativa do Estado a gratificação de Cr$ 1.000,oo para quem trouxesse a Manaus um Waimiri.

As pessoas que tentaram, oficial ou pessoalmente, uma nova ordem e mentalidade na região, a saber, de um mínimo de respeito ao Indio, foram perseguidas e até torturadas com a conivência, apôio e participação do Estado.

Agressão à Cultura e Participação Estrangeira

Muitos regionais que invadiram o território desses povos, vinham a serviço de pessoas e grupos estrangeiros.

Algumas vêzes, houve inclusive tentativas de utilizar e estudar os Waimiri e Atroari como objetos de curiosidade por parte de nacionais e de estrangeiros.

A cultura dos Waimiri e Atroari foi pisoteada de todas as formas. E o constante clima de agressão, perseguição e depredação do habitat, obrigou-os a abandonar elementos essenciais de sua cultura. A coleta de frutas e a caça da fauna do baixo dos rios, na época da estiagem, ~~éra~~ tornaram-se impossíveis, obrigando os Waimiri e Atroari a reformular a sua cultura, adaptando-a aos altos dos rios e igarapés e ao clima de insegurança permanente.

Observação: Para essa IIa. parte confira em anexo os documentos citados no final de 1 a 22 e 27 a 29, onde se encontram as provas das afirmações acima e maiores informações a respeito.

III. "A POLÍTICA OFICIAL DO GOVERNO É INTEGRAR O ÍNDIO": 1968-1980

Desde 1500 todo o contato das nações indígenas com o invasor europeu e seus descendentes, miscegenados ou não, foi desastroso para o primeiro. Podemos sintetizar em 4 as consequências trágicas sofridas pelas nações índias brasileiras nesse contato: A depopulação (genocídio provocado pelo assassinato de milhares de indígenas e pela transmissão de doenças), a destruição da cultura (etnocídio), a perda da / terra e a tentativa sempre repetida de transformar o índio em mão de obra escrava ou barata do invasor.

Entremeando essa política genocida e etnocida, o Estado Brasileiro tem constantemente aperfeiçoado as suas táticas, tanto para / prosseguir a estrada desse crime, quanto para camuflá-lo, respaldando-se na anuência tácita ou explícita de toda a sociedade invasora.

A questão da terra se tornou particularmente aguda para o indígena a partir de 1850, quando o Governo Brasileiro desapropriou tôdas as terras das nações indígenas, mediante a "Lei de Terras", que entregava ao Estado Brasileiro as terras que não estivessem tituladas.

Até a década de 1960-1970 o Governo Brasileiro sempre teve um / amplo apôio e respaldo no seio da sociedade nacional, para a execução de sua política anti-indígena. Uma expressiva reação se esboçou por volta de 1910, quando o Estado foi forçado a criar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Mas essa reação não conseguiu organizar-se de forma mais permanente. E a política assimilacionista (integracionista), oficial desde 1500, voltou logo a ter o apoio tácito da população, inclusive das autoridades eclesiásticas, que saudava normalmente com muita euforia toda a expansão da sociedade nacional para dentro dos territórios índios.

A ruína dos povos indígenas era interpretada como uma conseqüência fatal de um processo histórico, que se evitava analizar.

Os Waimiri e Atroari, em particular, resistiram ao longo de tôda essa História à tôda essa gama de táticas destruidoras ali aplicadas..Na década de 1940-1950 o próprio órgão oficial de proteção ao índio(SPI), loteou terras desses povos. Diversas vezes o Govêrno tentou ligar, via rodoviária, Manaus a Boa Vista, tendo os índios, porém frustrado a todas as tentativas.

Responsabilidade Inclusiva do Govêrno

A partir de 1967 e 1968, quando se evidenciou o fracasso do SPI, começaram a se organizar lentamente fôrças dentro da sociedade nacional, de apôio e respaldo ao Índio e à organização de uma política para índio. Já em 1969, criou-se a Operação Anchieta(OPAN), que iniciou a formação de indigenistas, fora dos quadros oficiais ou seja da FUNAI. A OPAN encaminhou desde então dezenas de jovens para as áreas indígenas do País e contribuiu para a mudança de métodos missionários da Igreja Católica, bem como para a garantia da aplicação das leis da / FUNAI, definidas em 1975. Em 1972 criou-se o Conselho Indigenista Missionário(CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Posteriormente criaram-se outras entidades de apôio ao Índio:

Associação Nacional de Apôio ao Indio(ANAI), Comissão Pró-Indio(CPI) Grupo Mularo, Grupo de Estudos da Questão Indígena(GEQUI), GAI(Grupo de Apôio ao Indio) e outros, sem falar da vigorosa organização das assembléias indígenas incentivadas particularmente pelo CIMI a partir de 1974. Essas assembléias são hoje uma voz forte que cobre o País e impossível de não ser ouvida.

Assim a determinação do Govêrno Brasileiro de construir a estrada de Manaus a Caracaraí, atravessando o coração do território Waimiri e Atroari à revelia dos índios e da opinião pública nacional, foi a declaração de uma guerra de extermínio àqueles povos, exclusivamente assumida pêlos detentores do poder. Eles executaram a obra sabendo claramente que cometeriam um ato de genocídio. Disto foram repetidas vêzes advertidos por homens públicos e por particulares e repetidas vêzes reafirmaram a determinação "irreversível" da continuação da estrada.

Assim o Pres. da FUNAI, responsável diante do Estado Brasileiro, pelo destino dos Waimiri e Atroari, afirmou na abertura da 81a. sessão do Conselho Indigenista da FUNAI(CIF):"Os Waimiri-Atroari tem constituido problemas emocionais, não só no âmbito do nosso País como também no âmbito internacional(...) Há uma coisa que é certa: a decisão do Governo, que é irreversível, de continuar a estrada. Então, as nossas soluções tem que partir desta premissa: com a estrada... uma alternativa já foi tirada - a da estrada parar. O Govêrno já definiu a sua posição"(26).

Semelhantemente afirmava, na mesma oportunidade outro portavoz oficial, membro do CIF, o Major-Brigadeiro Carlos Alberto F.Jones:"Os antropólogos não devem esquecer que o que interessa ao Govêrno Brasileiro é a integração do Indio na comunidade nacional. Isto é pacífico e consta do Estatuto do Indio. É inexorável e faz parte do desenvolvimento do Brasil. Esse grupo Waimiri-Atroari, dentro da política do Govêrno, terá que ser integrado(...) A estrada tem que ser construída"(26).

"O coronel Arruda,(Comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção) não vê outra solução para o problema dos Waimiri-Atroari senão a sua transferência. "A estrada é irreversível como é a integração da Amazônia ao País. A estrada é importante e terá que ser construida, custe o que custar. Não vamos mudar o seu traçado, que seria oneroso para o Batalhão, apenas para pacificarmos primeiro os índios. A transferência é viável e coerente nas condições em que os fatos se apresentam. Os índios continuarão matando, sejam trabalhadores do BEC sejam da Funai. Por que não levá-los para o Parque Nacional do Xingu? Lá não existem cerca de 14 tribos, vivendo pacificamente?"(O [illegible] 21/01/75).

Não faltaram vozes a advertir sobre as consequências dessa determinação inexorável:"E me arrisco a emitir minha opinião de discutir-se também, a decisão da irreversibilidade da estrada" - questionava o Prof. Olympio Serra(26). Semelhantemente Carlos Moreira Neto advertia o Pres. da FUNAI: " O que me ocorre, é e isto está claro para todos, é que a estrada é um mero começo de um processo de alargamento de ocupação inexorável na área. Não é uma estrada que passa numa reserva indígena. É todo um processo de transformação irreversível. Há ocupação dirigida e expontânea da área já em operação"(26).

O CIMI na sua Va Assembléia Regional de Pastoral Indigenista, realizada em Belém, em janeiro de 1975, dirigiu ao Pres. da FUNAI, Gal. Ismarth de Araújo, um veemente apêlo, para que solicitasse do Govêrno a suspensão dos trabalhos da estrada. Em caso contrário, que a FUNAI abandonasse as suas frentes de atração (FSP 23.01.75). Mas o Gal. Ismarth respondeu à mensagem do CIMI: "Não competindo a FUNAI a decisão da paralização ou não dos trabalhos de construção da rodovia, teremos que planejar e desenvolver o nosso trabalho com a estrada ou sem ela" (35). (O grifo é nosso).

Os antropólogos de modo geral, assim como muitos funcionários da FUNAI, desde o Pe. Calleri até Gilberto Pinto F. Costa, embora não se posicionassem radicalmente contra a construção da estrada na terra dos Waimiri e Atroari, desde o início, contudo, advertiram para a maneira violenta e injusta com que a estrada penetrava no território indígena.

Calleri, quis iniciar o seu trabalho de atração lentamente pelo / rio. Os orgãos governamentais forçaram a mudar o plano e penetrar pela picada da rodovia BR-174, Manaus-Caracaraí que já estava dentro do território Waimiri e Atroari. Calleri com mais 9 pessoas foram mortos em nov. de 1968 como invasores. O seu erro foi prestar-se a levar a efeito uma política capciosa, evidentemente anti-Waimiri e Atroari.

Assim na invasão dos territórios dos Waimiri e Atroari, o Govêrno foi assumindo a partir de 1968, uma política ditatorial, cada dia / mais agressiva e sangrenta contra esses povos.

O mito da irreversibilidade da estrada foi criado e difundido pelos cumpridores de ordem do regime, particularmente da FUNAI, e imposto ao índio e a opinião pública nacional e internacional, consciente / de que se tratava de uma mentira.

Por isso, deveriam ser chamados a esse Tribunal todos os ex-presidentes da FUNAI, unanimente envolvidos no genocídio e etnocídio desses povos: José de Queiros Campos, Gal. Oscar Gerônimo Badeira de Mello, Gal. Ismarth de Araújo Oliveira, Adhemar Ribeiro da Silva, e o atual Cel. João Carlos Nobre da Veiga, além do Cel. Arruda, Comandante do 6º BEC, ao tempo em que se deram as mais vis agressões aos povos Waimiri e Atroari.

A estrada Manaus-Caracaraí é apenas um exemplo de muitas outras estradas genocídas que nesta década rasgaram a terra e a alma de dezenas de povos indígenas do Brasil.

O mesmo se pode dizer com referência à Barragem de Balbina, que, está sendo construída na terra dos mesmos índios. Ela faz parte de todo um programa nacional de barragens que estão sendo construídas em áreas indígenas. Segue uma relação incompleta de outras nações indígenas atingidas por barragens: Assurini e Parakanã no Pa., Tembarembé, Tuchá e Trucá na Ba., Krahô em GO, Kaingang, Xokleng e Guarani nos estados do RS,SC, e PR.

Entrosamento dos Orgãos Oficiais na Guerra às Nações Waimiri e Atroari

Coube à FUNAI o comando da estratégia global do ataque aos Waimiri e Atroari. Frequentemente o Pres. da FUNAI, sobretudo o Gal. Ismarth, em sua política de Pilatos, lavou as mãos diante da opinião pública,/

culpando a"falta de entrosamento entre os diferentes órgãos do Govêrno que atuam na Amazônia Legal"(24), pelo desastroso destino imposto aos/ povos indígenas, particularmente aos Waimri e Atroari. Realmente nunca existiu um entrosamento entre os diversos órgãos oficiais que atuam na Amazônia, para uma ação pró-índio Waimiri e Atroari, como não existiu em favor de nenhum povo indígena. Mas o que existiu e funcionou muito bem, pelo menos a partir de 1968, foi um ótimo entrosamento desses órgãos numa bem coordenada ação, visando a destruição e integração dos povos Waimiri e Atroari na sociedade nacional, mediante a construção da estrada BR-174 e a condução do proceso desenvolvimentista nas terras desses povos.

A FUNAI e os demais órgãos do Govêrno, agem no território dessas/ nações, desde o início da construção da estrada, unidos e como donos/ absolutos da terra e do povo, evitando consultar a quem eventualmente pudesse questionar tal atitude.

Um pequeno relance sobre o desenvolvimento dos trabalhos da estrada, sob a constante coordenação de pelo menos três ministérios, nos dará uma pequena visão do perfeito entrosamento da ação contra os Waimiri e Atroari, entrosamento esse que raramente temos visto em trabalhos a favor do povo.

Em 1968, o Exército e o Ministério dos Transpostes, utilizando-se de moderno maquinário, avançaram num primeiro momento, a estrada, quase de surdina, para dentro do território Waimiri e Atroari. Escalonados para a direção dos trabalhos na região, engenheiros e oficiais desumanizados e fanatizados por um progresso que não via o homem. Simultaneamente, foram destinados para abrir caminhos, soldados e trabalhadores brageis totalmente despreparados para entender a sua missão destruidora da terra e vida desses povos. Além do maquinário para romper a mata e rasgar o chão dos Waimiri e Atroari, esses homens tinham ao seu dispôr armas(A Crítica-Manaus 15.4.75) aviões e helicópteros para/ acompanhar constantemente a movimentação indígena. "Enquanto os trabalhadores vão rasgando a selva, pequenos aviões e helicópteros sobrevoam a área das malocas dos Atroaris. Qualquer sinal da presença indígena em direção à frente de trabalho é imediatamente comunicada(JB 23/ 03/73)."

Toda a vez que um funcionário da FUNAI ou trabalhador da estrada/ era atacado pelos índios, as frentes de atração e de abertura da estrada eram recuadas e o Exército tomava conta da região, com um agressivo esquema bélico, aparentemente para recolher os cadáveres e "prosteger os servidores da FUNAI".(A Crít. 15.04.75).(O mesmo também sucedeu em outras frentes de entradas como no rio Jatapu de Amazonas, e em território dos Urubu-Kaapor, em Alto Turiaçu). Foi a esses militares do 6º BEC que a FUNAI confiou, após a morte de Gilberto Pinto, "todos" os seus sertanistas "contratados" que "submetidos, a rigoroso regime de aprendizado no 6º BEC" - Cf. Gal. Ismarth no Diário de Brasília - 12.01.75).

Quando Ismarth, pres. da FUNAI, visitava a região, não deixava de visitar o comandante da Região Militar, o Comandante do 6º BEC e o Comandante do 2º GEC, havendo sempre o melhor dos entrosamentos conforme eles mesmos noticiavam nos jornais.

As cúpulas da FUNAI também entrosaram muito bem com a SUDAM e o INCRA no incentivo ao avanço das frentes de colonização e a instalação de grupos empresariais na região, o real objetivo de todos os esforços do Governo.

Apôio de outras Entidades

Desde o início dos trabalhos o esquema do Govêrno procurou envolver na estratégia anti-indígena a organismos não oficiais, brasileiros e internacionais, como missões religiosas e científicas, bancos...

Desde logo, contou com o apôio firme de empresas nacionais e estrangeiras, com interesses econômicos na região. Grupos empresariais interessados em pecuária, indústria e mineração seguiram de imediato os caminhos abertos pelo Governo, afirmando o seu apôio público à obra, sem questionar o seu custo social. Esse apôio foi fornecido de forma explícita através de financiamentos bancários estrangeiros e nacionais para a estrada e demais obras, dentro do território Waimiri e Atroari. Mais recentemente até o Presidente da França, Giscard D'Estaing veio pessoalmente trazer o seu incentivo público ao Governo, oferecendo financiamento para a construção da Barragem e Hidrelétrica de Balbina, que atingirá de forma desastrosa a fauna dos rios e igarapés onde moram os Waimiri e Atroari e inundará parcialmente a sua área.

Algumas missões evangélicas fundamentalistas de origem americana, a MEVA (veja Revista Geográfica Universal, Novembro de 1979) e o SIL, colaboram há vários anos com a FUNAI na sua política anti-Waimiri e Atroari.

A Igreja Católica, através da Missão Consolata, ofereceu em 1968 os préstimos do Pe. Calleri para coordenar a Ia expedição de atração dos Waimiri e Atroari, organizada pela FUNAI. Após o desastre da expedição a Igreja Católica não mais colaborou. Entretanto, manteve-se até janeiro de 1975 numa política de omissão. As dioceses de Roraima, Manaus e Itacoatiara, onde se localizam as terras desses índios nunca tomaram posição alguma para a defesa desses povos tão violenta e injustamente atingidos pelos programas do Governo.

Oposição à Guerra de Invasão

A Imprensa, através de uma equipe de jornalistas, apontou, desde a morte do Pe. João Calleri, constantemente, para as verdadeiras causas da atitude enérgica dos índios contra os projetos do Govêrno. Essa posição da Imprensa continua mantendo até hoje.

Diversos antropólogos e até alguns funcionários da FUNAI, respaldados pela Lei, também alertaram, repetidas vezes, o Govêrno sôbre os direitos dos índios que vinham sendo violados, embora nem sempre procedissem de forma consequente, mas ao contrário continuavam a prestar os seus serviços a mesma política do Governo.

A partir de janeiro de 1975 a Igreja Católica, através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), iniciou um sistemático bombardeio, através da Imprensa, contra o programa do Governo nos territórios Waimiri e Atroari, programa esse que foi considerado pelo CIMI uma "invasão de Bárbaros" (A Crítica - Manaus, 27.03.75).

Contudo, em momento algum, houve encaminhamento de uma ação judicial contra as arbitrariedades do Govêrno, por meio de particulares ou de alguma dessas supra-citadas entidades.

A Política da FUNAI

Como já vimos acima, a estratégia global do processo de invasão/ e de extermínio dos Waimiri e Atroari foi comandada pela FUNAI, Isto/

fica claro quando se analizam os objetivos e as táticas da FUNAI na área, repetidas vêzes, explícitados pelo Pres. do órgão, pelos Delegados Regionais e pelos chefes das FAWA. Os próprios Waimiri e Atroari/ também não tiveram dúvidas sobre isso, passando a combatê-la como tal.

Jamais se percebe no trabalho da FUNAI, interêsse em armar os índios de instrumentos ou de um esquema que defendesse o seu território e o seu povo, da invasão promovida pelo Governo através da estrada. Não se tem um protesto oficial da FUNAI contra essa estrada, a grande inimiga que desencadeava o processo de destruição daqeules povos.

Ao contrário, há uma constante preocupação em desarmar os índios/ até dos mínimos instrumentos de auto-defesa. "Enquanto respondia ao apelo do Conselho Indigenista Missionário, o delegado da FUNAI aproveitou para oficializar uma medida anunciada anteontem pelo sertanista Apoena Meirelès: a partir de agora, não será mais permitido distribuir terçados, facões, colheres e outros objetos cortantes aos Waimiri-Atroaris, com os quais eles fazem suas flechas.

Mont'Alverne disse que o objetivo é evitar que os índios utilizem esses objetos na fabricação de flechas "para matar os civilizados". Acrescentou que os Waimiris-Atroaris continuarão recebendo roupas, miçangas e outros objetos "mais importantes para eles". (OESP - 25-1-75).

Gilberto Pinto, quando chefe da(FAWA), subordinada a COMIA (Coordenação da Amazônia), tem como principal objetivo realizar a atração dos grupos indígenas Waimiri-Atroari que habitam o Norte do Estado do Amazonas, acelerando seu processo de integração na sociedade nacional, assim como, realizar trabalhos de apôio aos serviços da estrada Manaus Caracaraí (BR-174), nos possíveis contatos entre os trabalhadores da estrada e os silvícolas." (30).

A metodologia utilizada para chegar a estes objetivos compreende uma variedade grande de táticas, tais como:

- A orientação do comportamento dos trabalhadores para se defenderem dos índios caso os encontrem, de forma a não desgastar a imagem do Govêrno Brasileiro no Exterior. (25 e 26).

- A utilização quase exclusiva nas FAWA de servidores sem preparação alguma. Até a direção dos trabalhos da FAWA esteve vários anos entregue a uma pessoa sem formação indigenista alguma. Era um mateiro da região. Ausência total e consciente de antropólogos.

- A utilização como servidores auxiliares das FAWA, quase só de índios (menores perante a lei, tutelados do mesmo Governo e quase sempre sem documentos) pertencentes a outros povos indígenas da região amazônica. Assim utilizou-se sobretudo de Saterê-Maué, Muras, Tucano, Mundurukú, Tariano, Desano, Xavante e Surui. De 1976 para cá transferiu somente para frente do rio Camanau aproximadamente 150 índios Saterê-Maué. É a velha tática do colonizador de jogar oprimidos contra/ oprimidos, índios contra índios.

- A desarticulação paulatina da organização Waimiri e Atroari, inibindo os movimentos desses povos dentro do seu próprio território./ Desde logo, ela começa a transmitir ordens aos índios quanto às regiões que podiam perambular e quais as que eram proibidas, sempre tendo como ponto de referência a penetração da estrada. Assim, dentro do mesmo esquema, um bom tempo, uma grade debaixo da ponte do Sto. Antônio do Abonari, impedia o livre trânsito dos índios com as suas ubás, pa-

ma, liberando o território restante para sociedade nacional. Um servi-
dor da Funai acusou o órgão de ter proibido o chefe principal dos A-/
troari, Waroaga de fazer um roçado próximo à estrada. O servidor que/
fêz a denúncia foi demitido e publicamente ridicularizado, taxado de
louco, "analfabeto", sensacionalista e "débil mental"(A Crítica e A /
Notícia - Manaus, 5.3.75), pelo próprio delegado Regional da FUNAI.

- A divisão dos índios, instilando neles a idéia de que quem re-/
siste aos invasores é "mau" e os que seguem o órgão Funai e dos invaso-/
res são os "bons".(25). Através da Imprensa o próprio Pres. da Funai,
Gal.Ismarth, e outros dirigentes do órgão procuraram frequentes vezes
apresentar como motivos dos massacres uma briga entre os dois princi-
pais chefes da resistência, Comprido e Waroaga. Essa briga, a conclu-
ir pela ação concorde dos dois, jamais existiu, não passando a hipóte-
se de um estratagema para justificar novas violências contra os Waimi-
ri e Atroari.

— A manutenção de um ambiente de invasão armada e de superiorida-
de numérica e bélica do invasor.(25) Essa política traumatizante era
tranquilamente defendida por toda a cúpula da Funai, inclusive pelos/
famosos sertanistas Orlando Villas Boas e Apoena Meireles. Esse méto-
do teve a sua expressão extrema com o sertanista Sebastião Âncio, /
substituto nomeado de Gilberto Pinto à frente da FUNAI, que em entre-/
vista ao "O Globo de 6.1.75 revelava o método de trabalho que utiliza-
ria: "uma demonstração de fôrça dos civilizados: bombas, metralhado-/
ras e dinamites para assustar e dar uma lição nos índios". O sertanis-
ta não foi afastado da FUNAI por motivo dessas graves e comprometedor-
ras declarações. Continua até hoje funcionário do órgão. Esse ambien-
te de invasão armada continua presente até hoje nos postos da Funai./
Recentemente, no final de 1979, o coordenador do CIMI-Norte I, visitan-
ndo o PI Abonari, contava 11 rifles de repetição na sala de rádio da-
quele posto de atração. Sem resposta o CIMI questionava esses métodos
da Funai: "Porque a expedição de Apoena Meireles leva rifles, se a ar-
ma do sertanista é uma espingarda?"(A Crit., Manaus 15.04.75).

- A tentativa de domesticar a opinião pública nacional e internaci-
onal, impedindo que a verdade chegasse ao povo. Durante a construção/
da estrada os funcionários do órgão eram terminantemente proibidos de
fornecer qualquer informação sobre os acontecimentos na área. Muitas/
vêzes as cúpulas da Funai forneciam propositadamente notícias erradas,
falsas ou sensacionalistas, a fim de confundir a opinião pública
a respeito dos fatos reais das frentes de atração. A tática visava /
dois fins: impedir que a Imprensa chegasse à verdade e justificar a u-
tilização de violência. Assim quando da morte do Pe.Calleri e em di-/
versas outras oportunidades a Funai espalhou a notícia de que havia /
"branco no meio dos índios" tecendo hipóteses em torno do assunto e /
finalmente desmentindo(JB. 29.11.68). O estratagema volta a aparecer/
com novas matizes, após as mortes de funcionários da Funai até 1975.

- A divulgação por todo o País do mito da crueldade dos Waimiri/
e Atroari, que eram apresentados como um bando desorganizado de selva-
gens assassinos. Tudo com a intenção explícita ou implícita de justi-
ficar a violência contra esses povos.

- A apresentação dos índios como sendo contra os brancos, ou contra qualquer pessoa que não fosse do seu povo(O ESP. 7.1.75), ciente para diluir a responsabilidade exclusiva do Governo, desta guerra injusta, no meio do povo brasileiro, e evitar que recaia sobre os verdadeiros e únicos mandantes desses crimes.

- A utilização da política de promessas e do aliciamento, para convencer os Waimiri e Atroari da mentira de que a estrada só lhes traria benefícios. (O Esp.5.10.74).·Chegou a levar alguns líderes, como Comprido para Manaus, com a finalidade evidente de deslumbrá-los com a civilização invasora.

- A manutenção de uma equipe de saúde irresponsável, que orientava os funcionários de campo de forma, por vezes, criminosa. Em 1974, forneceu doses erradas de certa vacina, provocando a morte dos 15 índios/ nos quais foi aplicada. O funcionário que recebeu a orientação de a-/ plicá-las, embora inocente, está traumatizado até hoje.

- A utilização para a direção das FAWA de pessoas subservientes / às ordens, boas ou más, da direção geral dos trabalhos, e aliciando-as com altos salários, de tal forma que mesmo sabendo que o seu trabalho contribuia para a destruição dos povos indígenas, êles prosseguiam / prestando esse duvidoso serviço ao Governo. Apoena Meireles, sertanista de grande renome e que também foi chefe da FAWA, com a sua prática e a sua teoria situa de forma modelar a posição do funcionário da Funai. Repetidas vezes dizia Apoena à Imprensa que "preferia não ter contato com os índios"( ). À "Opinião" de 17.1.75 afirmou:""Hoje em dia vamos em missão de paz, de amizade com os índios, mas na verdade estamos é trabalhando como pontas-de-lança das grandes empresas e dos grupos econômicos que vão-se instalar na área. Para o Indio fica difícil acreditar na missão de paz se atrás de você vem um potencial de destruição ecológica. Para mim este foi um dos principais problemas que/ o Gilberto enfrentou." Entretanto, Apoena, seja por uma dependência / salarial, seja por ser um servil executor de ordens, acabou seguindo/ exatamente o mesmo programa de seus antecessores e continua até hoje servindo o Governo no capcioso trabalho das atrações em função do"desenvolvimento" nas áreas dos índios ainda arredios.

- Quando acontece um massacre sempre culpa os sertanistas mortos/ pelo insucesso, evitando assim os dirigentes do órgão assumir as verdadeiras causas apontadas pela evidência e o bom senso a partir para uma política pró-Waimiri e Atroari.

- Diante da evidência das invasões, via colonização, oficial ou oficiosa, diante da instalação de projetos do Govêrno ou de particulares na/ terra dos índios, a FUNAI promete ampliar a área interditada/ e demarcar as terras dos Waimiri e Atroari. Na verdade sucede-se os dirigentes do órgão, mas nada disso aconteceu até hoje. Ao contrário, dia a dia cresce a ousadia das invasões. Trata-se de uma tática a mais para tranquilizar a opinião pública.

Resumindo, o programa da FUNAI segue o seguinte roteiro: seduzir/ os índios/ por meio de brindes, reduzi-los a áreas sempre menores, / dar proteção aos invasores, aos construtores dos projetos oficiais e oficiosos do Governo. Remover o obstáculo que os índios representam / para a instalação dos projetos do Governo e dos empresários na região. Preparar os índios para serem mão-de-obra útil nas mãos desses empresários. Assim se completa a almejada integração ou emancipação indígena.

IV. A verdadeira História dos Massacres

cont. p.11

Como já vimos acima o mito da crieldade dos Waimiri e Atroari, mito que se divulgou na região amazônica e pelo País, fêz parte de uma ideologia do Govêrno para justificar a invasão e a violência contra / essas nações indefesas, visando a aceitação e o respaldo de tôda a sociedade nacional para o criminoso e definitivo ataque que determinara contra esses povos.

Neste esquema, as mortes causadas pelos índios aos seus invasores de 1968 até 1975 foram amplamente utilizadas, tendo porisso mesmo uma inusitada repercussão na Imprensa Nacional e Internacional. Essas mortes, plenamente justificáveis, para quem via o seu habitat, a sua casa e o seu povo constantemente provocado e invadido, não ultrapassou / o número de 25 pessoas, nesse período. Entretanto, a redução das nações Waimiri e Atroari de 3.000 para 1.000 ou até 600 pessoas, atendo-nos aos dados oficialmente fornecidos, em apenas 6 anos, não teve repercussão alguma e é apresentada pelo Govêrno como casual, fazendo / parte de um processo de integração necessária e irreversível. Em todo esse desastroso destino imposto pelo Govêrno aos dois povos, nenhuma / morte de Waimiri e Atroari foi oficialmente registrada. Em nenhum momento interessou ao Govêrno saber quantos índios foram mortos pelos / funcionários da FUNAI, pelos militares, pelos trabalhadores braçais, / por outras frentes de invasão e pelas doenças, criminosamente levadas aos índios, pela estrada, pelas expedições da FUNAI e pela própria equipe médica da FUNAI. Um funcionário que casualmente se defrontou / com um dos crimes da equipe médica da Funai, foi afastado da área. / Seu nome foi cuidadosamente retirado de todos os relatórios do órgão / da época em que ali atuou.

Após cada morte infligida pelos índios a funcionários da FUNAI, / este instaurava um inquérito para apurar as causas da violência dos / índios, como mais uma tática para esconder a realidade dos fatos. Porque, apesar do espalhafato nunca chegou o resultado de tais inquéri-/ tos à opinião pública.[1] Em fev/75 o Ministério da Justiça, através da / Polícia Federal, chegou ao cúmulo do absurdo, quando abriu um inquérito policial contra as nações Waimiri e Atroari(27)".

Apesar da Imprensa, de indigenistas e de missionários aventurem / frequentes vêzes as evidentes causas da reação violenta dos índios à invasão, o Governo autoritariamente desviava a evidência dos acontecimentos, justificando o crime através da irreversibilidade da estrada.

A verdade é que os índios sentiram que a invasão de sua terra pela estrada e pelos postos da Funai ameaçava definitivamente a Couto / de sua vida, a razão de ser de sua cultura e do seu povo e consequentemente tôda a sua existência. Esforços sobreumanos e de extrema coragem fê-los reagir com armas primitivas, contra o invasor incomparavelmente mais forte e mais numeroso.

Graves suspeitas pesam pelo menos sobre dois desse dramáticos momentos de resistência dos Waimiri e Atroari. Suspeitas de que tenham / morrido mais índios do que funcionários, do Govêrno. Vários funcionários da FUNAI estão concordes em afirmar que no último grande ato de resistência dos Waimiri e Atroari, ocorrido no final de 1974, morreram

Waronga, o principal chefe da resistência Waimiri e Atroari.

Talvez nunca nos será possível saber como foi que os povos Waimiri e Atroari, em apenas 6 anos foram reduzidos de 3.000 para 600 pessoas, apesar das diversas pistas que temos em mão. Uma coisa, porém, é certa em todo esse processo mais recente de extermínio desses povos: A responsabilidade exclusiva do Govêrno, que instalou um programa global, conscientemente genocida e etnocida na vida daqueles povos. Metas evidentes desse programa foram e continuam sendo:

- a invasão e o desrespeito pelos seus territórios secularmente ocupados e defendidos;
- a ocupação armada dos seus territórios;
- a divulgação ampla de uma campanha, impondo ao povo a estrada como/ um fato irreversível para o desenvolvimento do País e para a segurança nacional, sem nunca apontar para o custo social e humano da obra;
- a ameaça da transferência dos Waimiri e Atroari;
- a política da"pacificação" dessas povos, executada pela FUNAI, instalando, sem autorização alguma, postos para atrair os índios através de presentes, buscando convencê-los da mentira de que a estrada lhes traria benefícios, ou no mínimo não os prejudicaria. Essa / mentira foi levada aos Waimiri e Atroari por todas as autoridades / da FUNAI, chefes da PAWA e Delegados Regionais e até os seus presidentes se valeram dela;
- Finalmente, a própria construção da estrada para desencadear um amplo processo de redução dos territórios dessas nações e o extermínio definitivo dos mesmos. Efetivamente, através da estrada vieram as doenças, dizimando o povo; os grileiros; os intrusamentos do território; as serrarias; as agro-pecuárias; a colonização do INCRA; as mineradoras; a Barragem de Balbina; os loteamentos do território e os / projetos turísticos, todos eles iniciativas oficiais ou oficiosas do/ mesmo Governo.(24)

Diversos funcionários da FUNAI perceberam claramente para o de conduzia o seu esforço de atração(24).

Os Waimiri e Atroari, confederados numa admirável união, possivelmente continuam resistindo apesar de batidos pelas armas desiguais e pela covarde invasão. Eles estão dando ao mundo um lancinante grito/ em prol dos povos minoritários injustamente esmagados pelos grandes / estados. Eles denunciam e questionam a visão dos dirigentes humanos a partir dos grandes Estados capitalistas. É possível haver um governo justo enquanto esses grandes Estados estiverem à frente dos destinos da humanidade?

Ainda hoje o Estado brasileiro continua no encalço das grandes nações. Na mesma perseguição pela posse de energia, ecoando o dirigismo, os Waimiri e Atroari com a sua própria visão de mundo e com a sua sociedade organizada, com o seu sistema de parentesco próprio, com a sua organização social, política, econômica e religiosa própria e com a sua mente superior ao do invasor, continua desafinando a nossa sociedade, injusta e opressora e a nossa visão de mundo individualista.

Quem será o verdadeiro derrotado desse guerra?

Já amanhece o dia que nos revelará a verdade.

Egydio Schwade

Documentos da Tese

1 - Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em/ 1.10.1857 pelo Pres. da Prov. Ângelo Thomas do Amaral, pg. 614 - Typografia Universal de Laemmert. Rio de Janeiro, 1858.

2 - "Relatório que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou na Abert. da / sessão Ordinária em o dia 3.5.1850 Franc. J. Furtado, Pres. da mesma Prov.", pg. 237 - Typogr. de Franc. J. da Silva Ramos, Manaus, 1859

3 - "Rel. que à Ass.Leg. Prov. do AM. apresentou na Abertura da Ses. O Ord. em o dia 7.9.1858Franc. J. Furtado, Pres. da mesma Prov.", pg 36 - Typogr. de Franc. J. da Silva Ramos. Manaus, 1858.

4 - "Rel. que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou na Abert. da Ses.Ord em o dia 7.9.1858 Fr. J. Furtado, Pres. da mesma Prov.", pg. 37. Typ./ de Fr. J. da Silva Ramos. Manaus, 1858.

5 - "Rel. que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou na Abert. da Ses. / Ord. da 5a. Legislatura, no dia 3.5.1861, pelo Pres. da mesma/ o / Exmo. Sr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha", pg.534. - Typ. de Fr./ J. da Silva Ramos. Manaus.

6 - "Rel. com que o Exmo. Sr. Dr. Ant. Epaminondas de Mello entregou a Administração da Prov. do AM. ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo A.Ramos Ferreira, Vice-Pres. da mesma, em 24.6.1866", pg. 309. - Typ. do Jornal / do Recife. Recife, 1866. Idem Pgs. 334-335.

7 - "Rel. que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou no acto da Abertura/ das Ses.Ord. de 1871 o Pres. José de Miranda da Silva Reis, em 25.3. / 1871, pgs. 35-36. - Typ. "Amazonas", de Ant. de Cunha Mendes, Manaus,/ 1871.

8 - "REl. Apresentado à Ass. Leg. Prov. do AM., na 1a. Ses. da 13a. / Leg., em 25.3.1876, pelo Exmo. Sr. Pres. da Prov., Dr. Ant. dos / Passos Miranda", é pg. 611. - Typ. do "Diário do Grem-Pará" - Lap. Raymundo V.Gonçalves. PA. 1876.

9 - "Rel. apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Agesilou P.da Silva, Pres. da / Prov. do AM., pelo Dr. Domingos Jacy Monteiro, dp. de ter entregue a adminsitração da Prov. em 26.5.1877, pgs. 747-749. Typ. do "Amazonas" de José C. dos Santos. Manaus, 1878.

10 - Falla c/ que o Exmo. Sr. Barão de Maracajú, Pres. da Prov. do AM. no dia 29 de março de 1879, abriu a 2a. Ses. da 14a. L. Prov.", pg. 33-35. Manaus.

11 - Falla c/ q/ o Exmo. Sr. Dr. Alarico José Furtado, abriu a Ses. extraord. da Ass. Leg. Prov. do AM., em 27.8.1881", pg. 9. - Typ. / do AM. de J.C. dos Santos, Manaus, 1882.

12 - Exposição com que o ex-Pres. do AM., Exmo. Sr. Dr.Alarico J.Furta/ do, passou a Adm. da Prov. ao 2º Vice-Pres. Romualdo de Souza / Paes de Andrade", é pg.20. 1882.

13 - Rel. do Inspector, Insp. do AM. e AC., SPI, Min. da Agric. Ind. e Com.; referente ao ano de 1927. pgs. 16-19.

14 - Huebner, Georg e Koch-Gruenberg, Theodor. "Die Yauapery" - Zeitschrift fuer Ethnologie, Ano 39, 1907, Berlin.

15 - Koch-Gruenberg, Theodor. "Vom Roraima zum Orinoco", Verlag Dietrich Reimer, Berlin, 1917.

Le prix des grands projets en Amazonie : l'extermination des Waimiris-Atroaris

Egydio Schwade*

Traduit du portugais par Gilles Brunel et Gilio Brunelli

Après un an et demi de travail d'alphabétisation, le 4 décembre 1986, Egydio Schwade était expulsé de la réserve waimiri-atroari par la FUNAI. Avec lui, toute l'équipe fut expulsée, avec interdiction à jamais de retourner dans la réserve en question. Leur crime : avoir organisé un programme d'éducation bilingue auprès des Waimiris-Atroaris à partir de l'expérience vécue par ces Amérindiens durant les dernières décennies.

Grâce à ce programme, Schwade et son équipe étaient en train de donner aux Waimiris-Atroaris la possibilité de leur raconter l'histoire du génocide commencé par la construction de la route BR-174. Egydio Schwade et son équipe étaient les premiers observateurs indépendants à avoir accès au récit de cette expérience telle que les Amérindiens eux-mêmes l'avaient subie et comprise. Plus tard viendront les journalistes et les ethnologues, et une lumière chaque fois plus nette sera portée sur cette triste page de l'histoire récente de l'occupation de l'Amazonie.

C'est en 1987, donc, quelques semaines à peine après que Schwade eût été expulsé de la réserve, que Recherches amérindiennes au Québec *l'a approché et lui a demandé d'écrire ce que les Waimiris-Atroaris lui avaient raconté et d'analyser cet événement tragique. Ce qu'il fit avec une rapidité qui n'a d'égale que la rage et l'impuissance qu'il éprouvait à ce moment. Ainsi, en novembre 1987 son article était déjà prêt. Il nous livrait alors un document où la transmission de l'expérience vécue par les Amérindiens, l'analyse perçante des enjeux et l'identification lucide des responsables se teintent d'amertume et de déception. Un document-témoignage absolument frappant.*

De fâcheux contretemps de toutes sortes ont rendu impossible la publication de ce texte en 1988, comme prévu. Il est certain qu'en 1990 sa contribution à une meilleure connaissance de ce volet macabre de la présence et de l'action occidentales dans l'Amazonie indigène n'a pas la même fraîcheur qu'elle aurait eue en 1988. Cependant, nous présentons ce texte, convaincus non seulement de la justesse des perceptions et de l'analyse de Schwade, mais aussi tout à fait certains que cet article ne pourra que stimuler notre soif de mieux connaître ce qui se passe en Amazonie. [N.D.L.R.]

---

* Personnage des plus importants dans la communauté brésilienne au sein des organisations non gouvernementales qui travaillent pour le respect de la vie, de la culture et des droits des peuples amérindiens, Egydio Schwade a fondé en 1969 l'Operação Anchieta et, en 1971, a joué un rôle fondamental dans la création du Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dont il a été le premier secrétaire exécutif. Après deux mandats à ce poste, Egydio Schwade a commencé en 1980 à s'intéresser de façon plus spécifique au sort des Waimiris-Atroaris, dans la région de Manaus. Avec sa femme Doroti et d'autres intervenants en matière amérindienne, il fonda le Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (MAREWA), consacré à l'appui des revendications des Waimiris-Atroaris. Auteur de nombreux articles et livres sur la question amérindienne au Brésil, Schwade a récemment dirigé les publications suivantes : *Resistência waimiri-atroari* (Manaus, MAREWA, 1983), *As terras waimiri-atroari no ciclo do minério* (Manaus, MAREWA, 1985) et *Balbina : Ameaça e destruição na Amazônia* (Itacoatiara, MAREWA, 1986). Il travaille présentement à la rédaction d'un nouveau livre sur le sujet.

TERRE ET VIE

Les agressions contre les peuples indigènes de la région qui s'étend entre les villes de Manaus et d'Itacoatiara, au sud, et l'État du Roraima, au nord, commencèrent à l'époque même des premières expéditions d'exploration de cette portion de l'Amazonie. Cette région fut le théâtre, entre autres, de la guerre contre le leader Ajuricaba, entre 1720 et 1730. C'est au cours de cette période historique de violence que quelques peuplades, comme les Manauas, furent complètement anéanties et condamnées à la disparition. À partir de 1850, en outre, les attaques contre la population indigène de cette région devinrent une des tâches administratives régulières des gouvernements régionaux, accomplies à un rythme annuel.

Cependant, malgré toutes les pressions et les violences endurées depuis trois cents ans, les Waimiris-Atroaris dominèrent jusqu'en 1968 les vallées supérieures des rivières Urubu et Uatumã, jusqu'à la chute de Balbina, dans la partie septentrionale de l'État d'Amazonas, c'est-à-dire une région d'environ huit millions d'hectares. Sur les plages de la rivière Uatumã, ils cuisinaient des poissons et mangeaient des œufs de tracajá *(Podocnemis unifilis)* et de tortue *(Podocnemis expansa)*. À l'est et au nord, ils unissaient leur territoire à celui des Karibs, peuples de même famille linguistique auxquels ils rendaient souvent des visites prolongées pour célébrer des fêtes et discuter de problèmes communs. Ils fréquentaient aussi divers emplacements sur la rive gauche du Haut Rio Negro et se rendaient jusqu'au Tarumã supérieur. Les rivières Camanaú, Jauaperi et Alalaú, avec leurs affluents, faisaient partie du territoire waimiri-atroari (MAREWA 1983).

Les Waimiris-Atroaris extrayaient leur nourriture de la forêt, récoltant l'açai *(Euterpe oleracea)*, la pupunha *(Guilielma speciosa)*, l'ingá *(Ingá speciosa)* et la noix du Brésil *(Bertholletia excelsa)*, et ils plantaient le manioc doux et amer *(Manihot utilissima)*, l'igname *(Dioscorea speciosa)* et l'ananas *(Ananas sativus)*. Ils chassaient les singes, le tapir *(Tapirus terrestris)* et les pécaris *(Tayassu albirostris* et *Tayassu tajacu)*, et ils pêchaient, dans les rivières autrefois plus poissonneuses, des piranhas *(Pygopristis denticulatus)*, des trairas *(Hoplias malabaricus)*, des pirarucus *(Arapaima gigas)*, des tucunarés *(Cichla ocellaris)*, des pirararas *(Phractocephalus hemiliopteris)*, des poraquês *(Electrophorus electricus)*...

Des récoltes variées et abondantes étaient distribuées lors des célébrations durant lesquelles tous partageaient une réelle profusion de nourriture pour retourner ensuite plus forts à leurs villages.

Depuis très longtemps les Waimiris-Atroaris enfonçaient des troncs d'arbres dans le sol de ce territoire pour construire de grandes maisons collectives de forme ovale, couvertes de feuilles de palmier. Dans les villages, ils confectionnaient des objets pour l'usage quotidien, comme des hottes, des presses à manioc, des hamacs, des canots, de même que des arcs et des flèches dont la pointe était souvent en métal. Ils connaissaient à fond tout ce territoire, qu'ils parcourent aisément aujourd'hui encore, grâce aux chemins et sentiers qui tapissent le sol de la forêt karib et qu'ils ont utilisés pendant des siècles. La préparation de leurs fêtes exigeait souvent de longues marches pour la cueillette des matières premières nécessaires à la confection des instruments indispensables aux cérémonies: flûtes, arcs, flèches, parures de plumes, etc.

Il est probable que jamais un autre peuple ne scrutera avec une connaissance aussi vaste et profonde toute cette forêt et ce territoire indissociables de la culture et de l'accomplissement des traditions waimiris-atroaris. Chaque manifestation culturelle, écrite, parlée ou mimée, révèle presque instinctivement quelque détail de cette ambiance exubérante, avec sa forêt, sa faune, ses rivières, ses ruisseaux, ses pierres, comme nous avons pu en juger durant notre séjour.

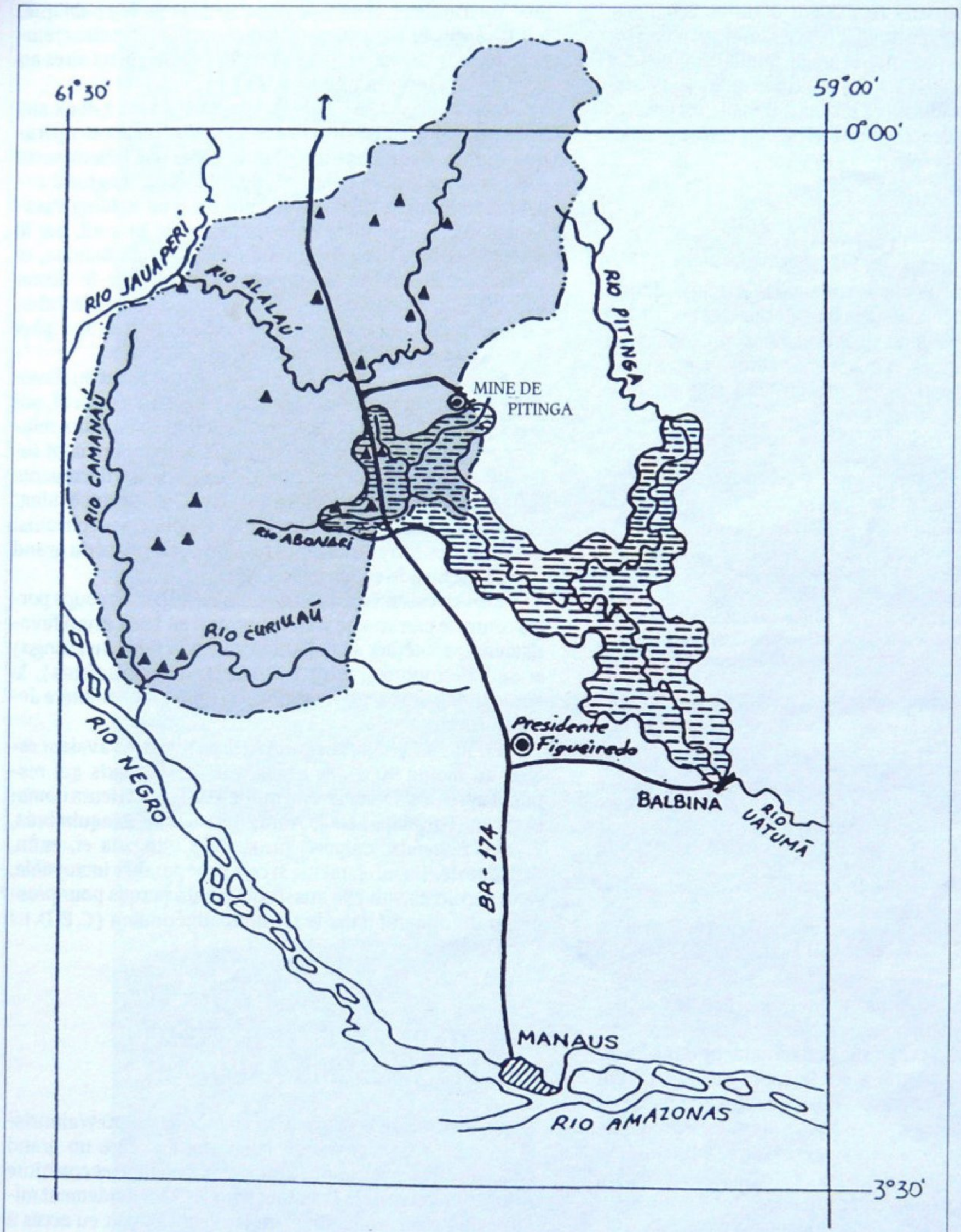
Les Waimiris-Atroaris ont toujours défendu leurs territoires, qui sont pour eux la source de la vie. Et ce territoire leur appartient aussi par la force des lois créées par la société nationale (Constitution, *Estatuto do Índio,* etc.). Pour le plus grand malheur de ces Amérindiens, cependant, les terres où ils ont toujours vécu et travaillé sont riches en minerai, en bois de qualité, en arbres à noix du Brésil. Et les rivières renferment un potentiel énergétique, source de revenu pour les envahisseurs.

La séquence sanguinaire de fusillades, pillages, incendies et transmission de maladies, causée par le front pionnier ou même par la force publique exercée contre les Waimiris-Atroaris, explique la dépopulation de ces Amérindiens jusqu'en 1967, année de la création de la Fondation nationale des Indiens (FUNAI), l'agence gouvernementale en charge des affaires amérindiennes (Moreira Neto 1975). Cependant, sous la tutelle de la FUNAI, un sort encore pire les guettait, dû non seulement à la dépopulation, mais aussi, en vingt ans seulement, à la perte totale de leur patrimoine. Aujourd'hui, leur territoire se réduit à 1 850 000 hectares, et ce sans aucune garantie pour leur avenir puisqu'il a été entièrement requis par douze grandes compagnies d'exploitation minière.

Au début du siècle, le Serviço de Proteção ao Índio (SPI), l'ancêtre de la FUNAI, s'était installé dans le territoire waimiri-atroari, avait introduit des techniques d'agriculture et avait tenté de contrôler la production extractive. Les Amérindiens, sans jamais adhérer à cette nouvelle forme de production, s'intéressèrent aux instruments de travail, se les appropriant et les transformant en outils adaptés à leur culture. Malheureusement, il n'existe aucune information sur les compagnies privées qui, à cette même époque, se seraient engagées dans des activités économiques régulières auprès des Waimiris-Atroaris ou sur leur territoire.

Les contacts des indigènes avec les commerçants ou les collecteurs avaient lieu surtout sur les berges de la rivière Jauaperi, à des époques précises fixées à l'avance, et n'étaient guère différents des autres relations commerciales régionales, sauf pour ce qui est de la préférence manifestée par les Amérindiens pour des marchandises comme des coutelas, des hameçons, des casseroles et d'autres articles en métal; en échange, ceux-ci apportaient des peaux de jaguar *(Panthera onça)*, de loutre géante du Brésil *(Pteronura*

Réserve waimiri-atroari. (Croquis établi par Egydio Schwade)



brasiliensis) et de caïman *(Paleosuchus trigonatus)*, tout comme des paniers de noix du Brésil.

Les Waimiris-Atroaris réalisaient d'autres échanges, dans un sens davantage rituel, à l'occasion de visites prolongées à des peuples parents, de même famille linguistique karib, comme les Wais-Wais, les Makuxis et les Hixkarianas. Ils accueillaient aussi ces groupes dans leurs propres villages, à l'occasion de fêtes de fraternisation entre peuples karibs.

L'HISTOIRE RÉCENTE

L'expérience vécue par les Waimiris-Atroaris durant les vingt dernières années illustre bien les pertes que les grands projets du gouvernement, les routes, les travaux hydroélectriques, miniers et agraires, représentent pour les Amérindiens. Voir en encadré une estimation de quelques-unes de ces pertes.

Estimation de la population waimiri-atroari

ANNÉE	POPULATION	SOURCE
1968	3 000	João Calleri
1972	3 000	FUNAI
1974	600/1 000	Gilberto Pinto/FUNAI
1982	571	Giuseppe Craveiro/FUNAI
1987	374	FUNAI/Eletronorte

En 1968, avant de commencer ses malheureuses tentatives en vue d'établir un contact pacifique avec les Waimiris-Atroaris, le père **João Calleri** survola tout leur territoire.

En 1972, la **FUNAI** réalisa un recensement, à l'échelle nationale, des peuples amérindiens auprès desquels elle avait des postes. Les résultats de ce recensement sont consignés dans un rapport inédit, dont une copie est conservée dans les archives du MAREWA (1983).

Gilberto Pinto est considéré comme le fonctionnaire de la FUNAI qui connaît le mieux les Waimiris-Atroaris.

Giuseppe Craveiro, fonctionnaire de la FUNAI, a copié les données de l'anthropologue Stephen G. Baynes.

FUNAI/Eletronorte: mêmes sources que pour Giuseppe Craveiro.

Cependant, les pertes ne se limitèrent pas aux seules vies humaines, à la dépopulation.

Le premier grand projet du gouvernement dans la région des Waimiris-Atroaris a été la route BR-174 reliant Manaus à Boa Vista (758 km), qui constitue une partie de la route Manaus-Caracas (2 287 km), dernier segment de la route internationale – dénommée Transcontinentale – destinée à relier Brasília à Caracas (4 462 km). La section Manaus-Boa Vista, commencée en 1968, fut terminée en 1977 et ce fut ainsi qu'en 1968 commença la pénétration officielle dans le territoire indigène, par le côté méridional.

Trois ans plus tard, le 13 juillet 1971, le décret 68.907/71 du président Emílio Garrastazu Médici, réduisait le territoire immémorial des Waimiris-Atroaris des quatre cinquièmes de ce qu'ils occupaient effectivement à ce moment-là. De huit millions d'hectares approximativement, leur territoire passa alors à 1 146 000 hectares seulement. Confronté à l'évidence de villages dans des régions soutirées aux Amérindiens, et sous la pression de l'opinion publique, le gouvernement fut obligé d'ajouter comme territoire «temporairement interdit», en 1974, 1975 et 1978, deux aires au nord de la réserve et une autre au sud[1].

Mais déjà en 1981, la réserve sera soumise à deux autres réductions, et ce au moment où seront mises en opération l'usine hydroélectrique de Balbina, par l'Eletronorte S.A., et la mine de la rivière Pitinga, par la compagnie d'exploitation minière Taboca S.A., propriété du holding Paranapanema. La première réduction eut lieu en avril, par le décret 85.898/81, en fonction du réservoir de Balbina, et l'autre en novembre de la même année, par le décret 86.630/81, en fonction des intérêts de la compagnie Taboca, totalisant 526 800 hectares perdus, c'est-à-dire plus d'un tiers de la réserve waimiri-atroari.

En plus de cela, un autre effet grave du décret qui favorisait la compagnie Taboca était son caractère rétroactif, qui transformait désormais la réserve elle-même en «aire temporairement interdite». L'expression «temporairement interdite», étrangement introduite dans tous les documents officiels depuis 1974, avait un but précis, qui devint évident par la suite: débiliter la force de la loi pour pouvoir ainsi transférer les terres indigènes du côté des intérêts du grand capital (Schwade et Schwade 1985).

Effectivement, après le succès obtenu par les coups portés contre le patrimoine waimiri-atroari en 1981 et qui favorisaient les intérêts de la Paranapanema (mine de Pitinga) et de l'Eletronorte (usine hydroélectrique de Balbina), la voracité des grandes compagnies d'exploitation minière devint incontrôlable.

En mars 1986, douze entreprises minières avaient requis au moins 90% des terres waimiris-atroaris qui restaient après les démembrements de 1981. Voici leurs noms: Brascan, Paranapanema, Aura, Best/Sabba, Mequimbrás, Prama, Engemix, Caiporé, Juruá, RGS, Jangada et, enfin, Eletronorte. En effet, même si cela peut paraître incroyable, cette dernière avait elle aussi sollicité un permis pour prospecter du minerai dans le territoire amérindien (C.E.D.I./Conage 1986).

L'HISTOIRE RÉCENTE RACONTÉE PAR LES WAIMIRIS-ATROARIS

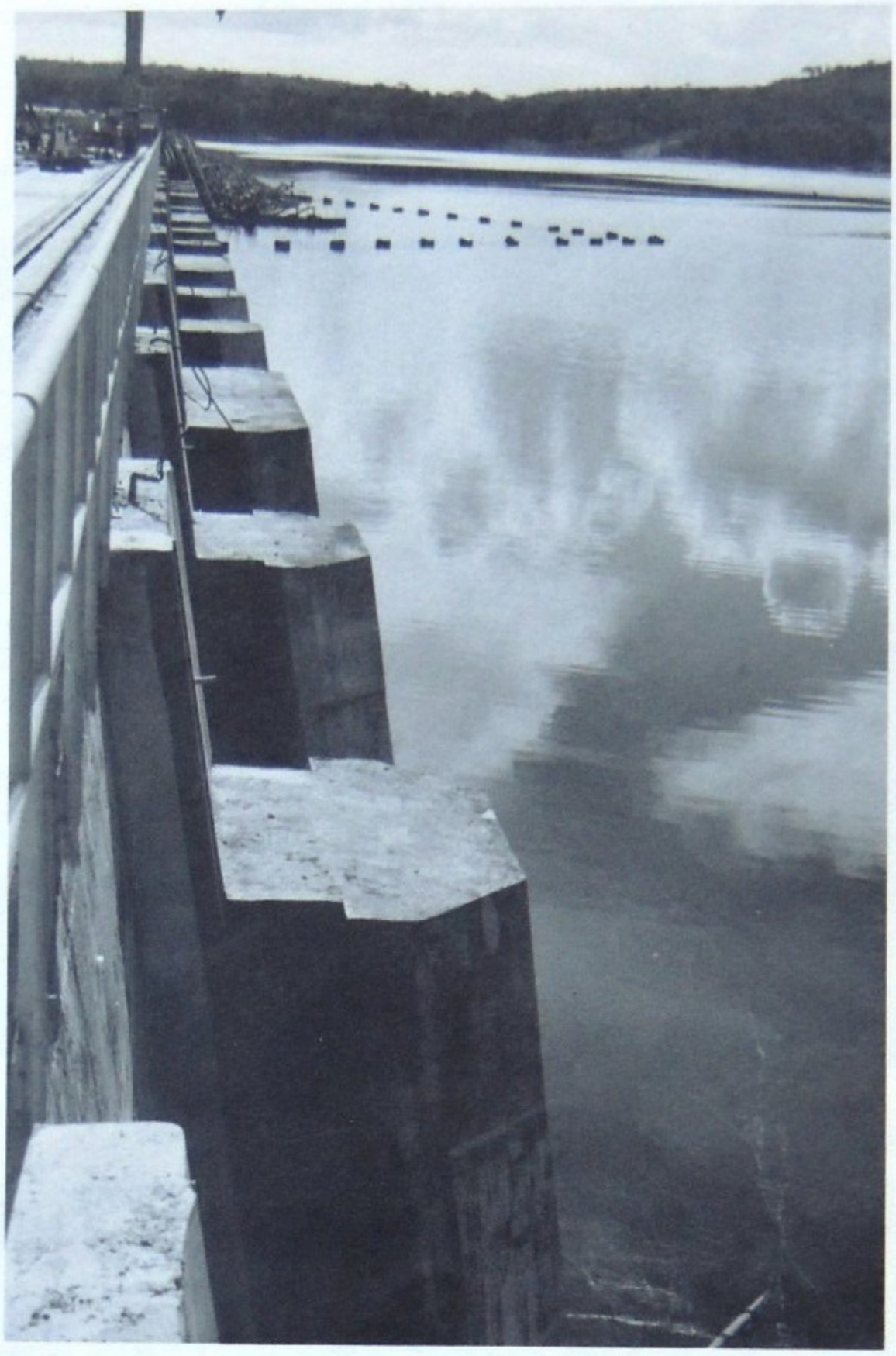
L'histoire de la disparition de plus de 2 500 Waimiris-Atroaris en moins de vingt ans demeure un grand mystère pour toute la société brésilienne et constitue un sujet tabou pour la FUNAI et pour le Commandement militaire de l'Amazonie qui, étant les seuls à avoir eu accès à cette région quand survint cette tragédie humaine, sont ainsi les détenteurs exclusifs des informations sur ces événements.

Des fonctionnaires de la FUNAI parlent de «faits épouvantables» survenus à l'occasion des «dernières expéditions» et racontent que «les Waimiris-Atroaris tombaient,

Chantier de l'usine hydroélectrique de Balbina. (Photo de Daniel M. Gennarelli)



Le détournement de la rivière Uatumã offre un spectacle pitoyable. (Photo de Daniel M. Gennarelli)



Balbina, les travaux sont presque terminés. (Photo de Daniel M. Gennarelli)

entourés par le silence de la forêt, et étaient alors enterrés et oubliés dans l'espace et dans le temps»[2]. Par ailleurs, un ex-officier du Commandement militaire de l'Amazonie qui a publié ses souvenirs sur la construction de la BR-174, a dédié son effort littéraire: «à l'anonyme frère waimiri-atroari, dont nous avons rencontré maintes fois sous nos pas le cadavre mal enterré» (Brasil 1985).

En 1985, durant l'exécution de son projet d'alphabétisation en langue indigène, le Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (MAREWA) put enfin prendre contact avec les survivants des massacres, et c'est à la demande de ceux-ci que nous avons développé la première expérience d'alphabétisation dans un des villages waimiris-atroaris.

Aussitôt que la confiance commença à naître, ils nous demandèrent: «Pourquoi *kamña* [le non-Amérindien] a-t-il tué notre peuple?» «Qu'est-ce que *kamña* jette de l'avion et qui tue notre peuple?» «*Kamña* a jeté *kawuni* [du haut, de l'avion] comme de la poussière qui a brûlé la gorge, et *kiña* [les gens] sont tout de suite morts.»

Avec beaucoup de précautions, nous avons d'abord essayé de refuser de répondre à ces questions. Une fois les classes commencées, nous avons établi une méthodologie qui, dès le départ mettait entièrement entre leurs mains le processus d'alphabétisation.

Nous avons donc commencé par des échanges graphiques, médium qu'ils maîtrisaient mieux que nous, surtout les dessins, qui étaient toujours exécutés au village, sur feuilles détachées, loin de nos yeux et de ceux de la FUNAI, de façon à avoir à chaque instant l'assurance d'une parfaite communication entre eux et nous en dépit du fait que l'on ne parlait pas la même langue.

Cet échange graphique, sans recours à l'alphabet, nous a révélé de manière vivante la grande connaissance qu'ont les Waimiris-Atroaris de la faune, de la flore et de la géographie de toute la région qu'ils occupent depuis de temps immémoriaux. Cela nous a aussi permis de connaître les outils qu'ils utilisent au cours de leur vie, tout comme les fêtes et les cérémonies qu'ils célèbrent et transmettent, au fil des générations, en interprétant et ré-interprétant les faits quotidiens.

Les premières lettres de l'alphabet naquirent de cette communication graphique, que nous orientions. Puis vinrent les paroles, les phrases, et finalement les histoires et les légendes. Les classes développaient ce qui avait été élaboré quotidiennement dans le village.

C'est ainsi que nous avons connu les noms des rivières et des chutes de ce vaste territoire qui leur glissait progressivement de sous les pieds. Nous avons connu la dimension des chemins qui tissent la forêt waimiri-atroari et qui la lient avec le territoire des autres peuples karibs du Nord et de l'Est.

Les Waimiris-Atroaris révélèrent aussi plusieurs aspects de leurs traditions et coutumes, et surtout leur histoire récente. Nous avons appris que les trente et une personnes qui composent le village Yawara, où nous avons fait notre travail, sont les survivants de quatre villages disparus dans la décennie 1970, situés sur la rive droite de l'Alalaú. La personne la plus âgée n'a pas quarante ans. Aucun de ceux qui ont plus de dix ans, sauf deux sœurs, n'a de mère ni de père vivants : ceux-ci, en effet, sont morts durant le génocide, lors de la construction de la route BR-174. De même, les enfants de quatre à dix ans sont tous orphelins : leurs parents sont morts de rougeole, abandonnés par la FUNAI sur le bord de la BR-174, au kilomètre 292[3].

De cette façon, c'est par les survivants eux-mêmes que nous avons obtenu les premiers renseignements sur la manière dont ont disparu plus de 2 500 Waimiris-Atroaris en moins de vingt ans. Au moyen de dessins, à travers leurs premières lettres, ils commencèrent à révéler les armes que les *kamña* avaient utilisées pour les décimer : parmi les motifs d'avions et d'hélicoptères apparurent bombes et mitrailleuses, de même que différents rappels des maladies étranges ayant surgi après l'arrivée dans les villages des soldats et des fonctionnaires de la FUNAI. Des communautés indigènes entières avaient été décimées !

Dans le Bas-Alalaú un village disparut en un seul jour et ce sont encore les survivants qui nous fournirent la liste de quarante-six parents qui périrent ce jour-là. Sur la rive droite du Moyen-Alalaú, furent détruits quatre villages. Sur la rive gauche, au sud-est de la chute Criminosa, où œuvre aujourd'hui la compagnie Paranapanema, périrent au moins neuf villages, photographiés par le père Calleri, en octobre 1968, durant un survol au service de la FUNAI.

Six villages disparurent aussi dans la région de la rivière Abonari qui est aujourd'hui couverte par l'eau du réservoir de l'usine hydroélectrique de Balbina, et leurs noms apparaissent dans les rapports de la FUNAI de 1972. Plus loin, sur la petite rivière Monawa, un affluent de la rive gauche de l'Alalaú, disparut le village du leader Maika.

Le travail d'alphabétisation révéla aussi la terreur dont souffrirent les Waimiris-Atroaris qui se sauvaient des *kamña* ou des maladies, demeurant cachés durant plusieurs jours en pleine forêt, avec leur mère ou leurs parents. Ils assistèrent à l'humiliation et au mépris auxquels furent soumis les vieux et les chefs, et à la célébration de la « supériorité » du monde des *kamña*.

À l'occasion d'une visite qu'une des communautés waimiris-atroaris avait rendue aux Wais-Wais, peuplade karib vivant à la frontière de la Guyana, un garçon fut obligé d'accompagner les fonctionnaires de la FUNAI. Amené à Manaus, il reçut de la FUNAI un endoctrinement systématique en ce qui concerne les bienfaits du monde occidental – incluant les maisons de prostitution. Son monde intérieur fut complètement bouleversé ; s'identifiant plus comme fonctionnaire de la FUNAI que comme membre de son peuple, ce jeune homme fut ramené à sa réserve, transformé par la FUNAI en grand chef des Waimiris-Atroaris, fonction tout à fait inconnue de son peuple.

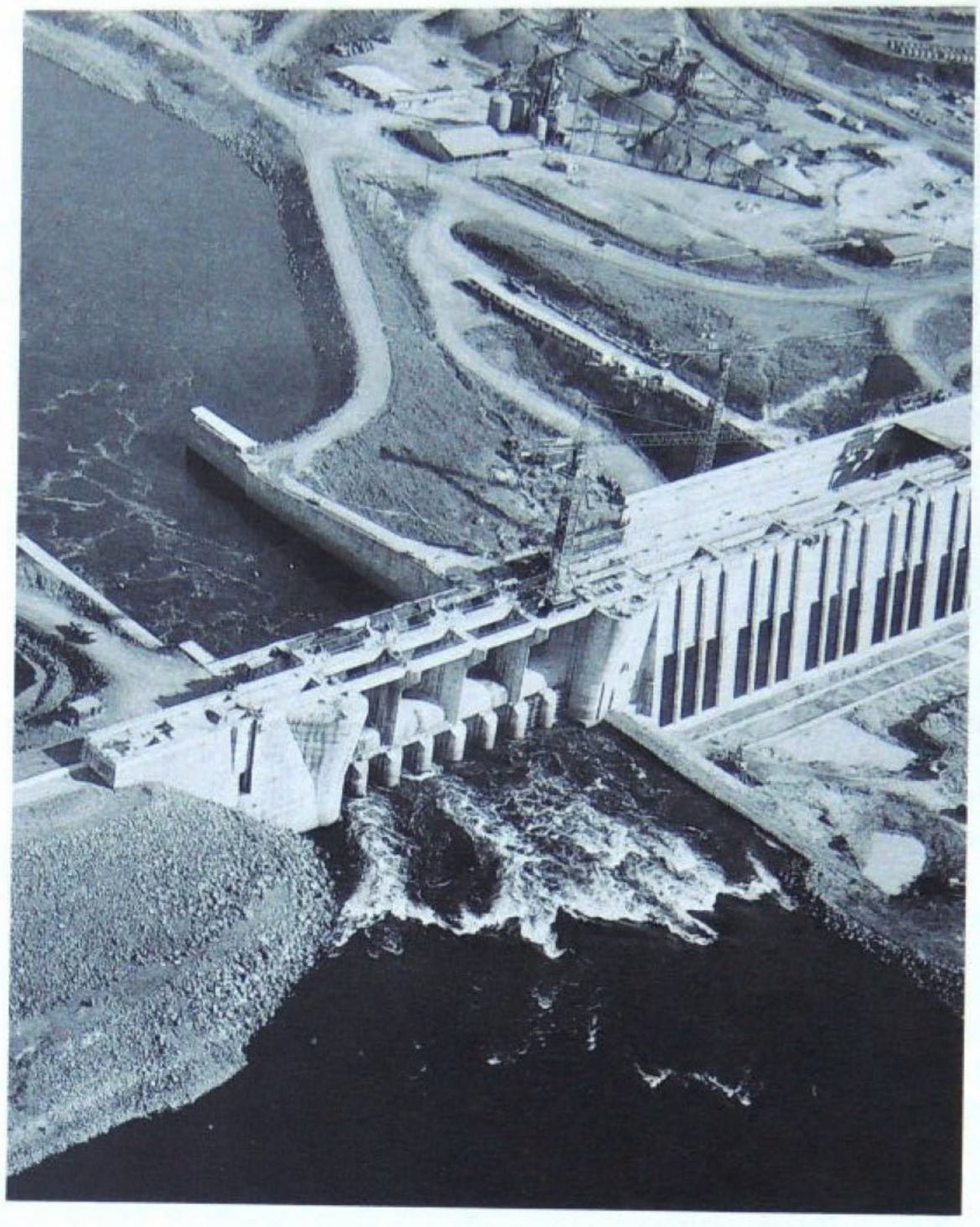
Takwa, chef d'un village localisé dans le Moyen-Alalaú près de la BR-174, alla un jour en visite, avec toute sa communauté, au campement des ouvriers de la route, vraisemblablement pour établir une relation amicale. Il fut reçu par une rafale de mitrailleuse, exactement comme l'ordonne un accord entre la FUNAI et le Commandement militaire de l'Amazonie, signé le 21 novembre 1974[4]. Une balle lui traversa le menton, sortant par la bouche et lui brisant les dents. Mais Takwa ne mourut pas. Il s'enfuit et, avec son peuple, alla construire un nouveau village, plus au nord, où peu après il fut visité par un hélicoptère qui laissa des cadeaux étranges. Peu après cette visite, les villageois commencèrent à mourir. Tous moururent, Takwa aussi.

Lamentablement, notre expérience d'alphabétisation fut interrompue par la FUNAI, qui alléguait qu'il s'agissait d'« un endoctrinement-incitation à la violence contre les Blancs et contre la FUNAI »[2]. Nous avons été remplacés par un couple nord-américain, membre d'une secte évangéliste fondamentaliste dont le but principal est de « sauver les âmes » et qui est entièrement en accord avec la politique de la FUNAI et des compagnies d'exploitation minière, lesquelles sont en réalité les nouveaux propriétaires de ce territoire.

L'HISTOIRE OFFICIELLE

Dès le début de ses projets de développement, le gouvernement a imposé dans cette région ses propres décisions, comme s'il s'agissait d'une fatalité historique. Il n'y eut aucune consultation populaire.

À l'opinion publique, la BR-174 fut présentée comme une exigence de longue date de l'État du Roraima et du Venezuela qui voulaient être reliés à Manaus par route, alors qu'en réalité cette route fut construite sous la pression des groupes intéressés à l'exploitation des richesses minérales et aux profits générés par l'énergie hydroélectrique. L'usine hydroélectrique de Balbina fut décrite par le gouvernement comme une nécessité absolue pour la survie de la ville de Manaus, particulièrement de la Zona Franca. Et l'exploita-



L'usine hydroélectrique de Balbina. (Photo Eletronorte)

tion minière le long de la route fut considérée comme une exigence pour générer des emplois, faire circuler de la richesse et permettre au Brésil de sortir de la dépendance étrangère.

Cependant, derrière toutes les activités mises en branle par la construction de la BR-174 on peut apercevoir le concept de « vide démographique »[5] qui sous-tend et justifie l'approche colonialiste dans la région amazonienne depuis 1500. Grâce à ce concept, on peut ne plus considérer ni les coûts ni les avantages sociaux. La population locale, composée d'Amérindiens et d'Amazoniens, est totalement ignorée, voire rejetée, considérée comme nulle et incapable d'avoir des connaissances et des expertises d'une valeur quelconque aux yeux du pouvoir colonisateur.

Faisant référence à la BR-174, le général Ismarth de Araújo Oliveira, président de la FUNAI, déclarait:

> Une chose est certaine: la décision du gouvernement de continuer la construction de la route est irréversible. Par conséquent, nos solutions doivent partir de cette prémisse, tout comme la route.

Et Hélio Rocha, directeur de la section Amazonie de la FUNAI, concluait: «C'est une question d'honneur national!»

«Les anthropologues ne doivent jamais oublier que le gouvernement brésilien veut l'intégration des Amérindiens dans la communauté nationale», affirmait le brigadier major Carlos Alberto Ferreira Lopes, à titre de porte-parole du gouvernement militaire au sein du conseil directeur de la FUNAI. Et il continuait:

> Ceci [l'intégration des Amérindiens] est pacifique et est inscrit même dans l'*Estatuto do Índio*. C'est inexorable et fait partie du développement du Brésil. Les Waimiris-Atroaris, dans l'optique gouvernementale, doivent être intégrés. Cette route sert plusieurs fins: politiques, économiques et militaires. C'est une route de frontière. La route doit être construite.[6]

Avec un fatalisme semblable on imposa le projet de l'usine hydroélectrique de Balbina et l'on remit la partie orientale de la réserve à la compagnie Paranapanema, afin qu'elle en exploite les richesses minérales.

Les gouvernements des différents États et les administrations des communes se limitent à partager la philosophie du progrès du gouvernement fédéral. Peu leur importe que ce progrès apporte ou non des avantages à la population de leurs États ou communes.

Un exemple classique de ceci est l'attitude des maires

des communes du Bas-Amazone et de la ville de Presidente Figueiredo, directement touchées par les effets négatifs de l'usine hydroélectrique de Balbina. Au moment de la planification des travaux, on fit savoir dans la région que toutes les communes seraient favorisées par l'énergie abondante qui viendrait de l'usine. Par la suite les illusions s'évanouirent, et il devint évident que l'entreprise n'apporterait à ces communes que des dommages, de même que des menaces pour l'écologie, puisque l'usine allait entraîner la mort de la rivière Uatumã et de ses poissons, ainsi que des animaux et de la forêt. Cela causerait des préjudices économiques d'une valeur incalculable, car à lui seul le bois de la forêt possède une valeur supérieure à un milliard de dollars, d'après les calculs de la Jaakko Pöyry, compagnie danoise d'ingénierie forestière chargée par l'Eletronorte d'évaluer la valeur de la biomasse du réservoir (Jaakko Pöyry 1984). Il fut également évident que l'énergie produite ne pourrait même pas approvisionner la ville de Manaus.

Malgré cette évidence, les maires actuels de la région, d'Itacoatiara à Parintins, louangèrent récemment la construction du barrage par des publicités dans la presse, accompagnées de photographies des maires – le tout payé de toute évidence avec de l'argent retiré du coffre public –, comme s'il s'agissait-là d'une œuvre qui allait marquer une nouvelle période de développement régional[5].

Mais l'exemple le plus évident d'adhésion à ce programme irrationnel fut celui de la commune de Presidente Figueiredo, sur le territoire de laquelle sont localisées Balbina et les mines de Pitinga. Le 7 novembre 1985, le maire paya des pages entières dans les journaux de Manaus, saluant l'arrivée dans la commune du président de la république. La commune de Presidente Figueiredo fut ainsi décrite comme «la terre du futur, responsable de l'exploitation d'une des plus grandes réserves minières du pays», et le président Sarney fut remercié pour «le soutien indéfectible accordé au projet hydroélectrique de Balbina, un des moteurs du développement de la commune et de l'État» (MAREWA 1987).

Malgré toute cette euphorie, le maire n'eut même pas libre accès à la zone d'exécution de ces grands projets, ni de contrôle sur le volume et la valeur du minerai produit quotidiennement, pas plus que sur la destination des quatre-vingt-quatorze mégawatts qui doivent être générés par Balbina. Mais, d'après les déclarations du maire, «près de 20% du revenu issu des impôts sur le minerai que la commune récolte mensuellement» provient de la mine de Pitinga[7]!

En somme, le maire a rempli la petite ville d'éléphants blancs, parfois sans aucune raison. Une machinerie abondante et sophistiquée a alors commencé à envahir cette petite ville de moins de 1 000 habitants. Tandis qu'environ 90% de tous les investissements sont destinés à la manutention et au bien-être des cadres, les besoins les plus élémentaires de la population ne sont pas satisfaits. Ainsi, il n'existe pas de réseau de distribution d'eau dans les maisons, même si, par ailleurs, la ville jouit du privilège de posséder une abondante source d'eau minérale à 500 mètres seulement. L'énergie, produite par thermo-électricité, est payée à fort prix par les consommateurs. Les salaires des ouvriers de la mairie arrivent fréquemment en retard et de façon irrégulière. Les paysans sont abandonnés à eux-mêmes. La machinerie, presque neuve, est hors d'usage et dans 90% des cas, en train de rouiller dans le garage municipal. La commune est en banqueroute.

Il est vrai par ailleurs que le minerai stratégique de la mine de Pitinga défile tous les jours, et toujours en grande quantité, à travers la commune, dans la flotte de camions de la compagnie Paranapanema.

Cette situation locale contraste aussi avec les arguments utilisés par les gouverneurs des États en question, l'Amazonas et le Roraima, qui dénient les droits des Amérindiens et prennent parti en faveur de la construction de la BR-174 et de l'exploitation minière et énergétique.

Ainsi, le gouverneur Danilo Aerosa, de l'Amazonas, déclarait:

> Les habitants de la forêt, les Waimiris-Atroaris, occupent des régions parmi les plus riches de notre État, empêchant leur exploitation. C'est cela, continuait-il, qui cause des préjudices incalculables au revenu national, rendant ainsi impossible de recueillir plus d'impôts, destinés à la mise sur pied de services publiques.[5]

Et le gouverneur du Roraima, Fernandes de Ramos Pereira, faisait écho à ce commentaire, en 1975, en déclarant: «Je crois qu'une aire riche comme celle-ci ne peut se payer le luxe de conserver une demi-douzaine de tribus amérindiennes bloquant son développement.»[8] Et, il faut bien le dire, dans l'histoire officielle de l'Amazonie le concept de développement a un lien intime avec le transfert pur et simple de ses richesses naturelles vers d'autres régions du monde.

LA MISSION DE LA FUNAI

Tout citoyen s'attend à ce qu'un organisme gouvernemental créé pour défendre les intérêts des Amérindiens suive l'orientation de la politique officielle exprimée dans la loi, en l'occurrence la Constitution et l'*Estatuto do Índio*. Dans le cas brésilien, par contre, la pratique officielle ne coïncide pas avec la politique gouvernementale sur les questions amérindiennes.

Gilberto Pinto, chef de l'équipe chargée d'établir le contact pacifique avec les Waimiris-Atroaris, affirme, dans un rapport du 27 octobre 1973:

> Notre but principal consiste en l'établissement d'un contact pacifique avec les Waimiris-Atroaris, accélérant ainsi le processus de leur intégration dans la société nationale. En même temps, nous devons offrir notre contribution à la construction de la route Manaus-Caracaraí (BR-174) à l'occasion de rencontres éventuelles entre les travailleurs de la route et les sylvicoles. (Costa 1973)

Apoena Meirelles, successeur de Gilberto Pinto au même poste, fut encore plus explicite:

> De nos jours, nous sommes en mission de paix et d'amitié avec les Amérindiens, mais en réalité nous sommes le fer de lance des grandes entreprises et des groupes économiques qui viendront s'installer dans cette zone.[9]

Bien qu'individuellement cela conduise beaucoup de fonctionnaires de la FUNAI à des conflits de conscience, la pratique officielle en matière amérindienne poursuit inexorablement ses objectifs, décimant les peuples autochtones. Aux yeux des leaders gouvernementaux, même l'*Estatuto do Índio* représente un document subversif, car il offre des garanties minimales aux Amérindiens.

Le succès obtenu par les entrepreneurs les a placés dans une position de force, leur permettant ainsi de faire nommer des personnes en qui ils ont pleine confiance aux postes de responsabilité de la FUNAI. À partir du début des années 1980, les entrepreneurs n'ont pas seulement décidé de l'orientation officielle de la politique sur les questions amérindiennes, ils ont en outre établi une stratégie que les fonctionnaires de la FUNAI doivent appliquer pour faire face aux éventuelles protestations de l'opinion publique contre la destruction de la vie et du patrimoine autochtones.

Ainsi, par exemple, en 1976, quand la FUNAI commença une étude pour la définition des nouvelles limites de la réserve waimiri-atroari, après que le décret 68.907/71 en eût exclu plusieurs villages, elle reçut du président de l'Eletronorte une lettre contenant des suggestions pour l'établissement de la limite méridionale – où cette entreprise avait commencé les travaux pour la construction du réservoir de l'usine hydroélectrique de Balbina. La lettre contenait aussi les arguments nécessaires pour faire taire n'importe quelle contestation pouvant s'élever au sein de l'opinion publique. Le document affirmait :

> Si la zone à préserver comme réserve amérindienne est maintenue telle qu'elle est, c'est-à-dire avec les rivières Santo Antônio de Abonari et Pitinga comme limite méridionale, alors l'inondation provoquée par le remplissage du réservoir sera minimale, *pouvant même favoriser un plus grand isolement de ces tribus et protéger leurs terres des invasions de toute sorte.* [10]

Le raisonnement de la Compagnie fut accepté littéralement par le commissaire régional de la FUNAI, Kazuto Kawamoto, et enrichi par le fruit de l'imagination du chef de l'équipe chargée d'établir un contact pacifique avec les Waimiris-Atroaris, Sebastião Firmo. En plus des bénéfices que le réservoir de Balbina devait apporter à la défense de la réserve, celui-ci découvrit chez les Waimiris-Atroaris une « tendance migratoire » spontanée vers le nord, ce qui venait compléter l'argument de l'Eletronorte et assurer la libération de la partie de l'aire immémoriale de ces Amérindiens localisée au sud de la rivière Abonari[11].

Kazuto Kawamoto était encore le chef de ce même commissariat régional de la FUNAI quand d'autres entrepreneurs, alléguant d'autres raisons, demandèrent les permis nécessaires à l'exploitation de cette même région très précise, laquelle, selon le raisonnement de l'Eletronorte, devait rester « sous la protection » du réservoir de l'usine hydroélectrique de Balbina.

Par ailleurs, en 1980, la compagnie d'exploitation minière Timbó, du holding Paranapanema, avait déjà pénétré profondément dans la réserve waimiri-atroari, s'infiltrant par le côté méridional, et ce fait était d'ailleurs entièrement connu de la FUNAI. Le 2 avril 1980, cette compagnie demanda au département du patrimoine indigène de la FUNAI de « décider si l'aire dans laquelle serait effectuée la recherche minéralogique appartenait au territoire indigène » (Schwade et Schwade 1985). Dans le même document, cette entreprise suggère à la FUNAI les arguments qui devront être utilisés pour que la compagnie puisse atteindre ses objectifs sans problèmes majeurs avec l'opinion publique. L'entreprise fait allusion à une différence existant entre la toponymie des cartes de l'agence officielle de cartographie et de statistique (IBGE) – à partir desquelles fut élaboré le décret 68.907/71 du 13 juillet 1971, créant la réserve – et celle des cartes postérieurement publiées par le RADAM/Brasil, et même celles de la deuxième édition des cartes de l'IBGE lui-même.

En d'autres termes, le changement du nom de la partie supérieure de la rivière Uatumã en celui de Pitinga, inscrit dans la cartographie entre 1971 et 1976 comme un simple changement sans conséquences majeures sur les limites de la réserve waimiri-atroari, s'est ainsi trouvé pris dans l'engrenage de la bureaucratie, produisant des résultats miraculeux : le président de la république, João Figueiredo, émit en effet bientôt le décret 86.630/81, par lequel la rivière qui limite à l'est la réserve waimiri-atroari était automatiquement transférée à cinquante kilomètres approximativement de son lit normal[1]. Pour les Amérindiens cela signifiait la perte de 526 800 hectares de leur territoire, incluant la plus grande mine de minerai stratégique du pays et peut-être du monde.

L'affaire parut dans la presse sous les manchettes les plus incroyables, comme celles-ci : « Figueiredo agrandit le territoire des Amérindiens »[12], ou « Aire indigène fermée par décret »[13].

Plus récemment, en août 1986, la compagnie Taboca signa avec trois leaders waimiris-atroaris une entente. Le superintendant régional de la FUNAI, Sebastião Amâncio, et le coordinateur du groupe de travail waimiri-atroari, Raimundo Nonato Correia, servirent de témoins[14]. Cependant, aucun Waimiri-Atroari, pas même les signataires du document, n'avait la capacité de comprendre les effets du document signé. Le fait que cette entente a été imposée aux Amérindiens et la soumission de la FUNAI face à la compagnie sautent aux yeux, non seulement à cause du contenu du document lui-même, mais aussi à cause d'une erreur grossière que les fonctionnaires de la FUNAI auraient difficilement pu commettre : l'interversion des noms des leaders des villages de Xero et de Yawara.

Par cette entente, les Amérindiens cédaient à la Compagnie une autre portion de leur territoire, riche en minerai stratégique, située dans la région de la rivière Ootape ou Tiaraju, où, en 1944, en pleine guerre mondiale, les officiers nord-américains Williamson et Baitz avaient fait de la prospection minière et furent alors tués par les Waimiris-Atroaris. C'était la première pénétration de la compagnie Taboca dans la vallée de la rivière Alalaú.

Pour sa part cette compagnie privée allait payer 2,6 millions de cruzados – correspondant environ à 260 000 dollars canadiens – destinés à un projet d'élevage de bovins. Il faut dire d'une part que l'élevage du bétail est une activité tout à fait étrangère à la vie et à la culture de ces Amérin-



Amérindiens waimiris du village de Yawaré. (Photo Egydio Schwade)

diens, et d'autre part, qu'aucun fonctionnaire de la FUNAI n'était en mesure de développer correctement ce projet pour garantir qu'au moins ces quelques miettes offertes par les envahisseurs puissent apporter un certain bénéfice à la communauté autochtone.

L'arrivée des dix-sept têtes de bétail se transforma en «cirque», distrayant les villageois, les retenant au village et laissant ainsi de larges portions de leur territoire à la disposition des compagnies d'exploitation minière. Les jardins potagers furent progressivement abandonnés, car les hommes étaient complètement occupés à la coupe des arbres pour la formation de pâturages. Ainsi, les jardins ont cédé la place au bétail, et les fins d'après-midi, qui étaient autrefois consacrées à la confection d'outils et à la remémoration de traditions et de légendes, sont maintenant occupées par la «contemplation» des animaux. Il ne sera pas facile, cependant, de changer la tradition qui veut que les animaux élevés dans le village ne doivent pas être abattus et mangés, comme c'est le cas pour ceux de la forêt. De plus, ce projet d'élevage va à l'encontre de la célébration des fêtes traditionnelles.

Ce projet, par ailleurs si chéri par les Amérindiens, se transforma en cheval de Troie permettant aux compagnies d'exploitation minière qui étaient déjà là, documents à la main, de prendre effectivement possession du territoire waimiri-atroari. Il peut même arriver que les Waimiris-Atroaris, toujours si actifs et combatifs dans la défense de leur territoire, puissent être plus tard expulsés de leurs propres villages, comme des vagabonds et des fainéants. Personne ne se rappellera alors qu'ils ont participé à un projet qui, en réalité, était voué à l'échec dès le début.

Le document de l'entente, dont la validité est d'un an, se termine en précisant qu'«en raison de son caractère volontaire, la présente entente pourra être annulée par l'un ou l'autre des partenaires, une communication écrite à l'autre partenaire étant suffisante à cette fin». Par ailleurs, l'entente ne définit aucunement l'extension du territoire cédé à la compagnie et de plus, dans la pratique, les Amérindiens n'ont pas les connaissances pour mettre fin à l'engagement signé.

Quand l'accord aura expiré, la compagnie Taboca aura détruit des centaines d'hectares de la réserve amérindienne, se les appropriant par la construction de nombreuses maisons, de bâtiments, d'entrepôts, etc., ce qui empêchera dans les faits un retour des Amérindiens aux territoires ainsi occupés.

C'est exactement la tactique utilisée par la Paranapanema dans tout le Brésil, et que son directeur, Octávio Lacom-



Plusieurs organisations se sont opposées à la construction du barrage de Balbina. Ici, petit livre de dénonciation produit par le MAREWA en 1987.

be, appelle «la conquête de l'espace par les lois»[15].

Ce projet d'élevage n'est que le plus récent de toute une série de projets de développement économique imposés par la FUNAI afin de convaincre les Waimiris-Atroaris de s'établir de façon permanente à proximité de ses postes et de se conformer à un régime de travail dirigé.

Ces trois modèles qui caractérisent l'action de la FUNAI ou, plus précisément, la politique du gouvernement brésilien sur les questions autochtones au cours de ces dernières années, pourraient être multipliés «ad nauseam», et ce aussi bien dans d'autres secteurs de l'intervention institutionnelle, comme l'éducation et la santé. Partout une rhétorique fleurie et sournoise s'efforce d'occulter une réalité scandaleuse.

À l'opinion publique, la FUNAI présente tour à tour l'image des Waimiris-Atroaris la plus adaptée à l'avancement des intérêts économiques du moment. Ainsi, entre 1968 et 1978, les Waimiris-Atroaris étaient «les sauvages qui devaient mourir». À partir des années 1980, ils commencèrent à être présentés comme le peuple le plus «pacifique, docile et bucolique du Brésil»[2]. C'est qu'à partir de cette date, les projets capitalistes étaient déjà établis sur le territoire des Amérindiens et leur disparition aurait pu être justifiée comme l'aboutissement logique du processus d'intégration (MAREWA 1983).

LA MISSION DU COMMANDEMENT MILITAIRE DE L'AMAZONIE

Comme il arrive présentement dans les terres des peuples indigènes habitant la région du projet Calha Norte, l'armée entreprit en 1968 la construction de la caserne Abonari, en plein territoire waimiri-atroari, apparemment comme base pour les travaux de la route devant relier Manaus à Boa Vista et à Caracas. La plupart des soldats et sans doute plusieurs officiers considéraient que telle était réellement leur mission. Néanmoins, à la même époque, dans les bureaux de la FUNAI à Brasília, circulait un projet du ministère des Affaires intérieures pour urbaniser et peupler une région située à la frontière de l'Amazonie entre la Guyana et le Venezuela, projet élaboré par la compagnie amazonienne Erolt. «La région proposée dans ce plan comprend le territoire des Waimiris-Atroaris, lesquels ont juré de s'unir pour affronter l'homme blanc intéressé à ses terres et au minerai», écrivions-nous aussitôt que le plan fut connu (Schwade et Schwade 1985).

Face à la résistance des Amérindiens contre la construction de la route, la mission du Commandement militaire de l'Amazonie s'est vite amplifiée, se transformant en une véritable opération d'occupation militaire du territoire waimiri-atroari. Les mouvements des Amérindiens étaient constamment contrôlés par avion et par hélicoptère[8]. Les Amérindiens eux-mêmes étaient combattus comme s'il s'agissait de guérilleros (MAREWA 1983). Poursuivis dans tout leur territoire, les Waimiris-Atroaris cherchèrent à se défendre, attaquant les postes avancés de la FUNAI et des travailleurs qui ouvraient les chemins de la BR-174. Comme seule solution, le Commandement militaire de l'Amazonie ordonna l'usage de mitrailleuses, de grenades et de dynamite[4].

L'obligation qui lui était attribuée par l'*Estatuto de Índio*, à l'article 34, de protéger les terres et les communautés indigènes fut transformée en une démonstration de force contre les Amérindiens. Peu à peu, toutefois, le Commandement militaire de l'Amazonie et son unité déployée en pays waimiri-atroari – le 6e Bataillon d'ingénierie et de construction (6° BEC) – furent contraints d'endurer une situation humiliante.

En plus d'être les témoins et d'être impliqués dans la disparition de plus de deux mille Waimiris-Atroaris et dans la spoliation de leurs terres, ils sont aujourd'hui réduits au rôle de spectateurs marginalisés vis-à-vis des nouveaux propriétaires et des nouvelles «forces armées» qui commandent le territoire waimiri-atroari. Occupé à des tâches d'importance mineure, comme l'identification des voya-

geurs de la BR-174, le Commandement militaire de l'Amazonie – et son 6° BEC – assiste, muet et bras croisés, à la remise des terres amérindiennes (en principe placées sous sa protection depuis la construction de la caserne sur la rivière Abonari) à la Sacopã, une compagnie privée de sécurité qui œuvre au service de la Paranapanema et qui dispose d'hommes et d'équipement militaire en quantité égale ou supérieure à ceux de l'armée.

LA MISSION DU DÉPARTEMENT NATIONAL DE PRODUCTION MINIÈRE

Un autre organisme, nommé Département national de production minière (DNPM), prit parti, tout comme la FUNAI, en faveur des intérêts extra-régionaux et viola, dans le cas des Waimiris-Atroaris, la législation officielle sur les affaires autochtones.

En mai 1973, dans un article intitulé «Probing the unknown in the Amazon basin... A roundup of 21 mineral exploration programs in Brasil», Max White (1973), géologue de la Geological Survey, publia des informations à propos de vingt et un projets géologiques et miniers en exécution dans le bassin amazonien (cf. aussi Davis 1977). Cet énorme travail de prospection faisait partie d'un programme de coopération entre deux agences brésiliennes, soit d'une part le Département national de production minière et la Compagnie de prospection de ressources minières, et d'autre part la compagnie nord-américaine Geological Survey. Ce programme de prospection était réalisé sous le patronage du gouvernement du Brésil et de l'United States Agency for International Development (USAID).

Selon White, à cette époque, il y avait déjà deux cent vingt-cinq géologues et ingénieurs qui réalisaient des prospections minières en Amazonie, cent vingt-cinq demeurant à Belém (PA), près de quarante à Manaus (AM) et une soixantaine à Porto Velho (RO).

Le territoire waimiri-atroari était déjà scruté par ces agences depuis au moins 1968: il est évident que les résultats de leurs recherches étaient à la disposition du DNPM.

Il existe au Brésil une loi qui oblige explicitement le ministère des Mines et Énergie, et a fortiori toutes les agences qui lui sont subordonnées, à demander et obtenir un certificat attestant l'absence d'Amérindiens *(certidão negativa)* avant de pouvoir concéder tout permis de prospection dans la région amazonienne.

Malgré cette disposition légale, le 31 janvier 1979, le ministre des Mines et Énergie, Shigeaki Ueki, concéda en une seule fois cinq permis à la Paranapanema pour rechercher de la cassitérite dans la portion orientale de la réserve waimiri-atroari, créant ainsi un précédent qui stimula l'appétit des autres compagnies (Schwade et Schwade 1985). En effet, six ans plus tard, plus de 90% du territoire de ce même peuple amérindien faisait l'objet de demandes de permis de prospection et d'exploitation par des compagnies minières nationales et internationales, comme nous avons déjà eu l'occasion de le mentionner.

La philosophie du DNPM transparaît dans cette affirmation de son actuel directeur, José Belfort:

> Présentement, les territoires indigènes, notamment celui des Waimiris-Atroaris, et les réserves forestières, qui dans la seule Amazonie occidentale couvrent une surface totale de 34 240 006 hectares, constituent des vides démographiques ou des niches menaçant la sécurité nationale, car ils représentent des kystes ethnographiques à l'intérieur du pays. [5]

LA POLITIQUE DE L'ELETRONORTE

En 1968, quand fut entreprise la construction de la route BR-174, l'usine hydroélectrique de Balbina, sur la rivière Uatumã, était déjà l'objet de sérieuses considérations. Tout amène à croire que l'ensemble du projet de la BR-174, de l'exploitation minière et de l'usine hydroélectrique était déjà articulé avant que la route ne traverse le fleuve Urubu, à cent kilomètres de Manaus[16].

L'attitude des agences gouvernementales, FUNAI et Eletronorte, fut, dès les débuts, de masquer le coût social de Balbina.

Dans le cas des Waimiris-Atroaris, trois tactiques furent utilisées pour minimiser le problème de l'inondation d'une partie des terres indigènes par les eaux du réservoir.

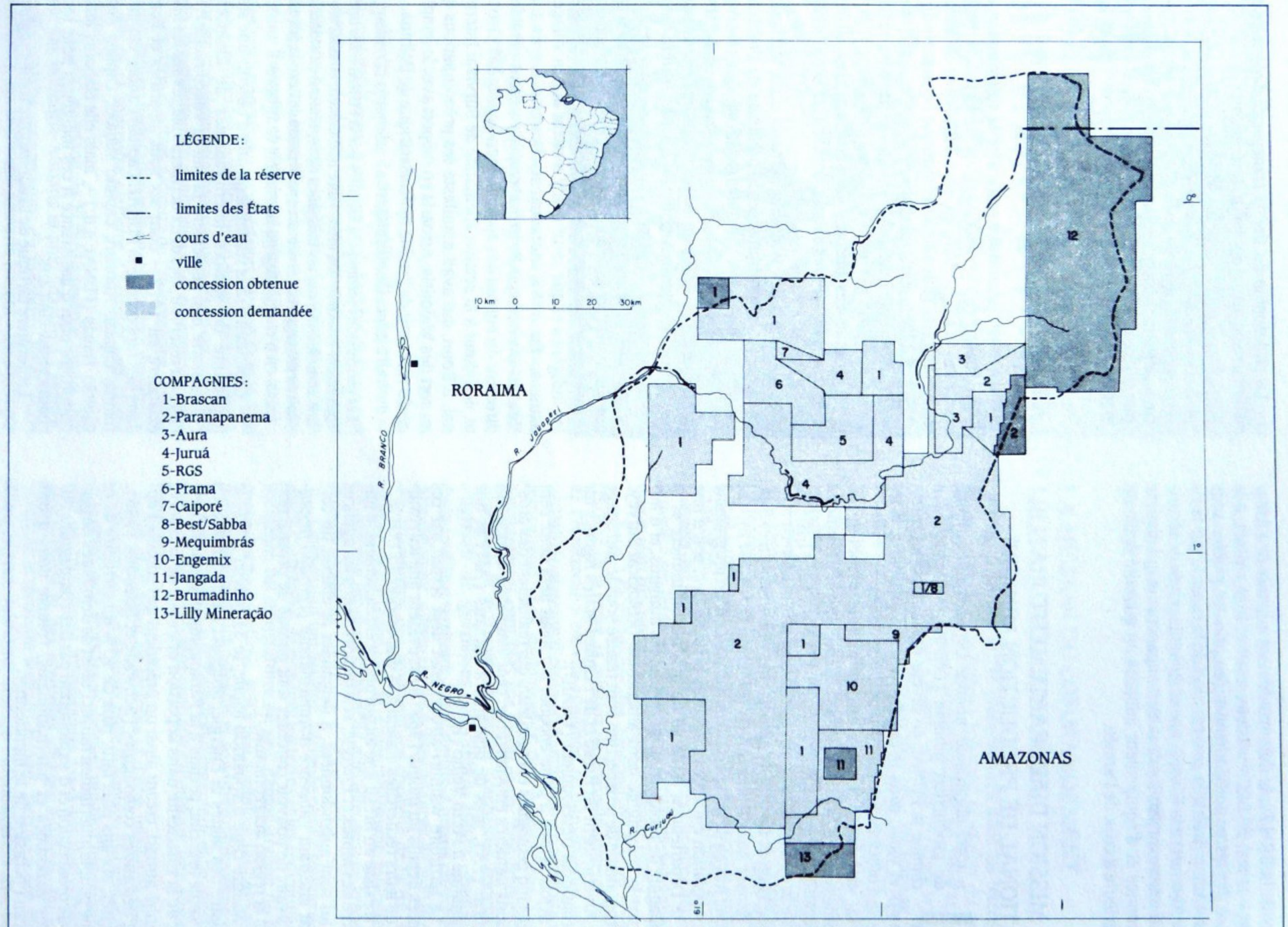
Entre 1968 et 1971, l'aire de chantier de Balbina de même que la rive droite de la rivière Uatumã et de son principal affluent, le Santo Antônio do Abonari, furent enlevées du territoire waimiri-atroari.

Ensuite, on commença à diffuser dans l'opinion publique l'information que toute la région qui serait inondée par le futur réservoir n'était qu'une région peu fréquentée par les indigènes et que ceux-ci n'y avaient aucun village permanent. En 1983, notamment, Douglas Souza Luz et Newton Burlamaqui Barreira, respectivement président et directeur du bureau des approvisionnements de l'Eletronorte, écrivirent à la section allemande de Survival International, à Bonn, qui avait manifesté ses préoccupations quant au sort des Waimiris-Atroaris en rapport avec le remplissage du réservoir de l'usine hydroélectrique de Balbina. Sans la moindre gêne, ils affirmèrent:

> Les conclusions techniques fournies par la FUNAI nous ont complètement rassurés. En effet, l'aire initialement considérée comme étant habitée par les indigènes ne représente en réalité qu'un lieu de passage et de rencontres où, à cause de l'exode des autochtones, on n'enregistre plus la présence de villages. [17]

Cependant, plus récemment, afin d'obtenir une somme importante de sources internationales de financement, l'Eletronorte non seulement faisait la «découverte», dans l'aire du réservoir, des deux derniers villages sur les huit qui existaient en 1972 – dont six sont identifiés et nommés dans des rapports de la FUNAI: Capitão Canori, Capitão Coroinha, Capitão Abonari, Capitão Manoel, Capitão Pedro et Capitão Tomás (FUNAI, s.d.) –, mais elle élaborait aussi un minutieux plan d'assistance à ces indigènes pour les prochains vingt-cinq ans.

La dernière tactique de la Compagnie fut d'exagérer dé-



Source: *Empresas de mineração e terras indígenas na Amazônia,* CEDI/ CONAGE 1988: p. 65.

mesurément

mesurément l'importance de son œuvre «technique», au point de la comparer au sacrifice du peuple waimiri-atroari: «La construction de l'usine hydroélectrique de Balbina est d'une importance aussi grande que la préservation ethnologique de nos ancêtres», ont alors déclaré ses cadres[17].

Par ailleurs, les responsables de l'Eletronorte sont tout à fait au courant que, selon les commentaires de Roberto M. Franco, directeur d'une agence gouvernementale pour la protection de l'environnement, «cette usine hydroélectrique est la plus grande bêtise du programme énergétique brésilien. Elle est une absurdité! Des millions de dollars seront littéralement jetés à l'eau» (*cf.* MAREWA 1987).

L'Eletronorte sait aussi que Balbina ne produira que quatre-vingt-quatorze mégawatts, ce qui correspond à un tiers seulement de la demande énergétique de Manaus. Et à cause de la sédimentation du réservoir, la vie productive de l'usine n'atteindra même pas les vingt-deux ans nécessaires pour amortir son coût financier connu.

LES INTÉRÊTS MULTINATIONAUX

D'après les recherches menées par plusieurs secteurs de la presse, la récente campagne du quotidien *O Estado de São Paulo* contre le Conselho Indigenista Missionário, agence liée à la Conférence nationale des évêques brésiliens, a reçu le soutien financier de la compagnie Paranapanema.

Lors de cette campagne diffamatoire, l'équipe de pastorale du diocèse d'Itacoatiara dont la raison d'être est la défense des Waimiris-Atroaris, fut l'objet de trois articles. Pourquoi toutes ces attaques alors que l'équipe est constituée de dix personnes seulement, dont six ont moins de dix ans!

La raison se trouve dans le fait que, même après avoir été expulsée du territoire indigène par les groupes et compagnies qui se cachent derrière les grands projets de développement de la région waimiri-atroari, l'équipe continue à témoigner du pillage de cette aire et appuie deux actions judiciaires contre la compagnie Paranapanema[18]. Chaque jour, cent cinquante à deux cents tonnes de minerai stratégique passent en camion devant la résidence de l'équipe, au bord de la BR-174. Il s'agit peut-être du plus grand pillage de l'histoire humaine si l'on considère le volume et la valeur de la mine de Pitinga et l'intensité et la rapidité avec lesquelles on les transfère à l'étranger. Tout le long du parcours en territoire national, aucun contrôle n'est exercé sur le poids ou la valeur de ce minerai, sauf, bien sûr, le contrôle agressif et très bien organisé de la Sacopã, la compagnie de sécurité privée au service de la Paranapanema.

Il est évident qu'une exploitation aussi ostensible ne peut se produire qu'avec la pleine connaissance des hautes autorités du pays, surtout du ministère des Mines et Énergie. Il est aussi évident que cela ne se fait pas gratuitement: quelqu'un, quelque part, est en train de s'enrichir...

S'agirait-il d'une manière discrète d'honorer les engagements pris par le pays avec le Fonds monétaire international, ou d'une nouvelle voie trouvée par le gouvernement pour résoudre le problème de la dette extérieure sans être obligé de s'expliquer devant le peuple brésilien?

S'agirait-il plus simplement du besoin du capitalisme de transférer d'urgence cette mine à un autre endroit plus sécuritaire, en raison de l'insécurité croissante que le monde capitaliste éprouve dans ses relations avec le Tiers Monde?

«Nous sommes impliqués dans une guerre entre des intérêts gigantesques qui dépassent les dimensions de notre pays»[19], telle est l'analyse fort adéquate de D. Tomás Balduino.

La révélation, faite par le sénateur Severo Gomes et selon laquelle une partie de l'argent du scandale Iran-Contras fut gardée à part et destinée à aider la «démocratie» au Brésil, confirme cette opinion.

LES COUPABLES

L'analyse des intérêts en jeu dans le cas des Waimiris-Atroaris montre bien que l'on ne se trouve pas en présence d'un épisode sporadique; bien au contraire, l'on se trouve confronté à un processus moderne très vaste de destruction des peuples autochtones, processus qui est à l'œuvre partout dans l'Amérique indigène et, pourquoi ne pas l'avouer, aussi dans d'autres régions du globe.

Lorsque nous considérons le génocide subi par les Waimiris-Atroaris pendant les vingt dernières années, il faut changer de perspective. Normalement, au Brésil, il semble plus facile d'indiquer les vrais coupables quand il s'agit de torture et d'assassinats commis contre des personnes ou des groupes de notre propre société. On accuse alors les personnes ou les agences directement impliquées. Dans le cas des Amérindiens, la société dite «civilisée» – «des Blancs» – assume fréquemment une culpabilité collective, ce qui a toujours pour effet de cacher les vrais criminels, qui font ainsi porter à la masse innocente la responsabilité de leurs méfaits.

Dans le cas des Waimiris-Atroaris, il y a eu blocage d'information et manipulation intentionnelle de l'opinion publique par la FUNAI et le Commandement militaire de l'Amazonie, qui sont les seuls témoins, à part les victimes, des événements de ces derniers vingt ans, quand les Waimiris-Atroaris furent réduits de 3 000 à 374 personnes.

Alors que plus de 2 500 indigènes ont disparu, les rapports de la FUNAI ne font même pas état d'une centaine de cas documentés, assortis chacun de leur *causa mortis*. On peut supposer ainsi qu'il y eut un pacte de silence, dont les auteurs doivent être incriminés au moins aussi durement que les auteurs de la torture et de la mort des centaines de citoyens qui ont contesté, durant la même période, le régime militaire oppresseur.

Ce n'est pas la société brésilienne qui a commis ce crime. Au contraire, les quelques informations sur les violences infligées à ce peuple amérindien qui ont pu parvenir à la connaissance publique grâce à la presse, au CIMI et à d'autres organismes, ont toujours provoqué l'indignation générale.

Il est d'autant plus important de noter cette observation

à la fin de cette analyse que les mêmes agences publiques responsables de l'assassinat et de la spoliation du patrimoine des Waimiris-Atroaris, sont maintenant à l'œuvre dans un champ plus vaste, à savoir le projet Calha Norte, répétant le même programme, avec les mêmes stratégies et les mêmes techniques.

Notes

[1] *Diário Oficial,* Brasília, Décret, 68.907 du 13/07/1971; Décret 74.463 du 26/08/1974; Arrêté 511 du 5/07/1978; Décret 86.630 du 23/11/1981.

[2] *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 26/10/1975; 12/08/1987; 13/08/1987; 15/08/1987; 06/10/1987.

[3] Leonida Egufe, «Sarampo na área dos Waimiri-Atroari», abril 1981; Egipson Nunes, «Epidemia de sarampo entre os Waimiri-Atroari», 2/06/1981; Maria Sônia N. Nóbrega, «Os Waimiri-Atroari sofrem o sarampo», 5/06/1981.

[4] Comando Militar da Amazônia (General de brigada Gentil Nogueira Paes), *Oficio Nº 042,* Km 220 da BR-174, 21/11/1974.

[5] *A Crítica,* Manaus, 27/11/1968; 30/09/1984; 7/11/1985.

[6] Conselho Indigenista da FUNAI, *Ata da 81ª Sessão,* Rio de Janeiro, 24/01/1975.

[7] *Jornal do Amazonas,* Manaus, «Cassiterita desenvolve Presidente Figueiredo», setembro de 1984.

[8] *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 23/09/1973; 2/03/1975.

[9] *Opinião,* Rio de Janeiro, 17/01/1975.

[10] Llano, Raoul (Eletronorte), *Oficio ao presidente da FUNAI,* Brasília, 21/09/1976. (Nos italiques).

[11] Firmo, Sebastião Nunes, *Parecer,* Manaus, 19/10/1976.

[12] *O Globo,* Rio de Janeiro, 25/11/1981.

[13] *Tribuna da Imprensa,* Rio de Janeiro, 24/11/1981.

[14] Silva, Nelson Dorneles da (Paranapanema), Tomaz Famehe, Mário Paroé et Viana Womé, *Termo de Compromisso,* Manaus, 26/08/1986.

[15] *Jornal do Comércio,* Manaus, «Paranapanema obtém lucros de 200 bi», 17/10/1985.

[16] Carijó, Cel. Mauro, *Carta,* Manaus, 30/07/1967.

[17] Luz, Douglas Souza, et Barreira, Newton Burlamaqui (Eletronorte), *Carta à Senhora Sandra Wentzel,* Brasília, 17/03/1983.

[18] Almeida, Maria do Espírito Santo de Souza; Souza, Emanuel Altamor Viana de; et Nunes, Sebastião de Souza, *Ação cautelar inominada contra a FUNAI e contra a empresa Timbó, Indústria de Mineração Ltda,* Brasília, 18/12/1985. Brand, Antônio Jacó; et Rodrigues, Maria Solange, *AÇão popular Nº V-252/86.*

[19] *Porantim,* Brasília, «Opinião, X, 102, outubro de 1987.

Ouvrages cités

BRASIL, Altino Berthier, 1985: *O pajé da beira da estrada.* Porto Alegre, EST.

CEDI/CONAGE, 1986: *Interesses de exploração mineral incidentes na área indígena Waimiri-Atroari.* São Paulo, CEDI.

COSTA, Gilberto Pinto F., 1973: *Relatório da Fente de Atração Waimiri-Atroari.* Rapport pour la FUNAI, Manaus, Ms.

DAVIS, Shelton, 1977: *Victims of the Miracle, Development and the Indians of Brazil.* New York, Cambridge University Press.

FUNAI, s.d.: *Postos indígenas da FUNAI. Brasília, Ms.*

JAAKKO PÖYRY Engenharia, 1984: *UHE-Balbina, Extração e utilização da biomassa florestal da área do reservatório.* Rapport pour l'Eletronorte, Ms.

MAREWA, 1983: *Resistência Waimiri-Atroari.* Itacoatiara.

——, 1987: *Balbina: ameaça e destruição na Amazônia.* Manaus.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo, 1975: *Informação sobre os índios Waimiri-Atroari.* Rapport inédit.

SCHWADE, Egydio, et Doroti SCHWADE, 1985: *As terras Waimiri-Atroari no ciclo do minério.* Ms.

WHITE, Max G., 1973: «Probing the unknown in the Amazon Basin... A roundup of 21 mineral exploration programs in Brazil». *Engineering and Mining Journal* 174 (5): 72-76.

TRIBUNAL PERMANENT DES PEUPLES

Fondateur: LELIO BASSO

Président:

FRANÇOIS RIGAUX (BELGIQUE)

Vice-Présidents:

AMAR BENTOUMI (ALGERIE)

MAKOTO ODA (JAPON)

ARMANDO URIBE (CHILI)

GEORGE WALD (USA)

† RUTH FIRST (AFRIQUE DU SUD)
ancien Vice-Président

Secrétaire-Général:

GIANNI TOGNONI (ITALIE)

TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS

Sessão Amazônia Brasileira

Paris, 12-16 de Outubro 1990

SENTENÇA

SECRÉTARIAT GÉNÉRAL: VIA DELLA DOGANA VECCHIA, 5 - 00186 ROMA - TEL. 65 41 468

Membros do Tribunal Permanente dos Povos componentes do júri para a sessão sobre a Amazônia brasileira.

1. **Victoria Abellán Honrubia**, Espanha, professora de direito internacional na Universidade de Barcelona.

2. **Elmar Altvater**, Alemanha, professor de economia na Universidade Livre de Berlim.

3. **Dalmo de Abreu Dallari**, Brasil, professor de direito público na Universidade de São Paulo.

4. **Richard Falk**, Estados Unidos, professor de direito internacional na Universidade de Princeton.

5. **Luigi Ferrajoli**, Itália, professor de filosofia do direito na Universidade de Camerino.

6. **Erwin Krautler**, Brasil, bispo do Xingu.

7. **Raniero La Valle**, Itália, membro do Parlamento italiano.

8. **Frieda Meissner Blau**, Austria, professora de sociologia na Universidade de Viena, ex-membro do Parlamento Austriaco, candidata à Presidência da República Austriaca nas últimas eleições.

9. **François Rigaux**, Bélgica, professor de direito internacional na Universidade Católica de Lovânia.

10. **Salvatore Senese**, Itália, conselheiro da Corte de Cassação.

11. **Philippe Texier**, França, presidente do Tribunal d'Evry.

O Tribunal foi instalado atendendo a pedidos ou apoios,apresentados pelas seguintes organizações brasileiras:

CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZONIA
ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DA REFORMA AGRARIA
ASSOCIAÇAO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS
AJUP (INSTITUTO DE APOIO JURIDICO POPULAR)
INSTITUTO VIANEY
CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO)
COMISSAO PRO-INDIO DE SAO PAULO
CAMPANHA NACIONAL PARA A DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
OIKOS
SALVE A AMAZONIA
FASE (NACiONAL)
AMIGOS DA TERRA (RIO GRANDE DO SUL)
IBASE (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANALISES SOCIAIS E ECONOMICAS)
MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
SOCIEDADE PARAENSE PARA A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
UNI (UNIAO DAS NAÇOES INDIGENAS)
CPT (COMISSAO PASTORAL DA TERRA)
CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRARIA
CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
CEDI (CENTRO ECUMENICO DE DOCUMENTAÇAO E INFORMAÇAO)
IAMA (INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA E MEIO AMBIENTE)
MAGUTA (CENTRO DE DOCUMENTAÇAO E PESQUISA DO ALTO SOLIMOES)
NDI (NUCLEO DE DIREITOS INDIGENAS)
CTI (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA)
INESC (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIO-ECONOMICOS)
CUT (CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES)

Conforme os procedimentos estabelecidos em seus Estatutos, o pedido foi examinado e declarado aceitável pela Presidência do Tribunal que convocou uma sessão com referência aos seguintes pontos de acusação:

a) que o governo brasileiro através de seus órgãos responsáveis (Fundação Nacional do Indio - FUNAI, Ministérios, Secretarias e Agências) vêm, de forma sistemática, violando os direitos fundamentais das populações indígenas. Dessa forma, efetua práticas comissivas e omissivas que inviabilizam a aplicação do direito vigente no Brasil;

b) que o governo brasileiro, através de órgão legalmente constituído (Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA), em conjunto com entidades privadas nacionais e multinacionais, executa política agrária danosa para a Amazônia Brasileira, desencadeando formas violentas de conflito causadoras de constantes desrespeitos aos direitos do homem e do trabalho;

c) que o governo brasileiro, por inexecutar a política ambiental prevista nos diplomas normativos internos e naqueles de que é signatário na ordem internacional, tem possibilitado a veloz destruição do complexo ecológico da Amazônia brasileira;

d) que a responsabilidade do governo brasileiro deve ser partilhada com os organismos internacionais responsáveis pela implantação da política de desenvolvimento vigente na ordem econômica internacional (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento). Os Governos dos paises do Primeiro Mundo são responsáveis solidariamente pelos fatos e práticas denunciadas.

A decisão de convocar uma sessão sobre o caso da Amazônia brasileira foi transmitida com toda a devida documentação três meses antes da data fixada ao Governo do Brasil, aos chefes de Estado do grupo dos Sete Países (Alemanha, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão), ao presidente da Comissão da CEE, ao diretor do Banco Mundial, ao presidente do Fundo Monetário Internacional, convidando-os a designar um defensor. Deram notícia do recebimento da acusação o Canadá, a CEE, o Banco Mundial, sem designação de defensor. Desse modo, o Tribunal designou o Professor Guido Soares para incumbir-se da defesa.

O Tribunal realizou audiências públicas no Anfiteatro Poincaré, Ancienne École Polytechnique, em Paris.

Após a abertura da sessão feita por François Rigaux, Presidente do Tribunal Permanente dos Povos, ouviu no dia 12 de outubro de 1990:

- o discurso inaugural apresentado por Jean-Michel Belorgey, Deputado de l'Allier, presidente da "Commission des Affaires Culturelles Familiales et Sociales de Assemblée Nationale", França

- a intervenção de Maria Amélia Santos, presidente do grupo verde do Parlamento europeu, Portugal

- a apresentação do Ato de Acusação "Situação das populações e do ecosistema, e o modelo econômico" por Fábio José Feldman, deputado federal, Brasil

- os informes fornecidos por Gianni Tognoni, Secretário geral do Tribunal Permanente dos Povos, Itália, acerca da posição do Tribunal, porque e como

se chegou a esta sessão, em continuidade à sessão de Berlim, de Setembro de 1988.

No dia 13 de Outubro de 1990, o Tribunal ouviu os relatores e testemunhas acerca dos problemas das populações amazônicas, sendo coordenador José de Souza Martins, professor de sociologia na Universidade de São Paulo, Brasil, tendo sido ouvidos

os relatos de:

- Lúcio Flávio Pinto, jornalista, Brasil, sobre os povos da Amazônia e a sua relação com a terra
- Lux Vidal, antropóloga, Brasil, sobre as populações indígenas
- Angelo Pansa, missionário italiano no Brasil, sobre o papel dos padres missionários
- Severo Gomes, senador, Brasil, sobre o caso dos Indios Yanomami
- Mauro Leonel, antropólogo e economista, Brasil, sobre o caso dos Urueuwauwau
- Alfredo Wagner Berno de Almeida, antropólogo, Brasil, sobre o caso dos posseiros

os testemunhos de:

- Davi Yanomami, Indigena, Brasil
- Itabira Surui, Indigena, Brasil
- Orlando Canuto,trabalhador rural, Brasil
- Osmarino Amâncio Rodrigues, seringueiro, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Brasiléia, Brasil

ouviu também , como defensores das vitimas:

- Luís Edson Fachin, advogado, Brasil
- Carlos Frederico Marés de Souza Filho, advogado, Brasil

No dia 14 de Outubro de 1990, o Tribunal ouviu os relatores acerca do problema da destruição do ecosistema, sendo coordenador Aziz Ab'Saber, professor,pesquisador do Núcleo de Altos Estudos na Universidade de São Paulo, Brasil

os relatos de:

- Warwick Kerr, biológo, Brasil, sobre a destruição do meio ambiente na Amazônia
- Gerôncio Rocha, geólogo, Brasil, sobre a exploração do minério - destruição dos recursos naturais não renováveis
- Philip Fearnside, Estados Unidos, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, sobre a expansão das superfícies destinadas à agropecuária e o seu impacto sobre o meio ambiente

- Lygia Sigaud, antropóloga, Brasil, sobre o impacto ambiental das usinas hidroelétricas nas atividades do homem
- Aziz Ab'Saber,Brasil, sobre os defeitos da organização do espaço
- Jean Hebette, professor e pesquisador belga na Universidade de Belém, sobre a intervenção das multinacionais
- Violeta R.Loureiro, diretora do IDESP (Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará), Brasil, sobre o caso do corredor Carajás - São Luis
- Roberto Santos, professor de sociologia jurídica na Universidade de Belém, Brasil, sobre os aspectos jurídicos dos casos apresentados.

Acerca do problema das populações amazônicas, o Tribunal ouviu:

o relato de:

- Egidio Schwade, indigenista, Brasil, sobre o caso dos Indios Waimiri-Atroari

o testemunho de:

- Manuel Moura, Indigena, Brasil.

No dia 15 de Outubro de 1990, no Salão do Hotel Adagio, em Paris, o Tribunal ouviu:

os relatos de:

- Francisco da Costa, professor de economia da Universidade Federal do Pará, Brasil
- Alain Ruellan, professor de ciências do solo, França
- Jõe Verhoeven, professor titular na Faculdade de Direito da Universidade de Lovaina, Bélgica.

A defesa apresentada por Guido Soares, professor de direito internacional na Universidade de São Paulo, Brasil.

O Procurador da República Federal do Brasil, José Roberto Santoro, convidado especial do Tribunal, esteve à disposição do Juri durante todo o debate, tendo prestado inúmeros esclarecimentos.

No dia 16 de Outubro de 1990, o júri proferiu a sentença na Casa da América Latina, em Paris.

LISTA DOS DOCUMENTOS ENTREGUES DURANTE OS DEBATES

O Tribunal Permanente dos Povos examinou os seguintes documentos e publicações, os quais foram apresentados como provas.

Apresentados por Lux Vidal

- Relatório sobre a violação dos direitos indígenas no nordeste de Roraima: casos recentes - Nádia Farage.
- Documento sobre o desmatamento da Reserva Indígena Xikrin do Catetê.
- A publicação: Desmatamento e povos indígenas - Lux Vidal - Rev. Ecologia.
- Recortes da imprensa brasileira.
- Lista de indígenas assassinados.

Apresentados por Severo Gomes

- Breve histórico do povo Yanomami e seu território: o governo Sarney e os Yanomami; o governo Collor e os Yanomami.
- Roraima: o aviso da morte. Ação pela cidadania. Edição e publicação CCPY/CEDI - junho 1988.
- Yanomami: a todos os povos da terra - Edição e publicação CCPY/CEDI/CIMI/NDI - junho de 1990.
- Recortes da imprensa brasileira acerca da situação dos Yanomami, de 25/08/90 a 10/09/90.

Apresentados por Alfredo Wagner
19 "dossiers"

- CPT Norte II - Trabalhadores Rurais assassinados no Pará- (1978/1988)
- CPT diocese de Abaetatuba - Relatório sobre o assassinato de Benito Alves Bandeira (Benezinho)
- CPT-PA - Relatório sobre o assassinato de Galindo de Jesus Fagundes, em 13/07/1988.
- CPT-PA- Relatório sobre o assassinato de Virgilio Serrão Sacramento.
- Informações sobre o massacre da família Canuto - Dez.85/abr.90.
- Informações diversas sobre o assassinato de Quintino Silva Lira, líder campones classificado como "bandido".
- MAGUTA- Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões- Massacre dos Tikuna, 28/03/1988 (Amazonas).
- Violência contra mulheres.
- Informações sobre membros do clero assassinados por defenderem "posseiros" na Amazônia.
- Informações sobre o assassinato de advogados que defendiam "posseiros" na Amazônia.
- Conselho de defesa dos direitos da pessoa humana - Relação de Processos sobre conflitos de terra nó Pará.
- STR de Conceição do Araguaia (PA)- Solicitação ao representante do Min. Público de instauração de inquéritos.
- CPT Norte II- Solicitação à autoridades e órgãos oficiais de providências legais em face do assassinato de camponeses.
- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos- Relatório sobre violências praticadas no povoado de Centro dos Aguiar- (MA) 1989.
- FETAEMA- (Fed. dos Trabalhadores Rurais - MA)- Relatório sobre violências praticadas pela polícia em Serraria e Aldeia.

- ASSEMA- Grupo de Estudos das Quebradeiras de Coco Babaçu (MA)- " O genocídio das quebradeiras " - Pedreiras, 1990.
- Depoimentos sobre as violências contra camponeses nos povoados de: Serra Bonita, Ludovico, Aldeia, São Manuel, Pau Santo, Centro dos Aguiar- Maranhão -1985/1990.
- Processo crime relativo ao assassinato de Elias- Santa Luzia (MA).

- O volume I sobre Conflitos de terra do MIRAD - fev.1989.
- O volume V sobre Conflitos de terra: Garimpeiros e Tensão Social, set.1986.
- Parecer antropológico sobre formas de trabalho escravo nos seringais do Alto Juruá, Estado do Acre, 1989.
- A publicação: violência contra mulheres e menores, do MIRAD
- Relato da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, acerca da Fazenda Jandaia.
- Denúncia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.
- Recortes da imprensa brasileira sobre violência no campo.

Apresentados por Orlando Canuto

- "Dossier" contendo informações e relatos das vítimas da região de Rio Maria e Xinguara, no Estado do Pará - 1989/1990.
- Documento da CPT do regional Araguaia/Tocantins, Estado do Pará.
- Carta da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Estado do Pará, ao Presidente do TPP, denunciando os vários assassinatos.

Apresentados por Osmarino Amâncio Rodrigues

- "Dossier" acerca da situação dos seringueiros do Acre e seus projetos-90
- Relato sobre a violência policial contra seringueiros- 1989
- Denúncia contra a impunidade dos criminosos
- Relato do encontro dos Povos da Floresta - mar.1985- Rio Branco
- Relato do grupo Ação pela Cidadania, sobre a viagem ao Estado do Acre- 1988 - Brasilia.
- Publicações do Conselho Nacional dos Seringueiros - 1989

Apresentado por José Roberto Santoro

- Inquérito civil no01- Acre, da Procuradoria Geral da República acerca da situação dos seringueiros.

Apresentados por Egidio Schwade

- Relato sobre os grandes empreendimentos na Amazônia e seu custo social.
- Relato sobre as Terras Waimiri/Atroari no ciclo do minério.
- Denúncia dos trabalhadores de Presidente Figueiredo (AM)
- Ordem de serviço do comandante militar: ações contra os Waimiri-Atroari (1974)

Apresentado por Manuel Moura

- Documento sobre a situação atual dos povos indígenas do Brasil, outubro de 1990.

Apresentado por Davi Yanomami e Itabira Surui

- Declaração assinada pelos dois chefes indígenas - out.1990

Apresentado por Jean Hebette

- Declaração da Associação das comunidades remanescentes dos Quilombos do Município de Oriximina, Pará.

O Tribunal Permanente dos Povos levou em consideração os seguintes documentos submetidos à sua atenção durante a sessão:

1) CGT (francesa): Rapport de la Commission syndicale pour l'environnement (FSM) - 1989 au 12ème Congrès mondial (nov.1990) - Propostas da FSM para o meioambiente.

2) Associação dos Negros do Trombetas, Pará:

a) História da formação das comunidades dos quilombos de Trombetas "O negro no Pará" de Vicente Sales, páginas 231-239.
b) Relatório do 2° Encontro - Raízes Negras, January - Oiximina, Pará, 30/6 a 2/7/89.
c) Do Jornal Resistência: o 3° Encontro - Raízes Negras - comunidade negra do silêncio da mata de Obidos, 5 a 8 de 1990.
d) Situação da comunidade negra do Trombetas - (recortes da imprensa brasileira (de 1979 a 1989).
e) Correspondência entre o vereador Paulo Rocha Villar e o deputado Federal Ademir Andrade, riguardante a devastação da Reserva Biológica do Trombetas.
f) carta uficial do vereador Luiz Guerreiro Junior de Oximina ao Presidente da República do Brasil pedindo providências a favor da comunidade de Trombetas.
g) Documento da Associação dos Negros do Trombetas - objetivo: Demarcação das terras atualmente ocupadas pelos remanescentes dos Quilombos na região do rio Trombetas, 10 de outubro de 1990.
h) Documento uficial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Oriximina exigindo o reconhecimento das terras comunitárias, conforme o artigo 68 das Leis transitórias da Constituição Federal.
i) Relatório de viagem - realizada na Região de Cachoeira Porteira do Baixo Médio Trombetas, pela equipe do Museu Paraense Emilio Goeldi e Associação Cultural Obidense, 15-18 agosto de 1985.
j) Roteiro para documentário em vídeo cassette sobre os negros do Rio trombetas.
k) Declaração - denúncia dos habitantes da Reserva Biológica do Trombetas que sofreu ameaça de expulsão por parte do coordenador da Reserva Dr.Alberto Guerreiro de Carvalho, 17/6/1988.
l) Mapas do Rio e do Porto de Trombetas com indicações da Reserva Biológica e das comunidades negras de Trombetas.
m) Projetos idroelétricos minerais a realizar-se nos territórios de Cachoeira Porteira.

LISTA DOS TEXTOS JURIDICOS PERTINENTES

Legislação brasileira

1. Legislação ambiental

a) Constituição brasileira

- Capítulo VI, do titulo VIII da Ordem Social: do meio ambiente (art.225, incisos e parágrafos).

- Dispositivos esparsos:

art.V, inciso LXXIII	(ação popular)
art.170,inciso VI	(defesa)
art.23, VI e VII	(competência)
art.24, VI	(poluição)
art.206,7	(sitios ecológicos)
art.200,VIII	(sistema de saúde)

b) Leis Federais

Códigos: - Civil (Lei n° 3071, de 1.1.16., arts.5,159,554,555;
Aguas (Decreto n°24.634, de 10.7.34)
Florestal (Lei n° 4771, de 15.9.65... com as alterações)
Mineração (Dec.Lei n° 227, de 28.2.67, com as alterações)
Minas (Dec.Lei n° 1985, de 29.1.40)
Penal (Dec.Lei n° 2848, de 7.12.40, arts.163, III, 165, 250 a 259, 270 a 278).

Leis:

- Lei n° 4.778 de 22.9.65
- Lei n° 106 de 2.9.66
- Lei n° 5.197 de 3.1.67
- Dec.Lei. n° 1413 de 14.8.75
- Dec.Lei. n° 1503 de 23.12.76
- Lei n° 6.453 de 17.10.77
- Lei n° 6.576 de 30. 9.78
- Lei n° 6.607 de 7.12.78
- Lei n° 6.803 de 2. 7.80
- Lei n° 6.902 de 27. 4.81
- Lei n° 7.347 de 24. 7.85
- Lei n° 7.486 de 6. 6.86
- Lei n° 7.735 de 22. 8.89
- Lei n° 7.797 de 10. 7.89
- Lei n° 7.802 de 11. 7.89

Decretos:

- Dec.n° 84.017 de 21.9.79
- Dec.n° 84.973 de 29.7.80
- Dec.n° 92.302 de 16.1.86
- Dec.n° 92.752 de 5.6.86
- Dec.n° 96.000 de 2.5.88
- Dec.n° 96.943 de 12.10.88
- Dec.n° 96.944 de 12.10.88
- Dec.n° 97.717 de 5.5.89

Resoluções:

- Res.n° 1 de 23.1.86
- Res.n° 6 de 24.1.86
- Res.n° 5 de 6.8.87
- Res.n° 6 de 16.9.87
- Res.n°10 de 3.12.87
- Res.n°11 de 3.12.87

2. Legislação do Trabalho

a) Constituição brasileira

- Capitulo II, do titulo II, dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos Sociais: (arts.6 a 11)

b) Convenções internacionais

- Convenção n° 95, da O.I.T., ratificada pelo Brasil em 25.4.57 (Decreto de Promulgação n° 47.721 de 25.6.57)
- Convenção n° 105, da O.I.T., ratificada pelo Brasil em 18.6.65 (Decreto da Promulgação n° 58.822, de 14.7.66)

c) Leis Federais

- Código Penal (decreto-lei n° 2848 de 7.12.40; artigo 149
- Consolidação das Leis do Trabalho (arts.457 e seguintes)
- Lei n° 5.889 de 1973
- Decreto n° 73626/74

3. Legislação dos Povos Indígenas

a) Constituição brasileira

- Capitulo VIII, do titulo VIII, dos Direitos Sociais: Dos Indios (arts.231, parágrafos e 232)
- Ato das Disposições Constitucionais Transitorias, art.67

b) Convenções internacionais

- Convenção n° 107 da O.I.T., Decreto da Promulgação n° 58.824 de 14.7.1966

c) Leis Federais

- Estatuto do Indio - Lei n° 6.001 de 1973

Textos internacionais

I. Resoluções, Convenções e Pactos em matéria de direitos do homem e direito dos povos

- Declaração universal dos direitos dos povos (Argélia, Julho, 1976)

- Declaração universal dos direitos do homem (10/12/1948)

- Pacto internacional relativo aos direitos econômicos, sociais e culturais (16/12/1966)

- Pacto internacional relativo aos direitos civis e políticos (16/12/1966)

- Protocolo facultativo relacionado ao Pacto internacional relativo aos direitos civis e políticos (16/12/1966)

- Convenção americana dos direitos do homem (São José da Costa Rica (22/11/1969)

- Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (21/12/1965)

- Convenção relativa à escravatura (25/12/1926)

- Convenção da O.I.T. sobre o trabalho forçado (28/6/1930)

- Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio (9/12/1948)

II. Resoluções e Convenções relativas aos problemas indígenas

- Convenção n° 107 da O.I.T. sobre a proteção e a integração das populações indígenas e de outras populações tribais nos países independentes, 1957 (Ratificada pelo Brasil em 1965)

- Recomendação n° 104 da O.I.T. sobre a proteção e a integração das populações indígenas e de outras populações tribais nos países independentes, 1957

- Convenção n° 169, da O.I.T., relativa às populações indígenas

- Declaração de São José (11/12/1981, sob os auspícios da UNESCO) sobre o etnocídio

- Projeto de declaração universal sobre os direitos dos povos indígenas (primeiro texto revisado, Comissão dos direitos do Homem das Nações

Unidas. Documento E/CN4/Sub2/1989/33).
- Observações do governo do Brasil sobre o projeto de declaração universal sobre os direitos dos povos indígenas, 23 Julho 1990 (Documento E/CN4/Sub 2/AC4/1990/1 Add 2)

III. Resoluções e Declarações relativas à Amazônia

- Declaração de Brasília (6a.reunião regional intergovernamental sobre o meio-ambiente na América Latina e no Caribe, Brasília, 30 e 31 de Março de 1989)

- Declaração da Amazônia (adotada em 6 de Maio de 1989, Manaus, Brasil, pelos Presidentes dos Estados participantes do Tratado de Cooperação amazônica

- Tratado de Cooperação amazônica, 3 de Julho de 1970 (Bolívia, Equador, Peru, Colombia, Brasil, Venezuela, Suriname, Guiana)

- Informação do Conselho Indígena da América do Sul à sub-comissão da prevenção das discriminações e da proteção das minorias, 8 de Junho de 1990 (E/CN4/Sub2/AC4/1990/5)

- Informação do governo brasileiro à sub-comissão da prevenção das discriminações e da proteção das minorias, 15 de Junho de 1989, sobre "as medidas para garantir a segurança, a saúde e a integridade das populações indígenas YANOMAMI (E/CN4/Sub2/AC4/1989/2)

IV. Ambiente

- Conferência sobre o meio-ambiente (Estocolmo, 1972)

- Relatório da Comissão mundial sobre o meio-ambiente e o desenvolvimento (Relatório Brundtland, 1987)

- Convenção de 1940 sobre a proteção da fauna e da flora

- Convenção de 1972 sobre a proteção do patrimônio universal (UNESCO).

Definições das siglas e termos mais usados

As definições seguintes tem o objetivo de facilitar a compreensão dos textos e citações:

- **INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)**

- **GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia - Tocantins)**

- **MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário)**

- **IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)**

- **IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal)**

- **SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)**

- **PGC (Programa Grande Carajás)**

- **SADEN (Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional)**

- **CSN (Conselho de Segurança Nacional)**

- **SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia)**

- **SPI (Serviço de Proteção ao Indio)**

- **PM (Polícia Militar)**

- **FUNAI (Fundação Nacional do Indio)**

Amazônia Legal

Definição territorial estabelecida pelo governo federal em 1966, quando da criação da SUDAM, para efeito de execução da política de incentivos fiscais.
A Amazônia legal é mais abrangente do que a Amazônia geográfica.
Compreende os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Mato Grosso , Tocantins e a pré-Amazônia do Maranhão.

Por amazônida entende-se aquele habitante, nativo da Amazônia ou nela domiciliado permanentemente, em relação equilibrada com os elementos da paisagem regional: os rios, as terras à sua margem, o ciclo das águas, o processo biológico dentro desse sistema e de sua história. Este conceito pretende refletir o processo histórico cumulativo da região e servir de instrumento para devolver-lhe ou, para ser mais exato, conferir-lhe o

direito de decidir sobre seu destino, de acordo com seu próprio saber e competência. Evidentemente, o exercício dessa prerrogativa requer capacitação - indisponível no momento - para o entendimento da situação atual, definida pelos "grandes projetos". Este modelo forçou a Amazônia a dar um "grande salto" para os mercados nacional e internacional mas é a única maneira de impedir que ela se projete no vácuo da condição colonial, que a considera agente meramente passivo da história contemporânea da Amazônia, a saqueia e a condena a satelizar-se aos centros nacional e mundial.

Posseiro

Pequeno agricultor que pratica agricultura familiar em terra da qual não possue título de propriedade e que presume ser terra devoluta. Tem estado sujeito a expulsão violenta por aqueles que se dizem proprietários dessas terras.

Seringueiro

Trabalhador que se dedica à extração do látex da seringueira, que é matéria prima da borracha. Tem sido submetido a uma verdadeira servidão por parte dos seringalistas que são os patrões e donos dos seringais.

Peão

Trabalhador rural levado de regiões distantes para as fazendas amazônicas, especialmente na fase da derrubada da floresta para a formação das pastagens.
Há grande número de denúncias de peões submetidos a escravidão por dívida, que trabalham sob vigilância de pistoleiros, frequentemente submetidos a castigos e violências físicas.

Garimpeiro

O garimpeiro é geralmente um posseiro que, devido à violência que sofre por parte dos proprietários de terra deixa a agricultura e se dedica à extração manual e artesanal do ouro, da cassiterita ou outros minerais. Os garimpeiros caíram rapidamente sob domínio dos "donos-de-barranco", isto é, dos patrões que passam a controlar os garimpos, lugares onde ocorrem os minerais que são objeto da garimpagem .

Colono

Pequeno proprietário, geralmente originário do Sul do país, e que adquire um lote para agricultura familiar nos núcleos oficiais de colonização ou nos núcleos organizados por empresas privadas.

I. INTRODUÇAO

Objetivos e competência do Tribunal

Ao longo da história da humanidade, encontram-se numerosos exemplos de situações em que o Estado e o direito vem sendo colocados ao serviço de interesses específicos do capital, a ponto de se transformarem em instrumentos de opressão.

Nestas circunstâncias, somente a luta permite aos indivíduos e aos povos reencontrarem a proteção de seus direitos fundamentais, individuais ou coletivos, inclusive o direito mais elementar de todos que é aquêle de levar uma existência com, pelo menos, um mínimo de dignidade material e espiritual.

Numa visão antecipadora, Lelio Basso soube perceber todas as implicações desta situação no mundo contemporâneo e, dedicando-se ao direito e à justiça, tomou a iniciativa de realizar múltiplas ações em favor dos povos oprimidos.

Nada mais significativo a esse respeito do que a instituição do Tribunal Permanente dos Povos. Este órgão de julgamento foi instituido precisamente porque o direito e a justiça, em inúmeras circunstâncias, não podiam ser confiados ao Estado e a seus órgãos. E mesmo as próprias instituições internacionais, inclusive a Organização das Nações Unidas, não cumpriam essa missão.

Por isso, a necessidade de um Tribunal independente, capaz de dar uma resposta aos sofrimentos dos povos, em razão de sua opressão por parte do Estado, do Governo em todos níveis da organização social, e também por parte de empresas, bancos e instituições financeiras que atuam dentro dos Estados e além das fronteiras.

O Tribunal Permanente dos Povos cumpriu essa missão desde sua fundação, acolhendo os pedidos provenientes de populações, grupos, entidades que demonstrassem de maneira bastante convincente que havia motivo para acreditar que se podia estar em presença de uma violação dos direitos fundamentais, como estão formulados na Declaração Universal dos Direitos dos Povos.

Todos esses pedidos foram submetidos a um exame visando verificar se as denúncias e as queixas eram fundamentadas em indícios de prova suficientes para que fosse convocada uma sessão do Tribunal.

O financiamento de cada sessão é assegurado por recursos cuja origem garanta a independência do Tribunal; este não está vinculado a nenhum partido, nem a algum governo, nem a alguma instituição internacional.

As decisões são tomadas por juízes que não recebem qualquer retribuição econômica e são escolhidos em razão de seu valor científico nos diversos

domínios de suas respectivas especialidades e, sobretudo, pela qualidade, publicamente reconhecida, de serem profundamente engajados na defesa dos direitos fundamentais de todos os povos da terra.

A defesa contestou que o Tribunal possa exercer sua competência no presente caso, isto é, que ele tenha a competência legal para julgar. A defesa ressaltou que o Brasil não admitiu a competência do Tribunal e que os Estados soberanos não tem a obrigação de responder pelos seus atos, a não ser quando previamente o consentirem.

A defesa argumentou também que as leis e as disposições constitucionais brasileiras são vigilantes na salvaguarda do direito dos Indios e na proteção do meio ambiente.

O Tribunal ouviu essa argumentação sem ter sido persuadido por ela. A própria existência do Tribunal expressa por si mesma a rejeição desse argumento, uma vez que ela se fundamenta no exercício, pelos povos do mundo e pelos órgãos da sociedade civil, da soberania popular, única fonte da autoridade do mesmo Estado.

O Tribunal Permanente dos Povos é uma expressão jurídica do direito sagrado da soberania popular, que reivindica o poder de examinar as queixas relativas às hipoteses nas quais o Estado não soube ou não quis aplicar e fazer respeitar as regras de direito contidas na Declaração Universal dos Direitos dos Povos.

Não é suficiente para que se acolha a defesa feita em nome do Estado brasileiro que as leis prometendo a proteção dos direitos tenham sido promulgadas.

A questão da competência é decidida à luz da prática do Estado brasileiro, de seus órgãos e de suas diferentes entidades administrativas e governamentais.

Para se declarar competente, o Tribunal tomou conhecimento de provas que demonstram a responsabilidade do Governo brasileiro a respeito de suas ações levadas a efeito na Amazônia e que violam aqueles direitos de maneira flagrante e sistemática.

A verificação da competência se faz tendo em vista as políticas e práticas, e não a leitura de regras e de uma retórica de apelo emocional.

Neste caso, o Tribunal se pronunciou sobre os danos causados aos povos indígenas que vivem no Brasil e às organizações populares brasileiras. Sua competência se baseia numa série de dispositivos da Declaração Universal dos Direitos dos Povos, em particular nos seus artigos 1 a 4, 8, 10, 13, e 16 a 18.

Continuidade e especificidade desta sessão em relação ao Tribunal sobre a dívida (Berlim 1988)

Dois anos após a sessão de Berlim do Tribunal Permanente dos Povos, dedicada às políticas do FMI e do Banco Mundial, nota-se que a situação dos países individados do Terceiro Mundo se deteriorou. No seu "Relatório sobre o meio-ambiente" de 1990, o Banco Mundial detectou na Africa, na Asia e na América Latina mais de um bilhão de pobres, homens e mulheres, com renda anual inferior a 370 dólares. O Brasil não escapa à esta preocupante evolução. Durante estes últimos anos, com efeito, pudemos assistir a uma degradação contínua de sua situação ecológica, econômica e social.

Apesar de o capital da dívida ter sido, de acordo com as estimativas, reduzido de 123 bilhões de dólares em 1987 à 109 bilhões de dólares em 1990, os serviços da dívida representam ainda hoje 12 bilhões de dólares por ano. A transferência líquida de recursos é ainda mais dramática. Durante a década de 80, chegou a algo em torno de 80 bilhões de dólares. 4,6% do PNB anual foi transferido para o exterior, à bancos privados ou instituições oficiais, no âmbito da dívida. A incidência de tal transferência sobre a demanda e sobre o investimento, sobre o desenvolvimento do setor público e sobre os gastos sociais se revelou desastrosa.

Enquanto o Banco Mundial apresentou um cenário otimista para o Brasil durante os anos 90, o futuro se anuncia bem mais sombrio: um crescimento rápido da população (179 milhões de habitantes no ano 2.000) e um aumento muito lento da renda per capita. Na medida em que a distribuição de renda tenha chance de ser modificada, o número absoluto de pobres será igualmente aumentado.

Para atender ao nível dos investimentos no início dos anos 80, as taxas reais de crescimento dos investimentos no Brasil deveriam ser de 7% ao ano, em termos reais, na década de 90. Tal taxa é absolutamente improvável, tendo em conta as ameaças de inflação que constringem os governos a várias medidas de austeridade. Este déficit poderá somente ser coberto pelo investimento estrangeiro, na medida em que, - independentemente dos recursos produzidos pelo investimento estrangeiro no país de industrialização recente -, pressupõe um acerto da dívida externa.

O superávit da balança comercial - as exportações aumentaram em média de 3,2% por ano entre 80 e 87, enquanto que as importações diminuíram durante a mesma época de 4,4% ao ano - tem um efeito negativo sobre o desenvolvimento econômico. Algumas indústrias certamente se diversificaram e se modernizaram. Na medida em que o superávit da balança comercial foi, essencialmente, destinado ao serviço da dívida externa, ele não foi, portanto, uma fonte de novas rendas, empregos, crescimento econômico.

É preciso desde já temer que a "década perdida" dos anos 80 se perpetue nos anos 90, a menos que as autoridades brasileiras e as da comunidade internacional modifiquem radicalmente a maneira de integrar países como o

Brasil na ordem econômica internacional, no sistema monetário comercial que prevalece no mundo. A sentença do Tribunal Permanente dos Povos propôs a tal sujeito várias medidas concretas para melhorar uma situação intolerável. Poucas mudanças porém aconteceram. O peso da dívida excede ainda os recursos econômicos e financeiros dos países pesadamente endividados e as consequências do serviço da dívida são cada vez piores: aumento da inflação e adoção de medidas rigorosas de austeridade, empobrecimento de um grande número de pessoas nas regiões urbanas e rurais, superexploração das terras, (destruição) de regiões até agora preservados, levando a um desastre ecológico que ameaça as condições de vida não somente das regiões diretamente agredidas, mas também de todo o planeta.

Efeitos ecológicos globais da destruição das florestas tropicais

A Amazônia é, antes de tudo, de uma importância crucial para as condições atmosféricas, para a estabilização do clima mundial. Em segundo lugar, o equilíbrio ecológico das florestas tropicais em geral - e da Amazônia em particular - é muito frágil: pequenas agressões, aparentemente sem importância, podem trazer à longo prazo consequencias pesadíssimas. Há pouco tempo se sabe que o "robust green hell" da Amazônia repousa sobre um ecosistema extremamente frágil. Em terceiro, as estratégias de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia são nefastas, na medida em que não se preocupam, habitualmente, com a fragilidade ecológica. Em quarto, estas estratégias não levam em consideração o fato de que a Amazônia não é, embora o tenha declarado o Presidente Médici (1970), "uma terra sem sêres humanos para os sêres humanos sem terra"; assim, o modo de desenvolvimento imposto à Amazônia ameaça o direito à vida das populações nativas desta região.

II. OS FATOS

As populações amazônicas veem-se submetidas às consequências de uma política econômica de inspiração geopolítica, baseada ainda na concepção elaborada durante a ditadura militar de que aquela região nada mais é que uma reserva de recursos. Destina-se, assim, ao mero desfrute das outras regiões, transformada em verdadeira colonia interna, por meio dos mecanismos da dependência econômica do país.

Com isso, torna-se vítima de uma drenagem sistemática de seus recursos, alcançados ainda pela predação e destruição de uma parte deles, em consequência do ritmo e da intensidade do saque. Nesse sentido, suas populações não são (e nem mesmo a população brasileira é) as destinatárias dos benefícios desproporcionalmente pequenos que resultam de tal economia. Efeito similar ocorre no meio ambiente, explorado sem preocupações com a sua renovação ou preservação.

a) As populações indígenas.

Vivem hoje no Brasil 234.781 Indios (cf.CEDI,1990), remanescentes de uma população calculada entre 6 e 7 milhões à época da chegada dos europeus, em meados do século XVI.

São 180 grupos étnicos, que habitam áreas ecológicas diversas e que falam mais de 170 línguas e dialetos. Estes grupos vivem distribuídos em todo o território brasileiro, sendo que 60% concentram-se na Amazônia, área de refúgio onde foi mais recente a penetração das frentes de expansão.
As sociedades indígenas no Brasil são extremamente diversificadas entre si: vivenciam processos históricos distintos e são portadoras de tradições culturais específicas.
Esta diversidade é decorrente também de diferentes situações de contato com

seguimentos da sociedade brasileira, que vão desde a total ausência de contato (existem cerca de 80 grupos ainda isolados), até grupos que convivem há séculos com a sociedade envolvente.

Mesmo se alguns grupos contam com contingentes populacionais elevados, como os Ticuna do Alto Solimões (Am), os Yanomami e Macuxi de Roraima, os Tukano do Alto Rio Negro e outros, é importante frisar que as sociedades indígenas no Brasil são, em geral, pequenas. Sua reprodução cultural não depende de grandes efetivos demográficos mas exige, dada a ênfase nas atividades de caça, pesca, coleta e mesmo agricultura itinerante, territórios extensos que os povos indígenas souberam preservar, quando não pressionados irremediavelmente pelas frentes de penetração.

A questão das terras indígenas

Segundo o estatuto do Indio (lei 6001), a demarcação das terras indígenas deveria ser concluída em 1978, o que não ocorreu.

A época, o governo militar brasileiro estava interessado em promover, a qualquer custo, uma política de emancipação e assimilação forçada das comunidades indígenas. A Fundação Nacional do Indio (FUNAI), corrompida pelos poderes locais e comprometida com a política desenvolvimentista do governo, distribuia sem constrangimentos "certidões negativas" (documentos que declaravam a ausência de Indios em uma região) aos empresários rurais que assim se apoderavam de vastas extensões de terras indígenas em todo o país (cf.PORANTIM Abril 1982). Ou, simplesmente omissa, a FUNAI permitia que frentes de penetração das mais diversas, geralmente formadas por populações expulsas de outras regiões do país, invadissem as terras indígenas.

Sobre a situação jurídica das terras indígenas no Brasil, o quadro é o seguinte: das 564 áreas indígenas existentes,(sendo que 394 estão na Amazônia), 133 encontram-se ainda sem quaisquer providências e apenas 8,69% do total das terras indígenas estão regularizadas (cf.CEDI,1990).

Os territórios dos Krikati e dos Guajá no Maranhão (estes últimos ainda praticamente isolados), assim como dos Parakaná do rio Bom Jardim (no Xingu), contatados em 1983 e 1984, encontram-se não demarcados, apesar de terem sido incluídos, com outras 20 áreas indígenas, em um convênio assinado em 1982 entre a Companhia Vale do Rio Doce e a FUNAI, de acordo com recomendação de cláusula contratual entre o Banco Mundial e o governo brasileiro, para o financiamento da implantação do projeto Ferro-Carajás.

Entre as terras demarcadas, muitas o foram erroneamente, sem o devido acompanhamento dos Indios e sem parecer antropológico, o que resultou em grande redução desses territórios. Os casos são inúmeros e, como exemplo, estão os territórios dos Kayapó-Xikrin do rio Bacajá (Pa), os Urueuwauwau de Rondônia, os Arara e os Aikewar (Pa) os Apinagé (To), entre tantos outros.

O caso Yanomami

Em 1985, o território tradicional Yanomami foi reconhecido pelo governo federal através da portaria FUNAI n° 1817, que fixou uma área com superfície de cerca de 9,4 milhões de hectares.
Em Fevereiro de 1989, já sob a vigência da nova Constituição brasileira, que reconhece aos Indios os direitos originários sobre as terras de sua posse imemorial, foram editados os decretos relativos à demarcação administrativa e 19 áreas descontínuas, em frontal ofensa ao texto constitucional. Em Março do mesmo ano, foram instituidas as Florestas Nacionais, concebidas como áreas de exploração econômica. Assim, embora situadas em terras cientificamente reconhecidas como de ocupação indígena, foram destinadas, na verdade, à penetração de não Indios no território Yanomami.
Naquela ocasião, as terras Yanomami já haviam sido invadidas por enormes contingentes formados basicamente por garimpeiros, existindo na área um numero elevado de pistas de pouso clandestinas.

A redução do território Yanomami, por si só, além de comprometer a sobrevivência e a reprodução cultural deste povo, possibilitou o agravamento dos conflitos na área. Calcula-se que entre 1987 e 1990 1.500 Yanomami morreram (cf.CCPY 1990).

A omissão em relação à assistência à saúde

A falta de assistência adequada à saúde dos Indios elevou os índices de

desnutrição e mortalidade. Os Yanomami sofreram um forte abalo demográfico que coloca em risco a vida de várias aldeias.
Aumentaram também sensivelmente os casos de malária e de outras enfermidades (tuberculose, doença de Chagas, Leishimaniose, hanseníase, doenças venéreas) entre os Kayapó (Pa), Kaxarari (Am) e Guajajara (Ma) entre outros, em consequência do intrusamento por empresas madeireiras e de garimpeiros em suas áreas.

O uso indiscriminado do mercúrio na garimpagem de ouro polui os rios, atingindo a fauna e a flora aquáticas e, consequentemente, também o organismo humano. Casos mais graves de contaminação já se verificaram entre os Kayapó, Yanomami, Mundurucu e entre as populações ribeirinhas dos rios Madeira e Tapajós, no Pará .

Indios assassinados

Entre 1976 e 1988, numerosos Indios foram assassinados, entre eles os líderes Angelo Kretá no Paraná e Marçal de Souza Guarani no Mato Grosso do Sul. Em Março de 1988 ocorreu o massacre de 14 Indios Ticuna do Alto Solimões e, mesmo depois da promulgação da Constituição morreram assassinados mais de 20 Indios na Amazônia.

A indefinição do governo Collor em relação à política indigenista oficial vem causando sérios prejuizos aos povos indígenas. O "Grupo de Trabalho para a Defesa das Populações Indígenas", criado em 19 de julho de 1990 pelo Presidente da República (decreto nº 99.405), não prevê a participação dos próprios Indios e suas organizações, nem do Ministério Público.
Os estudos deste grupo de trabalho ainda não foram concluídos. Apesar dos avanços dos movimentos indígenas, da atuação das entidades que os apoiam e da própria Constituição de 1988, os setores anti-indígenas tem-se mostrado cada vez mais violentos.
Uma campanha de difamação acusou, em Agosto de 1987 os defensores dos direitos indígenas de "conspirar contra a soberania brasileira".
Em Abril de 1989, o então Ministro do Exército qualificou as culturas dos Indios como "baixíssimas e não respeitáveis". Em Abril de 1990, a Escola Superior de Guerra admitiu no documento "Estruturas do Poder Nacional para o ano 2001" a utilização de "recursos extremos" contra os que dificultam ou impedem a conquista dos "objetivos nacionais permanentes" na Amazônia e inclue entre os alvos desta ação as organizações indigenistas e preservacionistas.

b) Atentados aos direitos dos trabalhadores

Os fatos apresentados perante o Tribunal confirmaram as denúncias de violação dos direitos dos trabalhadores, especificamente a ofensa aos direitos à vida, à liberdade, ao patrimônio e ao trabalho.

Tais fatos estão documentados nas provas examinadas pelo Tribunal, que caracterizam as circunstâncias em que foram produzidos, a forma pela qual se deram e, principalmente, as vítimas que sofreram os resultados dessas violações.

As condições de vida e de trabalho das populações da Amazônia se deterioram cada vez mais, conforme atestam as seguintes situações, expostas durante a sessão do Tribunal:

1. Persistência do trabalho escravo, devido, principalmente, à manutenção da figura do empreiteiro de mão-de-obra e a falta de continuidade nas investigações conduzidas pelas autoridades administrativas ou judiciais.

2. Crescimento do contingente de trabalhadores fora do mercado formal, remunerados abaixo do nível do salário mínimo legal e em condições insalubres ou de extrema periculosidade. Além disso, o trabalhador é vítima de formas de:

- endividamento prévio à relação de trabalho;
- comércio de pessoas;
- jornadas de trabalho compulsória e além dos limites legais;
- não pagamento do trabalho realizado;
- confinamento e coação física através de milícias particulares;
- cárcere privado;
- torturas, sevícias e extermínio;
- manipulação de preços dos meios de subsistência que levam ao individamento forçado.

3. Degradação dos principais índices sociais de vida, como saúde (ocorrências extremamente numerosas de malária), educação, saneamento básico, habitação e assistência médica.?

4. Bloqueio do acesso à propriedade da terra e aos meios de produção (crédito e assistência técnica) com o objetivo de inviabilizar um modelo de desenvolvimento que não seja o do latifúndio moderno, com a consequente expulsão de milhares de posseiros de suas terras e, mesmo, de pequenos proprietários de áreas de colonização.

5. Agravamento da violência policial orientada contra os trabalhadores, tanto nas zonas periféricas da cidade, quanto no campo.

6. Desrespeito à condição de cidadania da população pobre, especialmente nas pequenas cidades do interior, o que inclui o direito de ir e vir. Essa violência chega à destruição dos povoados ou à sua remoção nas freqüentes ações de despejo (nem sempre com ordem judicial) e nas remoções de habitantes das áreas atingidas por obras públicas ou privadas, como tem sido o caso das áreas de barragens das hidroelétricas.

7. Tratamento descriminatório do aparelho público contra os trabalhadores,

expresso através de despejos sem mandado judicial, desprezo pelas benfeitorias dos trabalhadores (queimas de casas e de roças), subavaliação de seus bens, uso das polícias para intimidar os trabalhadores na condição de milícias particulares.

8. Assassinatos sistemáticos de posseiros e eliminação de suas lideranças sem providências governamentais para reprimir e inibir tais violências, como foram vítimas três membros da família Canuto, de Rio Maria, e oito posseiros do castanhal Ubá, em Marabá, ambas as localidades no Estado do Pará.

9. Clima de violência e impunidade que provocou a morte de mais de 900 posseiros, peões e índios, além de religiosos e de advogados de defesa de seus direitos, nos últimos anos.

10. Inexistência de plena garantia jurídica e de proteção legal aos legítimos direitos dos posseiros e efetivos ocupantes de terras.

11. O fundado temor dos seringueiros, do Estado do Acre, de perderem as florestas que representam seu único meio de sobrevivência e de manutenção de domicílio, ameaça que se vem concretizando de forma rápida e sem perspectiva de reversão da tendência. A tentativa de preservar seringais e castanhais tem sido reprimida através de assassinatos e de ameaças aos principais líderes desse movimento, como foi o caso de Chico Mendes.

A agravar essas violências está o fato de que as mortes foram antecipadamente planejadas e anunciadas, inclusive através de publicação em jornal, como aconteceu em Rio Branco (fato que também, se repete em relação aos posseiros de outras regiões).

c) Agressões ecológicas e modelo de desenvolvimento econômico (problema da dívida)

Através dos numerosos depoimentos feitos pelos mais diversos participantes e testemunhas, pôde-se estabelecer uma listagem e, mesmo uma tipologia, das agressões ecológicas que incidem sobre as mais diversas porções das terras originalmente florestadas da Amazônia.

- Todas as reivindicações dos representantes indígenas presentes fazem referências a agressões ecológicas: envenenamento dos rios, matança dos peixes, interferência na caça (ruídos, bombas, caça indiscriminada com armas de fogo) e por fim transmissão de doenças. Enquanto afirmam que não destroem nada a mais do que o estritamente necessário para sobreviver, admitem que alguns destroem partes da floresta para vender madeira. Consideram que este processo depende das interferências dos especuladores interessados em alimentar processos capitalistas de exploração dos recursos naturais.

- Total permissividade com relação à poluição das águas de igarapés e pequenos rios por descarte de produtos mercuriais e águas usadas, com duplo prejuizo para as populações indígenas e comunidades ribeirinhas: envenenamento de águas e sobretudo dos peixes que constituem o alimento básico das populações prehistóricas e tradicionais da Amazônia.

- Grande desmatamento em setores nevrálgicos dos ecosistemas florestais amazônicos: sul do Pará, reverso da serra de Coroados, Rondônia, Norte do Mato Grosso, planalto maranhense.

- Devastação indiscriminada das terras firmes - colinas,tabuleiros e baixos platôs - a partir da borda terminal da floresta ao sul da Amazônia, a partir das margens das rodovias estabelecidas no coração das selvas (Transamazônica, Porto Velho-Santarém, Cuiabá, Boa Vista, trechos construídos da perimetral norte) a partir da beira de grandes e pequenos rios conectáveis à rodovias existentes nas proximidades. Para não falar na devastação de clareiras para instalação de equipamentos, de micro-ondas e outras tantas clareiras artificiais lineares criadas para instalação de linhas elétricas de transmissão. Diferentes caminhos da agressão ecológica e da elaboração do caos na organização dos espaços mínimamente produtivos.

- Pressão de proprietários absenteístas para remover 50% dos espaços florestados de suas glebas, no menor espaço possível e imaginável (Acre, Sul do Pará, terras planálticas do corredor Carajás - São Luis).

- Casos de desperenização regional de cabeceiras de igarapés devidos a implantação de estradas interfluviais e/ou grandes e descontrolados desmatamentos (estradas do Xapurí à Basiléia), setor conhecido por trecho sêco na região de Piquia, Assailandia e área que se estende de Marabá até o distrito industrial e região Corianópolis.

- Queimadas maciças realizadas por empresas nacionais ou multinacionais em diferentes áreas, atendendo a diversos objetivos com forte liberação de gás carbônico para a atmosfera, em geral redundando em grandes fracassos econômicos a curto e médio prazo (casos da Volkswagen, Jari, setores do Jari, Ferruzzi, Pirelli, Soa-Missu, Bordon, entre outras).

- Agressões múltiplas às margens dos rios e igarapés. Nos numerosos setores da Amazônia (Roraima, Tapajós, Madeira, Amapá), os garimpeiros abrem crateras para o tratamento rudimentar do ouro e da cassiterita. Para a exploração do ferro e da bauxita, os garimpeiros fazem grandes escavações e lançam os dejetos nos córregos e nos lagos das barragens fluviais (Trombetas, Carajás, Paragominas). Os cursos d'água se estagnam e esta água estagnada favorece o desenvolvimento de mosquitos, vetores das doenças ditas tropicais, infectando indígenas, ribeirinhos e os próprios garimpeiros.

- Os diversos aspectos antes mencionados da crise ecológica, possuem uma relação bastante íntima com as estratégias de crescimento econômico existentes no Brasil nas últimas décadas e atualmente. Estratégia que segue

os únicos imperativos da acumulação e que exclue, marginaliza e oprime grande parte da população brasileira.

Tal estratégia considera o meio ambiente como um fator de produção e nada mais. Em nome deste crescimento econômico, que nada tem que ver com uma forma de desenvolvimento participativo, democrático, auto-gestionário, convivial, os diversos agentes econômicos hegemônicos vêm utilizando a região amazônica como espaço onde se efetuam as formas mais predatórias de exploração e ocupação do subsolo e do solo brasileiros.

Para a realização destes e de outros projetos no Brasil, os gestionários acumularam uma dívida enorme, dívida que atualmente em razão da dependência crescente financeira de bancos e instituições monetárias internacionais constitue um obstáculo cada vez maior à propria continuação do processo de crescimento econômico brasileiro.

Argumenta-se por vezes que para resolver o problema da dívida o Brasil deverá exportar cada vez mais utilizando, sobretudo, os diversos recursos naturais e humanos da Amazônia. E o círculo vicioso se forma rapidamente: para instaurar mega projetos na Amazônia o país encorre em enorme dívida externa; para poder pagar a dívida, se intensifica o processo de acumulação predatória da Amazônia.

Assim se justifica um processo que não é de desenvolvimento mas de destruição.

Pode-se constatar a relação íntima entre o modelo de crescimento econômico, a dívida e a crise ecológica, entendida em seu sentido mais amplo, na Amazônia.

Durante anos, em nome da homogeneização do processo de acumulação, tem sido eliminadas as diversas formas de trabalho e de relações humanas antes existentes na Amazônia.
Quando se menciona a crise ecológica, deve-se ressaltar que além da transformação das relações entre o homem e o meio ambiente existe a destruição das diversas formas de relações sociais antes existentes na Amazônia, formas eliminadas pelo crescimento econômico excluente.

Quando se fala de desenvolvimento econômico da Amazônia, as questões essenciais que devem ser postas são: desenvolvimento de que, desenvolvimento por quem, desenvolvimento para que, desenvolvimento contra quem, desenvolvimento com quem.

A resposta a estas perguntas coloca os atuais habitantes da Amazônia como os principais agentes de transformação dos ecosistemas onde vivem.

As estratégias de crescimento econômico na Amazônia patrocinadas e estimuladas pelo Estado brasileiro em aliança com as diversas formas de capital nacional e estrangeiro, constitue a causa estrutural fundamental da

destruição do homem e do meio ambiente na Amazônia. As normas constitucionais, os decretos leis, as várias reformas ecológicas, na medida em que persiste e vigora o atual modelo de crescimento econômico, constituem elementos cuja eficácia pode ser largamente contestada.

A TRANSIÇAO DOS FATOS AO DIREITO

Em seguida à oitiva dos relatores e das testemunhas e em vista da documentação escrita submetida ao Tribunal, três séries de questões de direito devem ser julgados (como) preliminares ao exame das responsabilidades.

1) Uma primeira categoria entre os principais pedidos tem por objeto os políticos, as práticas e o comportamento do Governo federal do Brasil, frequentemente com a cumplicidade dos governos dos Estados e das autoridades locais e se conjugam com uma multiplicidade de interesses econômicos setoriais, dentro e fora do Brasil, incluindo as empresas nacionais e transnacionais e as instituições financeiras internacionais. As entidades públicas e privadas citadas são acusadas de ter transgredido de maneira sistemática e repetida os direitos mais fundamentais dos diferentes povos indígenas da Amazônia brasileira. As alegações compreendem o transferimento forçado dos povos indígenas expulsos de seus territórios tradicionais e cortados brutalmente de seu modo de vida habitual, a fim de facilitar a extração de minérios, a exploração da floresta, a instalação de centrais hidroelétricas, a criação de gado intensiva, a construção de empresas agro-industriais (agrobusiness), tudo em violação da legislação brasileira, da garantia constitucional dos direitos indígenas, do direito internacional e da Declaração de Argel.

2) Outras acusações imputadas ao governo brasileiro com a cumplicidade dos diferentes protagonistas já citados (1), são a perpetuação direta ou indireta de graves e repetidas violações dos direitos fundamentais dos diferentes habitantes da Amazônia brasileira, e especialmente os camponeses pobres ou sem terra e os trabalhadores rurais, contrariando a proteção internacional dos direitos do homem e dos direitos dos povos citados na Declaração de Argel.

3) A terceira categoria de questões tende a considerar o governo brasileiro, assim como os agentes públicos e privados já citados (1), responsáveis por múltiplas violações dos direitos e deveres ligados à salvaguarda do meio ambiente e à manutenção do equilíbrio ecológico da Amazônia brasileira, consequentemente com sofrimentos e privações imediatas para o povo brasileiro e graves danos para as gerações futuras do Brasil, sem que sejam negligenciados interesses regionais mais amplos e aqueles da comunidade mundial, que transgridem o direito internacional e a Declaração de Argel.

III. DIREITO APLICÁVEL

1) Direito brasileiro

a) É visivel a tendência contemporânea em incorporar no sistema jurídico brasileiro os básicos princípios consagrados na ordem jurídica internacional, no sentido de assegurar o respeito aos direitos humanos. Por isso, a violação dos direitos dos povos da floresta amazônica brasileira tem se revelado, no plano interno, na ofensa direta dos preceitos da ordem legal, especialmente no âmbito constitucional.
No tocante à questão indígena, o artigo 231 da Constituição brasileira reconhece aos indios, entre outros direitos, o de viver segundo os seus costumes, crenças e tradições. Como garantia essencial à realização deste direito, a própria Constituição reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, assim entendidas aquelas onde habitam, vivem e utilizam e são necessárias para sua reprodução física e cultural.

A Constituição neste particular é auto-aplicável, independendo de qualquer norma que a regulamente, mesmo porque a legislação infraconstitucional anterior, especialmente o Estatuto do Indio, foi em parte recepcionada.

b) De outro lado, pertinente aos trabalhadores rurais e seringueiros, toma vulto a violação da Convenção n° 105 da OIT, ratificada pelo Brasil em 18.06.65, através do Decreto de promulgação n° 58.822, de 14.07.66, que trata da abolição do trabalho forçado, e traz em seus considerandos a condenação da escravidão por dívidas e da servidão. Estas práticas, cuja ocorrência este Tribunal verificou comprovadas, são definidas pela Convenção n° 95, ratificada pelo Brasil em 25.04.57, (Decreto de promulgação n° 47.721, de 25.06.57).
Por outro lado, embora o art. 17, da citada Convenção n° 95, admita que em extensas regiões pode o País signatário estabelecer reservas à sua aplicação, que permitiria práticas de trabalho assemelhadas às narradas a este Tribunal, o Brasil não se utilizou desse benefício. Portanto, não há como excluir a Amazônia da aplicação dessa norma.

No mais, a legislação ordinária no Brasil veda de duas formas a ocorrência destas práticas: a primeira,no âmbito da legislação obreira (artigos 457 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e artigos 90 e seguintes da Lei n°5889/73, combinados com os artigos 16 e seguintes do Decreto n° 73.626/74); a segunda, no campo da legislação repressiva penal (artigo 149 do Código Penal).

c) Importante se ressalta ainda que a maior parte das práticas lesivas ao meio ambiente se fez e faz em frontal desrespeito à legislação brasileira ambiental e de recursos naturais há muito vigente no país: Código Florestal de 1965, Código de Pesca de 1967, Código de Aguas de 1939, lei da Política Nacional de Meio Ambiente de 1981, Código Penal de 1939.

E tais violações se fizeram e se fazem em razão da deliberada fragilidade dos órgãos públicos responsáveis pela aplicação dessas leis, resultado da sua desimportância em termos de prestígio político e orçamentário. Além dessa fragilidade institucional, há que se mencionar que durante muito tempo existe no Brasil uma verdadeira imunidade em relação à legislação por parte de certos orgãos públicos responsáveis pela execução das políticas públicas definidas como prioritárias ao desenvolvimento nacional, expresso na Amazônia pela idéia de "integrar para não entregar".

Por sua vez, o advento da Constituição de 1988 trouxe uma nova referência jurídica ao Brasil, à medida em que além de declarar o direito de todos ao meio ambiente ecológicamente equilibrado, estendendo-as às futuras gerações, conferiu ao Ministério Público funções institucionais relativas à defesa dos interesses difusos e os direitos das populações indígenas, qualificando ainda a Floresta Amazônica como patrimônio nacional condicionando a sua utilização à preservação do meio ambiente, inclusiva quanto aos seus recursos naturais.

Entretanto, não houve tempo suficiente para que a Nova Constituição passe a surtir o efeito desejado, até porque o dispositivo que transforma a Floresta Amazônica em patrimônio depende de lei regulamentadora, que sequer foi editada.

2) Direito internacional

Diversos elementos fornecidos ao Tribunal (testemunhos, documentos, declarações de especialistas...) mostram claramente que a política seguida pelas autoridades brasileiras na Amazônia viola sob diferentes aspectos as regras de direito internacional regularmente aplicáveis a tais tipos de ocorrência.

Duas queixas devem ser ressaltadas: elas concernem respectivamente à sorte reservada às populações locais, em primeiro lugar às populações "indígenas", e o respeito ao meio ambiente.

a) Direito do homem

Qualquer que tenham sido os objetivos intentados pelas autoridades brasileiras devemos constatar que as políticas que foram postas em ação se manifestaram por violações grosseiras (flagrantes) dos direitos fundamentais da pessoa humana, tais como foram pronunciados na Declaração universal de 10 de dezembro de 1948, nas Atas das Nações Unidas de 16 de Dezembro de 1966 e na Convenção Americana de 22 de Novembro de 1969 e também em outras convenções internacionais entre as quais deve-se mencionar a última Convenção da OIT que garante a dignidade dos trabalhadores e o respeito da liberdade sindical.

Devemos ressaltar em particular a este respeito a violação de:

- a proibição da escravidão e da servidão;
- a proibição da tortura e de tratamentos desumanos e degradantes;
- o direito às condições de trabalho justas e honradas;
- o direito ao recurso efetivo na justiça;
- a proibição de todas as discriminações.

Sem dúvida estes direitos não foram sempre violados pelas autoridades públicas; mas frequentemente se deve constatar que são os particulares e, principalmente empresas estrangeiras que recorreram à população local que se tornaram culpadas do desprezo dos direitos fundamentais. Todavia, de fato se deve condenar as autoridades brasileiras porque permitiram tais violações de direito no seu próprio território sem utilizar todos os recursos de maneira eficaz a fim de prevenir tais ocorrências.

As desordens ambientais ou outras considerações tiradas das dificuldades econômicas e sociais, não podem justificar que os direitos mais elementares das pessoas tenham sido, muitas vezes, grosseiramente violados.

b) <u>Direito das populações indígenas</u>

Concomitantemente a estas repetidas violações dos direitos individuais, aparece um desprezo sistemático aos direitos das populações nativas, e, em primeiro lugar, das populações indígenas cuja sobrevivência é posta em perigo pelas políticas de destruição de seu meio natural implementadas na Amazônia.

Os direitos das populações indígenas são hoje claramente afirmados em diversos instrumentos internacionais adotados, principalmente no âmbito da OIT (a recomendação n° 104 e as convenções n° 107 e 169) e da UNESCO. Tais convenções não parecem terem sido constestadas substancialmente pelo Brasil. No âmbito da Declaração sobre Amazônia de 6 de Maio de 1989, adotada pelos Estados signatários do Tratado de Brasília de 3 de Julho de 1978 sobre a cooperação na Amazônia, as autoridades concordam por exemplo à "reiterate our full respect for the right of indigenous populations of the Amazonian region to have adopted all measures aimed at maintaining and preserving the integrity of these human groups, their culture and their ecological habitats"; o Brasil também apoia dentro das Nações Unidas os esforços feitos pela sub-comissão sobre a prevenção da discriminação e sobre a proteção das minorias para precisar estes direitos das populações indígenas que exprimem o direito fundamental de cada povo, qualquer que ele seja, a dispor dele mesmo.

O que engloba concretamente este direito permanece, sem dúvida, relativamente incerto e exige em todos os casos de ser aplicado à luz de todas as circunstâncias pertinentes. Isto é, o Tribunal sublinha que isto significa pelo menos o direito de uma população preservar sua identidade cultural, o que exige não somente que seus membros possam livremente

praticar sua língua, religião, crenças ..., mas também que seja preservado adequadamente o meio natural que de fato constitui o sustentáculo essencial de sua cultura.

O Tribunal constata, a este respeito, que diversas leis foram formalmente adotadas no Brasil para proteger a população indígena. No entanto, devemos constatar também, tal como aparece nos depoimentos ao Tribunal, que mesmo que as intenções tenham sido louváveis, os direitos elementares das populações indígenas da Amazônia foram, de fato, abertamente transgredidos. Da mesma maneira que as autoridades não respeitaram as pessoas, não permitiram aos grupos dos quais estas pessoas eram membros de viver e de se mover livremente, como tais grupos teriam, indiscutivelmente, o direito.

As evidentes violações dos direitos de um grupo constituem um genocídio no sentido da Convenção das Nações Unidas de 9 de dezembro de 1948, da qual o Brasil faz parte regularmente? A acusação particularmente grave foi feita perante o Tribunal. Para que seja estabelecida, três condições devem ser verificadas:

- é necessário que exista um grupo nacional, étnico, racial ou religioso;
- um ou outro dos atos de destruição visados pelo artigo 2 da Convenção;
- uma intenção de destruir o grupo enquanto tal.

As duas primeiras condições, sem dúvida nenhuma, foram realizadas. Ninguém pode contestar. Com efeito, as populações indígenas constituem um grupo étnico ou racial. Mesmo se a Convenção não se refere ao chamado genocídio cultural - o que atualmente se procura delimitar específicamente com o termo etnocídio -, é certo por outro lado, que os fatos examinados pelo Tribunal são considerados como "assassinatos", "atentados graves à integridade física ou mental dos membros do grupo" e também sua submissão "à condições de existência que levam à destruição física total ou parcial".

A prova da terceira condição é, por sua própria natureza, particularmente delicada. Não é fácil, com efeito, estabelecer a realidade de um elemento intencional; a prova neste caso é ainda mais difícil, pois que a determinação da intenção de destruir um grupo não tem muitas possibilidades, qualquer que seja a loucura dos tiranos, de ser claramente confessada. Tendo constatado isto, o Tribunal verifica que um indício de prova de intenção de destruir as populações indígenas não lhe foi apresentado.

Apenas o grande número de vítimas poderia levar a crer na existência de tais intenções, mas tal dado não parece de alguma maneira decisivo, se tomarmos em consideração as numerosas leis protetoras do indios, das quais as testemunhas e os especialistas diversas vezes denunciaram a aplicação ou a violação. Mas as testemunhas não colocaram em dúvida, fundamentalmente, estas leis de cuja duplicidade monstruosa elas seriam a expressão.

O fato de não configurarem genocídio não significa que os comportamentos denunciados ao Tribunal estejam de conformidade com o direito. Pelo contrário: o Tribunal pretende sublinhar fortemente que tais atos merecem condenação a mais firme e devem ser duramente reprimidos, apesar de não cumprirem as condições de genocídio, de "crime contra a humanidade".

c) <u>Direito ao meio ambiente</u>

As políticas seguidas pelas autoridades brasileiras na Amazônia não violam somente os direitos individuais ou coletivos das populações estabelecidas na Amazônia saqueada e destruída por aquêles que tiram impunemente as riquezas; eles colocam igualmente em causa os direitos de todos os membros da comunidade internacional ao ambiente sadio do qual incumbe a cada um de preservar o precário equilíbrio.

Os perigos que as políticas seguidas na Amazônia pelas autoridades brasileiras causam ao meio ambiente do planeta foram diversas vezes apresentados diante do Tribunal, como por exemplo as consequencias dramáticas do aumento do efeito serra ou as modificações climatológicas ligadas ao desmatamento da floresta amazônica.

O Tribunal constata a dificuldade de se exprimir, atualmente, de maneira rigorosa sobre tal ponto, mais ainda porque não existem regras de direito internacional que imponham recomendações específicas além de diversas convenções, que, recentemente, estabeleceram conclusões em relação ao meio ambiente. Mas nenhuma delas de um modo imediato se relaciona com os riscos inerentes à destruição da floresta amazônica.

Assim sendo, permanece contrário ao direito internacional que as autoridades brasileiras decidam sozinhas e unilateralmente de executar diversos trabalhos ou outras empresas que possam causar um prejuizo irreparável à humanidade no seu conjunto. Com efeito, somente depois que houver informações de todas as possibilidades de uma política, e principalmente dos prejuizos que poderiam sobrevir para todos, e com consultas permanentes a todos os outros Estados interessados, é que o Estado brasileiro teria o direito, quando as ameaças mais graves pesam sobre o futuro do planeta, de se engajar em políticas que ele não poderia pretender dominar sozinho. O meio ambiente por sua própria natureza é coisa de todos e atualmente a situação se tornou particularmente crítica. Isto deve fazer condenar o Estado que pretende conseguir sozinho objetivos - por mais legítimos que sejam - através de políticas que possam provocar um futuro desastroso para a humanidade.

Nem a soberania, nem o domínio exclusivo de um Estado sobre os recursos naturais, nem a necessidade de desenvolvimento, poderiam sob este aspecto justificar uma política condenável. Por mais imperiosas que sejam as necessidades do desenvolvimento, e por bem firme que seja a comunidade, estes fatos não poderiam autorizar jamais um Estado a dispor sozinho e

unilateralmente do patrimônio elementar de todos, particularmente quando a sobrevivência, ou sua própria salvaguarda, está diretamente em jogo.

IV. AS RESPONSABILIDADES

Cada uma das violações acima estabelecidas é imputável a pessoas físicas determinadas que agem a níveis diferentes em grupos mais ou menos importantes (organizadores, mandantes, executores) e muitas vezes dentro do contexto de uma sociedade comercial ou de uma pessoa moral.

O estabelecimento das responsabilidades penais, civis, administrativas desses sujeitos é (ou deveria ser) tarefa do Estado brasileiro e de seus orgãos, aos quais cabe em primeiro lugar (no plano do direito constitucional interno e do direito internacional) o dever de impedir tais comportamentos e de assegurar a proteção das pessoas e dos bens que esses atos prejudicam.

Entretanto, os elementos levados à atenção do Tribunal demonstram que os sucessivos governos brasileiros, especialmente a partir da decisão de abrir as novas fronteiras econômicas simbolizada pela construção de Brasília, encaminharam um processo de ocupação da Amazonia com o objetivo de uma pretensa defesa do território e da sua exploração econômica. Os meios com os quais esse projeto foi realizado (disso já foi feita menção) se apoiaram todos na hipótese de que a Amazônia fosse um espaço vazio e susceptível de transformações radicais, sem levar em conta seus equilíbrios milenários e a função que ela preenchia no ecosistema da região e da terra. Tudo isso levou, inevitavelmente, na medida em que se descobriam os povos que habitavam esses espaços, a considera-los como uma desagradável complicação e às vezes até como um obstáculo ao projeto, mais que como interlocutores e protagonistas.

Aconteceu o mesmo, a diferentes níveis, com os outros grupos humanos que a penetração na Amazônia conduziu a implantar-se na região. Essa política produziu, inevitavelmente, uma série de ações em violação da própria Constituição, a qual, mesmo àquela época, protegia em certa medida os homens e a natureza. A instalação da ditadura militar acelerou e acentuou tal processo: por uma parte a ilegalidade se tornou a regra, sendo a Constituição e as leis completamente subordinadas aos objetivos da segurança nacional. Por outra parte, o desenvolvimento concebido conforme um modêlo industrial exasperado, se tornou mesmo um dos objetivos da segurança nacional. O binômio segurança - desenvolvimento se tornou a verdadeira Constituição do país. A fórmula "integrar para não entregar" tornou-se o símbolo do novo Estado.

O retorno da democracia se acompanhou com uma acentuada exigência de regras democráticas e de garantias para os direitos fundamentais que se expressou nos debates que se realizaram em todo o país na época da Constituinte e na

adoção de uma Constituição muito avançada. Essa Constituição traduziu em propostas normativas muito exatas uma tomada de consciência coletiva sobre a primacia da dignidade de cada pessoa e de todos os grupos humanos, sobre os direitos inalienáveis dos indios, sobre a proteção do meio-ambiente e sobre os deveres do Estado a respeito.

Todavia, a situação de ilegalidade não desapareceu. Os novos princípios, embora reclamem imediata aplicação (art.5 par.1) da Constituição, evidenciaram ainda mais o caráter estrutural dessa ilegalidade. O projeto de ocupação da Amazônia não foi abandonado; pelo contrário, foi perseguido e recebeu um novo impulso que, aliado ao progresso da tecnologia, carregou consigo nesta corrida massas cada vez mais importantes de pessoas, multiplicando as agressões aos seres humanos e à natureza.

O nível crescente de consciência dentro e fora do Brasil fez surgir uma resistência à esta agressão e multiplicação de conflitos que, por sua vez, engendraram os atos de repressão. Ao mesmo tempo manifestaram-se as denúncias dessas violências.

Desta maneira, o governo brasileiro teve que tomar cada vez mais consciência da devastação humana e ecológica em andamento, e portanto, de seus deveres que os princípios constitucionais tornam muito vinculantes. Frente a estes deveres, a resposta foi a continuação da ocupação da Amazônia. A inércia dos orgãos de justiça e da polícia com relação aos atos de violência, e às vezes a cumplicidade nestes atos até chegar ao ponto de recusar os meios para executar as decisões da justiça, quando os orgãos judiciários, quebrando uma tradição de complacência com os interesses dominantes, bancam o papel de proteção dos direitos.

A atitude do Governo exlica o papel negativo assumido por agentes governamentais, que, como a FUNAI, teriam o dever legal de assegurar o respeito dos direitos dos Indios mas que, na verdade, se torna corresponsável de sua destruição.

A luz das precedentes considerações, o Tribunal afirma que o governo brasileiro é responsável de violações graves e repetidas contra os direitos fundamentais, inclusive do direito ao meio ambiente, estabelecidas acima, pois estas violações se apresentam como necessáriamente implicadas na política escolhida, acerca da Amazônia, por parte dos diversos Governos Brasileiros que se sucederam a partir dos anos '60.

Estas violações trouxeram até hoje, com certeza, o massacre e a destruição de numerosos grupos indígenas, cada qual com uma individualidade definida e diferenciada, que podem ser conduzidos ao perigo de uma completa destruição. Esta é uma situação objetiva, a qual somente por insuficências de provas de intencionalidade escapa da qualificação de genocídio. Porém esta falta de intencionalidade poderá cada vez menos ser invocada se a conduta do Governo não for se modificando no futuro.

A defesa justificou a conduta do Governo brasileiro alegando a obrigação na qual se encontrou a fim de exercitar seu direito ao desenvolvimento, de tornar sua economia competitiva no mercado internacional, e responder à sua dívida externa e continuar o processo de exploração da Amazônia para conservar uma taxa elevada de crescimento econômico.
Os elementos e os dados econômicos fornecidos ao Tribunal mostraram que esta argumentação é ilusória, pois a situação econômica global do Brasil continua se degradando.
Mas, além desta objeção, o Tribunal deve afirmar que o desenvolvimento econômico não pode se realizar a não ser respeitando os direitos do homem e dos povos, as normas constitucionais adotadas pelos cidadãos do país. A legitimidade de cada Governo e de sua conduta, hoje em dia, não pode se fundar a não ser na soberania popular, ela se expressando numa Constituição livremente escolhida pelo povo como um todo.

O Estado de direito determinado pela Constituição brasileira não é um absoluto, mas somente um instrumento do povo para a proteção e o cumprimento dos direitos fundamentais. A violação destes direitos por parte do Estado não é uma expressão da soberania, mas, pelo contrário, é uma negação da soberania popular.

A soberania nacional, portanto, não poderá ser invocada para privar o povo de sua soberania, a qual determina não somente os objetivos a alcançar, mas também os meios para alcançá-los.

A argumentação da defesa, longe de justificar a conduta do Governo brasileiro, revela a dependência de um modelo de desenvolvimento determinado pelo estrangeiro. E tudo isto em contradição com o principio invocado da soberania nacional. Este argumento mostra, portanto, as responsabilidades diretas e indiretas dos Estados estrangeiros e das instituições internacionais.

De fato, é o mercado internacional dominado pelos países ricos e suas economias altamente industrializadas que determina os condicionamentos aos quais o governo brasileiro não consegue escapar.

São estes países, e principalmente os sete países mais ricos do mundo, que estabelecem os termos de uma troca desigual em benefício de seus produtos, e apontam como única possibilidade de desenvolvimento econômico um modelo de industrialização frouxado, devorador de energia, provocando as necessidades de consumo cada vez mais crescentes e que se baseia numa produção quantitativamente ilimitada.

Este modelo, baseado sobre uma agressão à natureza e no saque de seus recursos, carrega na mesma direção os países em via de desenvolvimento. As escolhas econômicas destes países são assim determinadas pelas economias do Norte, as quais encontram uma saída para os bens de equipamentos que elas produzem, sua tecnologia, seus recursos financeiros.

É por isso que a exploração da Amazônia se realiza sobretudo em benefício dos países do Norte. As multinacionais implantam na Amazônia suas fábricas, e suas explorações. É preciso lembrar aqui o projeto Grande Carajás, cujas consequências nefastas foram longamente apresentadas no Tribunal e que foram em grande parte financiadas pela C.E.E., apesar das reservas do Comissário da época, Edgar Pisani.

Igualmente, os financiamentos de vários projetos com consequências ecológicas negativas foram concedidos pelo Banco Mundial, cuja missão deveria ser a de proteger os países em via de desenvolvimento.
A dívida externa que sufoca o Brasil foi em grande parte acumulada em benefício das mesmas economias que hoje reclamam o serviço.
Os programas de ajuste que o FMI impõe quase a cada ano para assegurar o pagamento deste serviço, são, de outro lado, carregados de consequências negativas para a vida da maioria das populações amazônicas.

As instituições financeiras internacionais, assim como os 7 países mais ricos e a C.E.E. aparecem portanto como responsáveis, pelo menos como os governos brasileiros, pois que estão impondo o modelo econômico do qual os governos foram, até hoje, os instrumentos.

V. DECISAO DO TRIBUNAL

Por esses fatos e fundamentos

Em resposta às questões que lhe foram submetidas, o Tribunal decide o seguinte:

1. A soberania que a República Federativa do Brasil exerce sobre o território da Amazônia, parte integrante do território nacional, não confere somente prerrogativas garantidas pelo Direito internacional, mas acarreta, também, obrigações. Em primeiro lugar, a obrigação de promover o bem estar do povo brasileiro e o respeito do meio ambiente natural da Amazônia, no interesse da população inteira do país, sem que sejam postos em perigo os direitos particulares do povo da Amazônia.

Adotando uma nova Constituição, aderindo a numerosos tratados internacionais sobre a proteção dos direitos fundamentais e sobre o respeito do meio ambiente natural, o Brasil reconheceu, ele próprio, o limite no qual está encerrado o exercício da soberania.

Entre as obrigações gerais do Estado inclue-se o dever de dar execução às suas próprias leis, de prevenir as infrações à sua legislação e de reprimí-las quando elas tiverem sido cometidas. A Constituição brasileira e o direito Internacional impõem também obrigações particulares em relação às comunidades indígenas, primeiras ocupantes do território nacional e portadoras de valores culturais originais.

Os elementos de prova de que o Tribunal dispõe revelaram atentados graves aos direitos fundamentais, tanto por ações arbitrárias de orgãos públicos quanto em razão de uma deficiente proteção da vida e da integridade física de todos os cidadãos.

2. Os atentados à vida e à integridade das comunidades indígenas foram invocadas perante o Tribunal a fim de sustentar a acusação de genocídio. Os dois primeiros elementos desse crime contra a humanidade foram suficientemente demonstrados. Quanto ao elemento intencional, ele poderia resultar da reiteração de tais fatos. Embora o Tribunal tenha considerado que esse elemento não estava demonstrado fora de qualquer dúvida, ele teve que admitir que se medidas adequadas não forem adotadas sem tardança para a proteção das comunidades indígenas, a intenção de destruir, como tal, poderá ser admitida.

3. Os argumentos algumas vêzes invocados, tendo por base a necessidade do desenvolvimento do país, não poderiam justificar os atentados constatados. O Tribunal relevou, todavia, o fato de que um modelo de desenvolvimento predatório foi, em parte pelo menos, imposto aos governos brasileiros, notadamente em razão do peso considerável da dívida externa e da adesão do Brasil ao modelo de desenvolvimento inspirado e dominado pelos países mais industrializados.
Os governos sucessivos do Brasil, inclusive o governo atual, não são os únicos responsáveis pela crescente degradação da condição de vida da maioria da população. As responsabilidades internacionais já foram destacadas na sentença de Berlim de 1988. Ela inclui as instituições financeiras internacionais, a Comunidade Econômica Européia e os países cujas emprêsas contribuiram para a destruição de parte considerável do território da Amazônia.

4. O valor inestimável da Amazônia para o equilíbrio ecológico do planeta não poderia ter por si só o efeito de restringir, conforme as regras de Direito Internacional e dos Direitos dos Povos aplicáveis a todos os Estados, o exercício pelo Brasil, de suas competências territoriais. A opressão da qual os povos da Amazônia têm sido vítima, ocorrida no último decênio, foram, em grande parte, uma agressão internacional.

Somente uma ação conjunta das forças políticas e econômicas da comunidade universal e a vontade de instaurar uma nova ordem econômica mundial poderão, de maneira eficaz, ir ao encontro da necessidade de desenvolvimento do Brasil sem atentar contra os direitos fundamentais do povo da Amazônia e à salvaguarda de seu meio ambiente natural.

VI. AS PROPOSIÇOES

Visando dar sentido prático aos seus trabalhos, e contribuir para a correção dos vícios que impedem o pleno respeito aos direitos fundamentais das populações amazônicas, bem como o aproveitamento adequado dos recursos naturais da região, o Tribunal decidiu apresentar algumas proposições, inspiradas nas exposições dos especialistas e nos depoimentos das testemunhas.
O atendimento dessas proposições não impedirá a exploração econômica dos recursos naturais da região amazônica em benefício do Brasil e, ao mesmo tempo, irá assegurar a preservação de seu patrimônio cultural e ecológico e o respeito à dignidade da pessoa humana.

Para as entidades brasileiras

1. Deve ser plenamente assegurado aos Indios, por todas as autoridades brasileiras, o gozo imediato de todos os direitos especialmente previstos na Constituição, uma vez que se trata de direitos fundamentais, que nos termos do artigo 5°, parágrafo primeiro da Constituição do Brasil são imediatamente exigíveis.

2. Recomenda-se que o governo brasileiro dê cumprimento, imediatamente à exigência do Estatuto do Indio (lei 6001 de 1973) que prevê a criação de um Conselho de política Indigenista, o qual dever ser integrado por representantes da sociedade civil e, sobretudo por Indios. Recomenda-se que o governo federal brasileiro execute o que é previsto pela Constituição, ou seja, a demarcação das terras indígenas, com a colaboração das comunidades interessadas. A falta do cumprimento deste preceito legal não poderá ser justificado como pretexto de falta de recursos financeiros, o que já foi invocado à época da ocupação das terras indígenas.

3. Recomenda-se que seja garantida a todos os Indios o uso exclusivo das terras tradicionalmente ocupadas por eles, e não apenas de "ilhas" destacadas do todo tendo em conta a caracterização da ocupação indígena explicitada no artigo 231 da Constituição brasileira.

4. As autoridades federais e estaduais brasileiras devem assegurar os meios para que as decisões dos juízes e Tribunais sobre direitos dos Indios sejam efetivamente aplicadas, para a concreta proteção dos direitos e o resguardo da independência e do prestígio do poder judiciário, indispensáveis para a solução pacífica dos conflitos.

5. Recomenda-se ao governo federal brasileiro que proceda imediatamente à revogação dos decretos e demais atos administrativos que pretendem reduzir o território Yanomami a 19 "ilhas" isoladas, contrariando a Constituição que assegura aos Indios a posse de todas as terras tradicionalmente ocupadas por eles. Na realidade, esta foi uma das principais causas da introdução de doenças entre eles, o que provoca a degradação psíquica e

cultural dos Yanomami, além de aumentar a taxa de mortalidade.

6. Recomenda-se que as autoridades federais brasileiras assegurem garantia efetiva a todos os trabalhadores da floresta amazônica, das condições mínimas de trabalho exigidas pela legislação interna do Brasil e pelas normas constantes de convenções internacionais incorporadas ao direito positivo brasileiro, especialmente as das Convenções 95,105,170 da Organização Internacional do Trabalho.

7. Considera-se necessário e oportuno que o Ministério Público Federal brasileiro promova a responsabilidade de todos os agentes diretos e indiretos que, por meio de intervenções armadas, por outras ações e omissões e, especialmente, pelo assassinato de lideres e dirigentes sindicais estão praticando crimes contra a livre organização do trabalho assegurada pela Constituição brasileira e por acordos internacionais a que o Brasil aderiu.

8. Recomenda-se ao Poder Executivo federal brasileiro que proporcione meios eficazes e suficientes para que o Ministério Público Federal possa, com rapidez e utilisando recursos adequados, promover o contrôle das práticas ofensivas aos direitos difusos, aos direitos específicos dos Indios, ao direito à livre organização do trabalho, promovendo a responsabilidade civil, administrativa e criminal dos que cometerem abusos.

9. Recomenda-se ao Poder Executivo e ao Ministério Público dos Estados que promovam a punição efetiva e rápida dos responsáveis diretos e indiretos, por atos que configuram o extermínio coletivo, como os que vêm acarretando a morte rápida de grande número dos Yanomami e de outros grupos indígenas.

10. Recomenda-se ao Poder Executivo federal brasileiro que submeta imediatamente ao Congresso Nacional, com prévia audiência das comunidades interessadas, todas as autorizações já conseguidas para pesquisa e lavra em territórios indígenas, como espressamente esige a Constituição brasileira, tendo em vista que as normas constitucionais são de aplicação imediata, nao subsistindo os direitos anteriormente adquiridos e que conflitem com exigências da nova Constituição.

11. Recomenda-se que o Poder Legislativo e o Executivo federais do Brasil fixem normas e desenvolvam ações, visando a proibição de formas e técnicas de exploração das riquezas do solo e do subsolo que configurem agressão grave ao meio ambiente e ao patrimônio genético da humanidade, como o envenenamento das águas por mercúrio, a destruição das florestas e o extermínio de espécies animais e vegetais.

12. Recomenda-se que seja adotada imediatamente, por todos os orgãos governamentais brasileiros, a prática de avaliação prévia, com apoio técnico e ampla publicidade, dos projetos que possam acarretar prejuizos aos direitos fundamentais assegurados pela Constituição e por normas internacionais incorporadas ao direito positivo brasileiro, bem como dos projetos que possam acarretar efeitos danosos ao meio ambiente.

13. Deve ser estimulada e apoiada por todos a ação permanente das organizações da sociedade civil e dos membros do Congresso Nacional brasileiro, visando impedir que as agências financeiras internacionais forneçam recursos para a execução de projetos sem a prévia valiação, com ampla publicidade, dos efeitos sociais e ambientais.

14. Recomenda-se ao Poder Executivo federal brasileiro e às empresas que operam no Brasil que orientem a exploração econômica das riquezas da Amazônia no sentido de favorecer a fixação de populações permanentes, em condições dignas de moradia e trabalho, com garantia de efetivo atendimento de todos os direitos fundamentais e do respeito às peculiaridades culturais de cada grupo bem como da participação justa nos resultados econômicos e benefícios sociais resultantes do trabalho.

15. A exploração econômica dos recursos da Amazônia deverá prever sempre a renovação ou a substituição dos recursos, devendo ser dada preferência a formas de exploração que respeitem as características da região e de sua população e que assegurem empregos permanentes ao maior número de pessoas.

16. Nenhum Estado deverá participar da destruição do patrimônio material, ecológico e cultural da Amazônia, seja financiando atividades danosas ou associando-se a elas, seja realizando ou autorizando importações que sejam gravemente prejudicial ao patrimônio amazônico.

17. As Universidades, os Institutos de pesquisa e as agências financiadoras de pesquisa científica no Brasil deverão dar todo o apoio às iniciativas que tenham por objetivo o conhecimento e a divulgação das culturas amazônicas, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento dos Indios com a natureza, ao conhecimento das formas de vida dos povos da floresta e às peculiaridades do meio ambiente da região.

Proposições endereçadas à comunidade internacional

No que respeita às ações estrangeiras exercidas na Amazônia as quais constituem uma verdadeira agressão exterior, e foram ocasionadoras de graves prejuizos para as condições de vida da população regional e ao patrimônio natural do Brasil tornou-se indispensável endereçar proposições específicas a diversos órgaos e agentes, alguns pertencentes às comunidades internacionais propriamente ditas; outros pertencentes à sociedade civil internacional:

1. As instituições financeiras internacionais, notadamente ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional que apoiaram e financiaram projetos consideráveis, sem prestar atenção? suficiente às consequências nefastas desses projetos para as populações e para o ambiente natural da

Amazônia. Estes órgaos deveriam prever e avaliar mais seriamente, tais consequências, antes de conceder recursos para a implantação dos projetos.

2. A Comunidade Econômica Européia que consentiu de pronto (notadamente para a instalação do Projeto Ferro-Carajás), exclusivamente no interesse do aprovisionamento das empresas européias, sem ter em conta das advertências que lhe foram encaminhadas por diferentes cientistas e ambientalistas do Brasil . A CEE deve ser, no futuro, mais cautelosa na previsão dos efeitos nefastos desses projetos para os países em desenvolvimento.

3. As regras de conduta aplicáveis aos empreendimentos transnacionais, notadamente àquelas que foram elaboradas pela O.I.T. e C.D.E. obrigam essas empresas a exercer suas atividades no interesse das populações e do bem estar dos países em processo de desenvolvimento. Por serem insuficientes atualmente, estas regras devem ser mais sérias e respeitadas no futuro. A Comissao das Nações Unidas sobre as empresas transnacionais, cujos trabalhos estão em processo, deve elaborar regras mais precisas sobre a proteção da população
e do ambiente, para os países nos quais venham a fazer seus investimentos.

4. A manutenção da dívida a seu nível atual, efetivamente insuportável, exige remédios adequados. Nós propomos que medidas urgentes sejam tomadas para a sua redução e, se possível, anular a dívida do Brasil; no quadro de um programa mais amplo de flexibilização das dívidas do Terceiro Mundo em geral. Seria desejável que para os países fortemente individados, esta distenção? fosse mais ampla e suficiente. Este processo de flexibilização não é mais do que um primeiro passo no caminho de uma reestruturação profunda da economia mundial, permitindo assegurar um redirecionamento dos fluxos dos capitais, sendo acompanhados de novos fluxos para os países em desenvolvimento.

5. Para garantir esses processos é indispensável que o F.M.I. modifique radicalmente sua política em matéria de condicionamentos; seria aconselhável que ele renunciasse a impor uma disciplina fiscal rígida aos países do Terceiro Mundo. E que ele tomasse a iniciativa de utilisar os novos capitais a favor do bem estar de cada país e com vistas a orientar as autoridades públicas, as empresas e o bancos no respeito aos direitos dos homens e no atendimento das exigências internas e internacionais da salvaguarda do meio ambiente.

6. Contribuir para a eliminação dos obstáculos ao comércio que afetam ao Brasil e aos outros países do Terceiro Mundo, de maneira que possam ter acesso aos mercados da Europa e da America do Norte, em condições estimulantes para a sua economia. O preço dos produtos de base dever ser estabilizado dentro das normas da Nova Ordem Econômica Internacional.

7. Pedir a colaboração das ONGs, e apelar os movimentos sociais para que supervisionem o progresso do Brasil concedendo uma proteção completa às

populações indígenas, no respeito aos direitos do homem, tal como estão anunciados nos principais instrumentos de Direito Internacional. E igualmente na observação das regras e provedimentos de defesa do meio ambiente, existentes no Direito Internacional, tais organizações, de modo regular e publicamente, apresentem os resultados de sua vigilância.

INFORME

del

Cuarto Tribunal Russell

sobre

Los Derechos de los pueblos Indígenas de las Américas

CONCLUSIONES

I N D I C E

I INTRODUCCION 2

II DEFINICION DE NOCIONES LEGALES 4

III CONCLUSIONES

A. CASOS

- Grand Council Treaty Nr. 9, Canada 5
- Conseil Attikamek-Montagnais, Canada 6
- Haudenosaunee, EEUU 8
- Hotevilla Hopi, EEUU 10
- Big Mountain Dine, EEUU 13
- Western Shoshone, EEUU 17
- Embajada espanola, Guatemala 20
- Guaymi, Panama 23
- CRIC, Colombia 25
- San Juan de Ondores, Peru 28
- Campa, Peru 30
- Rio Negro, Brasil 34
- Mangueirinha, Brasil 35
- Nambiquara, Brasil 37

B. OTROS CASOS y SITUACIONES 39

IV RECOMENDACIONES 44

V CONSIDERACIONES FINALES 47

REFERENCIAS 49

APPENDICE 1 : INFORMACION PRACTICA 57

APPENDICE 2 : LISTA DE ACUSACIONES 62

APPENDICE 3 : RESOLUCION FINAL DE LA CONFERENCIA DE ONG, 1977 66

APPENDICE 4 : DECLARACION DE LOS PUEBLOS INDIGENAS 70



En la ciudad de Rotterdam, entre los días 24 y 30 de noviembre de 1980, se reunieron los miembros del Jurado y demás órganos del Cuarto Tribunal Russell, convocados para considerar las denuncias de violación de los derechos de los indios de las Américas.
De los cuarenta y cinco casos elevados ante el Tribunal, catorce fueron aceptados formalmente y vistos en audiencia pública. Muchos otros fueron presentados con carácter informativo. Se recibieron y difundieron, además, testimonios de algunos pueblos autóctonos de otros continentes, que han sido o siguen siendo víctimas de genocidio y etnocidio.

I. Introducción

Este tribunal es una tragedia y una maravilla.
A diferencia de lo que ha ocurrido en otras partes del mundo en circunstancias similares, gran cantidad de pueblos indios de las Américas han sobrevivido y han guardado y desarrollado su identidad cultural a pesar de los incesantes intentos de aniquilación de que han sido víctimas. Los que suponían que los indios desaparecerían de la faz de la tierra, asisten hoy a la deslumbrante realidad de su multiplicación y a la persistencia de sus culturas. Podemos estar seguros de que en el futuro habrá en América más indios que ahora, y que sus verdaderos rostros no se borrarán jamás.
Hemos escuchado voces que expresan la vitalidad y la capacidad de resistencia de estos pueblos y que hablan de sus culturas que son más antiguas que las de muchos pueblos europeos. Contra ellos se ha ejercido lo que quizás ha sido la peor perse cución de la historia humana: nos referimos a las guerras de la conquista; el contagio fatal de las enfermedades llevadas por los invasores europeos a América, y que los indios desconocían; la esclavitud y el trabajo forzado; la incorporación violenta al sistema colonial mercantilista, que era incompatible con su organización de producción comunitaria, con su manera de vivir y con su autodeterminación; y la prohibición de sus religiones y sus lenguas.
El programa de destrucción cultural y de opresión social de la población indígena de las Américas, no terminó cuando se declararon independientes varios países del continente, sino cobró nuevas formas. Desde entonces los mecanismos de colonialismo interno se han consolidado cada vez más, dedicandose con la mayor crueldad a la desintegración de las comunidades indias. Así hemos llegado a una intensificación de agresión, dirigida por grupos locales y gubernamentales que ejercen su dominio al servicio de las necesidades del mercado mundial y de los centros trasnacionales de poder.
En los países donde los pueblos indígenas forman la mayoría el carácter artificial de los estados que no expresan la realidad étnico-cultural de sus pueblos resulta cada día más evidente. Hoy día los indigenas cuestionan esa situación falsa y buscan una transformación radical. Pero incluso en los países donde los indios son como islas en el océano de una cultura ajena, los gobiernos les niegan el derecho de ser ellos mismos y de siguir siéndolo. En la práctica los reducen a la condición de materia prima que sirve para otros. Varios casos sometidos a la consideración de este Cuarto Tribunal Russell han puesto de manifiesto con fuerte elocuencia el carácter despótico y usurpador de los órganos gubernamentales, teóricamente destinados a la protección de la población indígena y a la salvaguardia de sus derechos. Podemos afirmar que enfrentamos algunos casos concretos de genocidio: asesinatos masivos de la población indígena; arrasamiento de sus terrenos tradicionales de vida y expulsión de sus territorios históricos; despojo de sus riquezas naturales; superexplotación de su mano de obra y violación de los fundamentos esperituales de sus culturas en que tanto la tierra como las personas son sagradas.

Los testimonios, tanto orales como escritos, que las víctimas han presentado ante este tribunal, dan fe de tragedias y crímenes inimaginables. Pero tambien nos ha impresionado, a lo largo de las sesiones, por la invencible determinación que anima a pueblos que no buscan imponer a los démas su moda de vida, sino que dignamente exigen que se respete su derecho a la singularidad en un mundo pluralista. Enfrentamos el levantamiento universal de nacionalidades oprimidas, y su creciente exigencia de autonomía. Intentan terminar el enajenamiento impuesto y recuperar su identidad cultural. Estructuras gubernamentales centralistas están experimentando una crisis, especialmente en los países que contienen diferentes nacionalidades y grupos étnicos. Esta situación coincide, en América, con el naufragio de un concepta de civilización euro-céntrico, según el cual los civilizados son los que actuan como los europeos o, los que pretenden ser los portadores de la llamada cultura "occidental". Este tribunal ha servido como un foro de testimonos en contra de la opresión de etnocidio y como la expresión libre de la voluntad de lucha contra las fuerzas que continúan intentando aniquilar las culturas más antiguas de América. Contra la maquinaria universal de explotación económica y de castración cultural, los indios de América ofrecen su lastimado pero invicto perfil civilizador. Ellos han conservado y enriquecido cosmovisiones y modelos de comunidades antiguos, no fundados sobre la codicia sino sobre la reciprocidad. Ellos reivindican la identidad entre naturaleza y cultura y nos brindan imprescindibles claves de plenitud humana.

ATENCIÓN

Para encontrar una respuesta a la cuestión si un Estado ha violado un artículo o varios artículos de un Tratado, es preciso saber si el Estado concerniente ha firmado ratificado el Tratado.
Es el caso de que, en principio estados solamente están comprometidos a un Tratado si lo han ratificado.
Sin embargo los miembros del Jurado toman partido por la opinión de un gran número de destacados autores internacionales acerca de derechos humanos. Implica que, especialmente los Tratados sobre derechos humanos y el derecho de autodeterminación de pueblos son el resultado de criterios de justicia, que están generalmente aceptados ya.
Por lo tanto, los miembros del Jurado son de opinión de que, en los casos en que estados no han ratificado un determinado Tratado, aún así están comprometidos a estos tratados, con motivo del llamado derecho consuetudinario internacional.

II. Definición de nociones legales

1. Autodeterminación

a. La autodeterminación es definida como el derecho de un pueblo a "determinar sin interferencia externa su régimen político y alcanzar su desarrollo económico, social y cultural" (Declaración de los principios de Ley internacional relativos a las relaciones entre los estados, de acuerdo con la Carta de las Naciones Unidas).

b. Para estar titulado al derecho de autodeterminación un grupo debe constituir un pueblo, lo que se define como: "un grupo de personas viviendo en un país o localidad determinada, teniendo raza, religión, lengua y tradiciones propias y unidos por la identidad de raza, religión, lenguaje y tradición en un sentimiento de solidaridad, con vistas a preservar sus tradiciones, manteniendo sus formas de trabajo, asegurando la instrucción y crianza de sus hijos de acuerdo con el espéritu y tradiciones de la raza y prestándose asistencia y ayuda mutua". (Corte Internacional de Justicia, 1970, caso Greco-Búlgaro).

2. Genocidio

Genocidio significa un acto cometido con la intención de destruir, en parte o totalmente, un grupo nacional, étnico, racial o religioso.

3. Etnocidio

Etnocidio significa que a una minoría étnica o religiosa o a una persona perteneciente a dicha minoría, le ha sido negado el derecho de disfrutar su propia cultura en union con otros miembros del grupo: de profesar y practicar su propia religión o usar su propia lengua.

4. Derechos humanos

Los "derechos Humanos" no tienen definición precisa. Por otra parte, el concepto de los derechos humanos como está indicado en la Declaración Universal de los Derechos Humanos tiene un fondo de razonable certitud. Algunas de estas disposiciones constituyen principios generales de ley, o presentan consideraciones elementales de humanidad. La Declaración Universal de los Derechos Humanos debe ser considerada como un criterio común de logros a obtener para todos los pueblos y naciones, de modo que cada individuo y cada órgano de la sociedad se esforzará por promover mediante la enseñanza y la educación, el respeto a los derechos y libertades como está mencionado en la Declaración Universal sin distinción de ninguna clase, tales como raza, color, sexo, lengua, religión, opiniones políticas u otras, origen nacional o social, propedad, nacimiento u otra condición.

III. Conclusiones

A. Casos

EL CASO DEL "GRAND COUCIL TREATY NO.9"

ACUSADOR: Tratado del Gran Concejo No.9 (Asociación de Jefes del Tratado No.9) representando la Nación Nishnawbe-Aski.

ACUSADO: El Gobierno de Canadá, el Gobierno Provincial de Ontario.

LOCALIZACION: Norte de Ontario (Canadá).

RESUMEN DE PRUEBAS:

El Tratado James Bay, firmado en 1905, cubre un área de aproximadamente 210.000 millas cuadradas. Hay 40 comunidades dispersas en el área, 30 de ellas sólo son accesibles por avión. La población exede las 20.000 personas, lo que representa alrededor del 30 por ciento de la total población india de Ontario. A los indios se les dijo que firmaron un tratado de paz y buena voluntad hacia el rey y otros hombres blancos a cambio del cual recibirían cierta asistencia gubernamental. A ellos no se los dijo que la entrega irrevocable de sus derechos territoriales sería también parte del Tratado. El Tratado estaba escrito en Inglés, un idioma que no sabian hablar los Nishnawbe-Aski en el año 1905. Ellos afirman que el Tratado Número Nueve no tiene validez porque el ingrediente más importante de la transacción, a saber, el consentimiento, faltaba. El pueblo indio no puede consentir, porque los verdaderos términos del Tratado no les fueron explicados.

Violaciones de la legislación Internacional:

Nosotros, los miembros del Cuarto Tribunal Russell, concluimos que las acciones del gobierno canadiense y del gobierno provincial de Ontario contra la nación de Nishnawbeaski violan las siguientes provisiones de la legislación internacional:

Los intentos de quitarles ilegalmente la tierra a las naciones de los Nishnawbeaski violan:

- los artículos 17(1) y (2) de la Declaración Universal de Derechos Humanos
- los artículos 21(1) y (2) de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre
- el artículo 5(d.v) de la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las formas de Discriminación Racial

EL CASO DEL CONSEIL ATTIKAMEK-MONTAGNAIS

ACUSADOR: Consejo Attikamek Montagnais (Canadá)

ACUSADO: Gobierno de Canadá

LOCALIZACION: Los Attikamek y los Montagnais son unas 10.000 personas que viven en Quebec. Los Attikamek están asentados en la región de St. Maurice, los Montagnais están asentados en la Côte-Nord du St. Laurent.

RESUMEN DE PRUEBAS:

En esta causa se impugna una anulación unilateral del derecho de propiedad raíz mediante legislación, y la violación de facto del derecho de los nativos a la tierra por la construcción de un proyecto hidroeléctrico.

En 1972, el gobierno de Quebec decidió desarrollar proyectos hidroeléctricos en varios ríos del noroeste de la provincia indígena. Varias tribus indias se vieron afectadas por esas medidas: los Cris y los Inuit, lo mismo que los Attikamek, Montagnais, Algonquins y Naskapis.

Tras varias demandas presentadas por los indios y por el gobierno mismo, este último entabló negociaciones únicamente con los Cris, los Naskapis y los Inuit. Fruto de las negociaciones fueron dos tratados: la "Convention de la Baie James et du nord québécois" y la "Convention du nord-est québécois" (Convención de la Bahía James y del Norte de Quebec y Convención del Nordeste de Quebec, respectivamente), en virtud de las cuales los Cris, los Naskapis y los Inuit renunciaron a todos sus derechos de propiedad de tierras. Como el Parlamento canadiense es el único cuerpo autorizado para firmar tratados, fue menester que aprobara una ley. Así, la Cámara de los Comunes promulgó una ley (Bill C-9 de 4 de mayo de 1977), ratificando los tratados. En virtud de la misma ley se anularon todos los títulos y derechos de propiedad raíz. De tal modo, el Parlamento de Canadá anuló unilateralmente los derechos de propiedad de tierra de los Attikamek, Montagnais y Algonguins igualmente. Lo hizo a pesar de la enérgica protesta oficial de los Attikamek y de los Montagnais.

Algunas comisiones oficiales de Canadá han condenado ya esta anulación unilateral de los derechos de propiedad raíz y sus graves consecuencias para las etnías mencionadas. Mientras siga en vigor esa ley y mientras el gobierno de Canadá no reconozca los derechos territoriales de los Attikamek, los Montagnais y los Algonquins, su futuro y supervivencia está en peligro.

Violaciones de la legislación Internacional:

Nosotros, los miembros del Tribunal Russell, concluimos que:

1. Las acciones del gobierno canadiense violan los derechos de los Attikamek y de los Montagnais para conservar su tierra, guarantizado por:
   - el artículo 17 de la Declaración Universal de Derechos Humanos
   - el artículo 21 de la Convención Americana sobre Protección de Derechos del Hombre.
2. Estas acciones también violan:
   El derecho de los Indios de controlar sus recursos naturales y su desarrollo económico, guarantizado por:
   - el artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales
   - Parrafo II de la Declaración sobre la concesión de la Independencia a los Países y a los Pueblos Coloniales
   - la Resolución 1803, (XVII) de la Asamblea General de 14 de Diciembre de 1962, titulada "Soberanía Permanente sobre los Recursos Naturales".

EL CASO DE LOS HAUDENOSAUNEE

ACUSADOR: La Confederación soberana de Haudenosaunee

ACUSADO: Los Estados Unidos, el Estado de Nueva York, el Consejo Tribal Mohawk St. Regis

LOCALIZACION: Las vecindades de la frontera entre los Estados Unidos y Canadá, el norte del Estado de Nueva York

RESUMEN DE PRUEBAS:
Los Haudenosaunee (las Seis Naciones de la Confederación Iroquesa) son una confederación de seis naciones soberanas en el nordeste de los Estados Unidos. Está gobernada por el Gran Consejo, compuesto por los jefes de naciones miembres. Los jefes de cada nación son nombrados por las madres del clan.

La Nación Mohawk, miembro de la Confederación, presenta la demanda de que los Estados Unidos le niega el derecho a su tierra natal, basándose en un tratado fraudulento, y que el Estado de Nueva York ha impuesto un gobierno ajeno a los deseos del Pueblo Mohawk. El territorio natal de los Haudenosaunee fue garantizado en varios tratados firmados con Gran Bretaña. Después de la Revolución Americana, esta garantía fue reiterada en el Tratado de Fort Stanwix (1784) entre los Haudenosaunee y los Estados Unidos.

La Nación Mohawk nunca cedió ninguna parte de su territorio natal garantizado por tratado. Sin embargo, el Estado de Nueva York, reclama el título por la mayor parte de la tierra de los Mohawk, basándose en un tratado de 1797. El "tratado" fue firmado por representantes del Estado de Nueva York y dos personas que decían representar a la Nación Mohawk. Sin embargo nadie había sido nombrado jefe de los Mohawk o al Gran Consejo, y por eso no tenían autorización para actuar en nombre de la Nación de los Mohawk: La ley Mohawk, prohibe que un individuo venda la tierra de la nación, la cual es poseída en común.

Además, el Estado de Nueva York, con el apoyo activo de los Estados Unidos, promulgó una legislación, creando el Consejo Tribal de St. Regis para gobernar el pueblo y territorio Mohawk. Nunca fueron consultados ni el gobierno tradicional Mohawk ni el pueblo Mohawk y nunca consintieron en que cambiaran su forma de gobierno.
No hay base en la ley Mohawk para que el Consejo Tribal ejercite su jurisdicción sobre la Nación Mohawk. El Consejo ha creado una fuerza policial que no está autorizada por la ley Mohawk, pero que interfiere con el gobierno tradicional y con la propiedad y derechos del pueblo Mohawk.
El Consejo Tribal está apoyado por la policía y las Cortes del Estado de Nueva York, y los Estados Unidos se niegan a limitar su intervención ilegal. El pueblo Mohawk está bajo acusación en las Cortes del Estado por rehusar a someterse a la autorización del Consejo Tribal, impuesto ilegalmente. El Estado de Nueva York ha usado y amenaza con usar sus fuerzas armadas para detener gente Mohawk y para expulsarla de su territorio si se niega a reconocer la autorización del gobierno impuesto.

Nosotros, los miembros del Tribunal Russell concluimos que:

Las acciones de los Estados Unidos de América y del Estado de Nueva York, dirigidas contra la Nación Mohawk y su gobierno tradicional, violan las siguientes provisiones de la legislación internacional:

1. Los acusados están violando el derecho a la autodeterminación del pueblo Mohawk creando un gobierno ajena e imponiéndolo en Akwesasne. El derecho a la autodeterminación está garantizado por:
   - los artículos 1 y 55 de la Carta de las Naciones Unidas
   - el artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Polítícos
   - el artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales
   - el principio VIII de la Acta Final de Helsinki
   - la Declaración sobre la Concesión de la Independencia a los Países y a los Pueblos Coloniales.
   - la Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General, de 14 de Diciembre de 1962, titulada "Soberanía Permanente sobre los Recursos Naturales.

2. El uso de fuerza por el estado de Nueva York, con la aprobación del gobierno de los Estados Unidos, contra el pueblo Mohawk y su territorio, y su resistencia a resolver los conflictos por la via pacífica, violan:
   - el artículo 2, secciones 3 y 4, de la Carta de las Naciones Unidas
   - los Principios II, III, IV y V de la Acta Final de Helsinki.

3. El fracaso del acusado de respetar la jurisdicción y el Territorio de la Nación Mohawk y su gobierno tradicional, viola:
   - el Tratado de Fort Stanwix
   - el Tratado de Conandaigua

   El incumplimiento de estos Tratados viola:
   - el Principio X de la Acta Final de Helsinki.

4. El intento de extinguir los derechos territoriales de los Mohawk, sin consultar el gobierno tradicional Mohawk, viola:
   - el artículo 17 (1) y (2) de la Declaración Universal de Derechos Humanos
   - el artículo 21 (1) y (2) de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre
   - el Artículo 5d, v, de la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las formas de Discriminación Racial.

5. El derecho del pueblo Mohawk a recurrir a un tribunal libre y neutral para la determinación de sus derechos está protegido por:
   - el artículo 10 de la Declaración Universal de Derechos Humanos
   - el artículo 8 de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre.

EL CASO DE LOS HOTEVILLA HOPI

ACUSADOR: La Nación soberana Hopi

ACUSADO: El Consejo Tribal Hopi y el gobierno de los Estados Unidos

LOCALIZACION: El territorio de los Diné (Navajo) en el Noreste de Arizona (Estados Unidos)

RESUMEN DE PRUEBAS:

Los Hopi han ocupado sus territorios en el suroeste de los Estados Unidos desde hace mil años. Los Hopi viven en varias aldeas independientes, que juntas forman la Nación Hopi. Los Hotevilla Hopi han planteado dos cuestiones: las formas de gobierno no ajenas que les han sido impuestas y el intento de robarles sus tierras. Ambos actos han sido realizados por el gobierno de los Estados Unidos.

Las pruebas indican que el Congreso de los Estados Unidos dictó la Ley de Reorganización Indigena (I.R.A.) a principios de los años treita, y que empezó inmediatamente a tratar de persuadir a los Hopi de adoptar un gobierno parecido al de los Estados Unidos. La mayoría de los Hopi quiso conservar su forma tradicional de gobierno según la cual cada pueblo es gobernado por su kikmongwi (dirigente espiritual).

La Oficina de Asuntos Indígenas (Bureau of Indian Affairs, BIA) de los Estados Unidos convocó a los Hopi a una elección, para determinar si tenían que organizar una nueva forma de gobierno. La mayoría de los Hopi manifestó oposición a la propuesta de su modo tradicional: absteniéndose de votar. Sin embargo, las autoridades de los Estados Unidos hicieron caso omiso de esta abrymadora expresión de resistencia Hopi, y consideraron que una cantidad de votos de aproximadamente 10 por ciento en el escrutinio, era suficiente para dar un carácter terminante al resultado.

Las autoridades de los Estados Unidos negaron a contestar a los repetidos intentos hechos por los Hopi a partir de este momento, para demostrar que querían guardar su forma tradicional de gobierno y que negaban a organizarse conforme a las disposiciones de la I.R.A.

El Consejo Tribal Hopi (el gobierno establecido según la I.R.A.) firma contratos para explotar recursos naturales en el territorio Hopi, a pesar de la oposición de los Hopi tradicionales a la contaminación del aire, de la tierra y del agua causada en el país Hopi, y de la destrucción de sus sitios sagrados. El Consejo Tribal Hopi ha violado varios disposiciones de la Constitución Hopi (I.R.A.), incluso la prohibición de vender territorios tribales u otras propiedades (artículo VI, sección I (e)) y la disposición de que el kikmongwi sea dirigente de la aldea hasta que esta decida organizarse de otro modo (artículo II, secciones 3 y 4).

Las pruebas muestran también que las autoridades de los Estados Unidos han obrado en contra de los deseos del pueblo tradicional Hopi, que quiere preservar sus derechos territoriales, La "Executive Order Reservation" de 1882 (o sea, la Reserva Hopi,

que está mucho más limitada que el territorio tradicional Hopi) excluía gran parte de este territorio. Contrataron un abogado y presentaron demanda (expediente 196) ante la Comisión de Reivindicaciones Indias con el fin de obtener una compensación financiera a cambio de la abolición del título territorial de los aborígenes; esto contra las objeciones claras de los Hopi tradicionales.

Por consiguiente, las acciones de los Estados Unidos y del Consejo Tribal Hopi (I.R.A.) violan los principios de autoridad, jefatura y procedimientos decisorios de los Hopi tradicionales.

Nosotros, los miembros del Tribunal Russell concluimos que:

las acciones de los Estados Unidos de América, de las compañías de energía y de ciertas iglesias cristianas, hacia el pueblo Hopi, violan las siguientes disposiciones de la legislación internacional:

1. La imposición de un gobierno ajeno viola el derecho del pueblo Hopi a la autodeterminación. El derecho a la autodeterminación está garantizado por:
   - los artículos 1 y 55 de la Carta de las Naciones Unidas
   - el artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos
   - el artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales
   - el Principio VIII de la Acta Final de Helsinki
   - la Declaración sobre la Concesión de la Independencia a los Países y a los Pueblos Coloniales
   - la Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General, de 14 de Diciembre de 1962, titulada "Soberanía Permanente sobre los Recursos Naturales".

   Además, el articulo 21 (3) de la Declaración Universal de Derechos Humanos prescribe que la voluntad del pueblo debe ser la base de la autoridad de un gobierno.
2. El robo de la tierra del pueblo Hopi viola lo siguiente:
   El derecho a la propiedad está garantizado por:
   - el artículo 17 (1, 2) de la Declaración Universal de Derechos Humanos
   - el artículo 21 (1, 2) de la Convención Americana sobre Protección de Derechos del Hombre
   - el artículo 5 (d) (v) de la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial.
3. La imposición de ciertas formas de desarrollo económico contra la voluntad del pueblo Hopi, viola lo siguiente:
   - el artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos
   - el artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales
   - el Principio 1 de la Acta Final de Helsinki
   - el Parrafo 1 de la Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General, de 14 de Diciembre de 1962, titulada "soberanía Permanente sobre los Recursos Naturales"
   - el Parrafo 2 de la Declaración sobre la Concesión de la Independencia a los Países y a los Pueblos Coloniales.

4. Los Estados Unidos han rehusado respetar el tratado de Guadalupe Hidalgo, con lo que se viola:
   - el Principio X de la Acta Final de Helsinki

5. Al separar a niños Hopi de sus familias se viola:
   - el artículo II (e) de la Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio.

6. Los intentos de adoctrinar a los niños en la religión cristiana y la destrucción de los lugares sagrados de los Hopi, violan:
   - el artículo 18 de la Declaración Universal de Derechos Humanos
   - el artículo 12 de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre
   - el artículo 18 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos
   - el Principio VII de la Acta Final de Helsinki.

7. El derecho de los Hopi a educar a sus propios hijos está protegido por:
   - el artículo 13 (3) del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales
   - el artículo 26 de la Declaración Universal de Derechos Humanos.

8. El derecho de los Hopi a recurrir a un Tribunal libre y neutral para la determinación de sus derechos, está protegido por:
   - el artículo 10 de la Declaración Universal de Derechos Humanos
   - el artículo 8 de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre.

9. Los Estados Unidos han engañado y mentido al pueblo Hopi. Esta acción viola el derecho del pueblo Hopi a conocer y ejercer sus derechos, como está dispuesto por:
   - el Principio VII de la Acta Final de Helsinki.

EL CASO DE LOS BIG MOUNTAIN DINE

Acusador: La nación Big Mountain Dine (Navajo)

Acusado: Los Estados Unidos de América

Localización: El Estado de Arizona, EE.UU.

Resumen de pruebas

Aproximadamente 6.000 navajos, que llevan una vida tradicional de pastores, corren actualmente el peligro de ser trasladados de la tierra de sus antepasados, para ser reasentados en ciudades fronterizas blancas, a unos 160 kms. de su propia región. La mayoría no habla inglés, y se han dedicado toda la vida al pastoreo de ovejas y a ciertos cultivos en la zona semiárida y muy elevada sobre el nivel del mar, llamada por el gobierno de Estados Unidos "Joint Use Area" (JUA). Para la población indígena afectada, la causa se remonta a épocas anteriores a la historia escrita; para la Norteamérica blanca empieza con la suscripción de una orden presidencial de 1882.

El 6 de diciembre de 1882, el presidente Chester A. Arthur reservó unos 11.000 kms. cuadrados, en lo que era el territorio de Arizona, para los hopi "y para otros indios que el secretario del Interior considere conveniente asentar allí", sin tener en cuenta si, a la sazón, vivían otros indígenas en la reserva hopi recientemente creada. Los hopi, indios de "pueblo", vivían, igual que hoy, en unas diez aldeas autónomas, construidas en las mesetas del sur de la reserva, asignada en 1882. El resto del territorio de 11.000 kms. cuadrados fue ocupado por los antepasados directos de los acusadores contemporáneos, y también por cierto número de indios paiute. En general, las tres etnias indias de la región llevaban una vida tranquila y apacible.

En 1934, el Congreso de Estados Unidos puso en vigor la ley conocida por "Indian Reorganization Act" (Ley de Reorganización Indígena), por la cual se permitía a los pueblos indígenas individuales de adoptar el sistema de gobierno de consejos tribales electivos, en lugar de las diferentes formas tradicionales que se encontraban entre las diferentes tribus. Se celebraron elecciones - un procedimiento enteramente ajeno a las tradiciones hopi - para determinar si, en lo sucesivo, serían gobernados por un cuerpo central legislativo y ejecutivo, semejante al de Estados Unidos. Practicamente todos de los miles de hopi tradicionales se negaron a votar, con el resultado de que eran"vencidos" en el escrutinio por unos 625 hopi"progresistas" que eran partidarios de la nación democrática de tipo europeo. Así nació el conflicto entre el Hopi Tribal Council (Consejo Tribal Hopi) y las autoridades por la tierra hopi-navajo.

Por presión del Hopi Tribal Council, la Oficina de Asuntos Indígenas (Bureau of Indian Affairs, BIA) destinó parte de la reserva adjudicada en 1882 para uso exclusivo como tie-

rras de pastoreo de los hopi. Por coincidencia, los miembros del Hopi Tribal Council eran criadores de ganado, mientras que los hopi tradicionales utilizaban una técnica sui generis de horticultura en terrazas construidas en las pendientes de la meseta, bajando de la aldea. Lo que queda de la reserva de 1882 es la JUA, si bien esta denominación sólo empezó a usarse muchos años después de la creación del distrito especial de pastoreo hopi (a/k/a Distict 6).

Las intrigas subsiguientes de la camarilla del Hopi Tribal Council resultaron en una legislación promulgada por el congreso en 1958, con el fin de crear un tribunal federal especial de tres jueces que entendiera de una causa contenciosa presentada por los hopi y los navajos por las tierras comprendidas dentro de los límites de la reserva adjudicada en 1882, y al mismo tiempo permitir que se sometiera tal causa al tribunal. El Hopi Tribal Council presentó inmediatamente una demanda exigiendo todas las tierras dentro de la reserva asignada en 1882. En 1963, el tribunal creado ad hoc, decretó que el District 6 pertenecía exclusivamente a los hopi, y que las tierras que quedaban de la reserva de 1882 (es decir, la JUA) era de propiedad común por igual de los hopi y de los navajos. Tras 11 años de esfuerzo de los Consejos Tribales Hopi y Navajo por convenir en unplan de utilización conjunta o división de la JUA, el Congreso puso en vigor otra nueva ley que autorizaba a la designación de un mediador para dividir la JUA. Habiendo fracasado en su intento de lograr un acuerdo entre los Consejos Tribales Hopi y Navajo, el mediador presentó una propuesta de división al tribunal especial que echó su fallo al respecto en febrero de 1977. Cerca de 6.000 navajos (Diné) viven en la parte del territorio que hoy constituye la mitad hopi de la antigua JUA, y unas 70 familias hopi viven en tierras que actualmente son de exclusiva propiedad navajo. Según las disposiciones de la orden de división, todas las personas que viven en la mitad "equivocada" tienen que salir pronto de ella (conforme a leyes federales recientes,el reasentamiento tendrá lugar a mediados de 1981).

Los diné tradicionales afirman que no hay disputas entre ellos y los hopi tradicionales, sino que ambos son víctimas de sus respectivos Consejos Tribales "progresistas". Los hopi tradicionales que han presentado su testimonio ante el Tribunal Russell, corroboran esta alegación. Hasta ahora, todo parece indicar que el problema de reasentamiento es producto de la falta de voluntad de ambos Consejos Tribales, de llegar a una solución adecuada para preservar a una numerosa comunidad de indígenas autosuficientes, quizás la mayor de tal índole que hay en Estados Unidos. ?Cuál es, pues, la raíz de lo que los tribunales han calificado de "el largo y amargo conflicto entre hopi y navajos"?

La respuesta parece residir en la existencia de un enorme yacimiento de carbón de bajo contenido de azufre en el subsuelo de la antigua JUA. Puesto que sería enteramente imposible de conseguir que los autóctonos se desplazaran de esa zona de sitios particularmente sagrados para ellos, a fin de extraer el carbón, se requería la fuerza compulsiva de una orden emitida por un tribunal federal. Aunque el Congreso

tiene facultad constitucional para imponer el desplazamiento, sin necesidad de ampararse en una orden judicial que requiera ejecución, una legislación de esa índole conllevaría la abrogación de uno o más tratados sobre asuntos indígenas y tropezaría con una amplia resistencia; el proceso judicial a la par que está oficialmente abierto a público, opera en un ámbito mucho más privado, y a diferencia de los diputados al Congreso, los funcionarios judiciales federales gozan de inamovilidad.

Las pruebas indican que la alegación de que el carbón es motivo del problema, no se reduce a especulación. Desde hace ya varios años, la empresa Peabody Coal Company, uno de cuyos abogados prestaba sus servicios también en el Hopi Tribal Council, ha venido explotando la mayor mina de carbón que se encuentra en territorio indígena, en un lugar conocido por el nombre de Black Mesa, 50 Kms. al norte de la comunidad de Big Mountain. Tal actividad se realiza por contratos firmados con los Consejos Tribales Hopi y Navajo. La formación de carbón en Black Mesa es parte del yacimiento que se encuentra, a poca profundidad, en el subsuelo de la antigua JUA. La primera se agotará dentro de 20 ó 30 años, mientras que la última está facilmente accesible, a menos que no obstaculice el paso la población.

Actualmente el gobierno de Estados Unidos está tomando medidas orientadas a convertir la superficie correspondiente a la mitad hopi de la ex JUA en tierra de pastoreo de ganado. Cabe preguntarse si los miembros del Hopi Tribal Council que se dedican a la cría de ganado tratarán de aprovechar la ocasión para aumentar en vastas proporciones los rebaños de su propiedad (no de propiedad comunal). Y también podemos preguntarnos si esos mismos miembros del Consejo Tribal, en el momento dado, mostrarán suficiente respeto por la tierra cuando la Peabody Coal Company quiera extraer carbón en la zona que antaño era la región natal de 6.000 pastores Diné.

Violaciones de la legislación internacional

Nosotros, los miembros del Cuarto Tribunal Russell, concluímos que:
Las pruebas indican que los actos de los acusados constituyen violación del artículo II (c) y (e) de la Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio, y por lo tanto constituyen crimen de genocidio.

La división de la tierra y el reasentamiento de los pueblos navajo y hopi, constituyen violación al derecho de esas comunidades a vivir en su propia tierra y al derecho a que no se ataque su integridad territorial. Tales derechos están amparados por:

- los Artículos 21 (2) y 22 (5) de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos Humanos;
- el Artículo 17 (2) de la Declaración Universal de Derechos Humanos;

- los Principios I, II, III y V de la Acta Final de Helsinki;
- el Párrafo 6 de la Declaración sobre la Concesión de la Independencia a los Países y a los Pueblos Colonizados.

La interferencia en las ceremonias religiosas y la intrusión en sitios sagrados de la comunidad Big Mountain, constituyen violación de derechos amparados por:

- el Artículo 18 de la Declaración Universal de Derechos Humanos;
- el Artículo 12 de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos Humanos;
- el Principio 7 de la Acto de Helsinki;
- el Artículo 18 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos.

La utilización de tierras de Big Mountain para generación de energía contra la voluntad de la comunidad Big Mountain, constituye una violación del derecho a controlar el desarollo económico y la disposición de los recursos, derecho amparado por:

- el Artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales;
- el Artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos;
- el Principio I de la Acta Final de Helsinki;
- el Párrafo I de la Resolución 1803 XVII de la Asamblea General, de 14 de diciembre de 1962, titulada "Soberanía Permanente sobre los Recursos Naturales;
- el Párrafo 2 de la Declaración sobre la Concesión de la Independencia a los Países y a los Pueblos Colonizados.

EL CASO DE LOS WESTERN SHOSHONE

Acusador: Indios Shoshone Occidentales Tradicionales, unidos en la organización "Western Shoshone Sacred Lands Association"

Acusado: Estados Unidos de América

Localización: Estado de Nevada, EE.UU.

Resumen de pruebas

El 1 de octubre de 1863 se concluyó un Tratado de Paz y de Amistad, conocido por el Tratado de Ruby Valley, entre dos agrupaciones soberanas: los Estados Unidos de América y las Comunidades Occidentales (Western Bands) de la Nación de Indios Shoshonee (sic.). Por el Tratado se definía "su país de ellos" (es decir, el país shoshone occidental), de una extensión de 24 millones de acres aproximadamente en el que era entonces el territorio de Nevada. El Tratado fue ratificado por el Congreso en 1868 y sigue en pleno vigor.

En virtud del Tratado se permite la entrada en territorio shoshone occidental en los siguientes casos: derecho de paso para ferrocarriles y carreteras igual que líneas telegráficas, y puestos militares a lo largo de estas; la exploración de minerales, la explotación de minas y el establecimiento de colonias agrícolas. Las colonias blancas en territorio shoshone occidental lo han reducido a 18 millones de acres, aproximadamente.

Actualmente, el derecho de los indios shoshone occidentales de ocupar, aprovechar y controlar los 18 millones de acres restantes, que les permitieran existir independientemente de la sociedad industrializada de Estados Unidos, es amenazado por circunstancias de dos clases, que no guardan relación entre sí, salvo en un aspecto: el papel que desempeña el gobierno de Estados Unidos. Al mismo tiempo, los shoshone occidentales se enfrentan a un fallo judicial del Indian Claims Commission en virtud del cual el título de aborígenes de los shoshone a toda la extensión de 18 millones de acres ha expirado, y a la posibilidad de que el propuesto sistema de cohetes nucleares MX será colocado en Nevada, de tal forma que una parte esencial se encontrará en el terreno de los shoshone occidentales.

La cuestión del Indian Claims Commission comenzó en 1947. Un abogado, experto en asuntos relacionados con demandas indígenas, actuando en nombre y con autorización de ciertos comités, (tales como el "Western Shoshone Identifiable Group" y el "Western Shoshone Claims Committee") formados por individuos que no estaban autorizados para actuar en nombre de los shoshone occidentales, presentó una demanda ante la Indian Claims Commission. En ningún momento los shoshone tuvieron la intención de renunciar a su título de aborígenes a

cambio de compensación monetaria. En un comienzo, a los que fueron informados del proceso se les había dicho que se estaba intentando obtener compensación por tierras previamente perdidas por la colonización blanca. Pero en realidad el acusador legal de la Indian Claims Commission había entablado de pérdida de todas las tierras de los aborígenes, acordando con el gobierno de Estados Unidos una estipulación de que toda la tierra había sido perdido por la intrusión de colonos blancos ya alrededor de 1872, mientras que en realidad sólo una cuarta parte de las tierras reconocidas por el Tratado había pasado a manos de los colonos blancos. (Es menester notar, en este contexto, que los honorarios establecidos para tales acusadores legales se determinan según la cantidad de dólares del juicio y este es el factor principal, si no el único, que sirve de base al cálculo de los honorarios de acusadores.) En 1959, cuando aún no se había dado el fallo, algunos de los shoshone occidentales empezaron a poner en tela de juicio al acusador y su legitimidad. Sin duda, este movimiento, fue estimulado por el hecho de que todos los funcionarios de Estados Unidos con quienes los shoshone tuvieron que tratar de varios asuntos, afirmaron que no había ninguna tierra indígena sobre la cual tuvieran aún dominio y control. Las gestiones hechas para contratar otro abogado fracasaron, debido a que tenía que pedir previa aprobación del Ministerio del Interior de Estados Unidos, que se negó a darla. Finalmente, en 1974, gran parte de los shoshone occidentales constituyeron una organización, la Western Shoshone Sacred Lands Association, que designó a su propio asesor jurídico. Peticiones posteriores a la Indian Claims Commission, la Corte de Apelación y la Corte Suprema de Justicia de EE.UU., cursadas a fin de que se suspendiera el proceso ante la Indian Claims Commission o, en defecto de ello, que se redujera el alcance de la demanda (a fin de salvar las tierras que no habían sido objeto de intrusión, de la pérdida del título de propiedad de los autóctonos), fracasaron completamente, lo cual se justificó en casi todos los casos con el argumento de que una vez que alguien afirma una posición en calidad de demandante, tiene que mantenerla para siempre.

Ni la Indian Claims Commission, ni alguna otra de las cortes federales formularon jamás procedimientos para examinar la cuestión de la exactitud de la conducta del primer acusador, o si en realidad era autorizado para actuar. En agosto de 1977, la Indian Claims Commission ordenó el pago de una indemnización en favor de los Western Shoshone por la suma de 24 millones de dólares (basado en una supuesta toma de tierras en 1872, conforme a lo estipulado por el primer acusador, mientras el precio de mercado de la tierra en cuestión era de más de 3 billones de dólares. El 6 de diciembre de 1979, el fallo de la Indian Claims Commission fue definitivo, y la posición del Departamento de Justicia de los EE.UU. es que la realización de este fallo anula todos los derechos a la tierra de la nación de los Western Shoshone.

En caso de que el propuesto sistema de cohetes nucleares MX, se realiza, será el proyecto de construcción más grande de

la historia universal, eclipsando aún la construcción del Canal de Panamá, el oleoducto de Alaska o el entero sistema de carreteras interestatales de los EE.UU. También usaría virtualmente toda el agua que se halla en la zona, convirtiendo de tal modo un desierto vivo en un terreno yermo e inhabitable.

Violaciones de la legislación internacional

Nosotros, los miembros del cuarto Tribunal Russell, concluímos que:

1. Las declaraciones de los EE.UU., de que los derechos aborígenes a la tierra de los Western Shoshones, han sido anulados, aún cuando ellos no aceptaron nunca abandonar esas tierras, violan los derechos de propiedad, los cuales están protegidos por:
- Los artículos 17 (1) y (2) de la Declaración Universal de Derechos Humanos;
- Los artículos 21 (1) y (2) de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos Humanos
- El artículo 5 (d) (v) de la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial.

2. La carencia de respeto de los EE.UU. al Tratado de Rubey Valey, el cual garantiza a los Western Shoshone sus tierras aborígenes, está en contradicción con:
- El principio X de la Acta Final de Helsinki.

3. El uso de la tierra de los Western Shoshone para explotación energética en contra de la voluntad del pueblo de los Western Shoshone viola sus derechos al control de sus recursos naturales y al desarollo económico, los cuales están protegidos por:
- El artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos;
- El artículo 1 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales;
- El Principio I de la Acta Final de Helsinki;
- El Párrafo 1 de la Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General, de 14 de diciembre de 1962, titulada "Soberanía Permanente sobre los Recursos Naturales";
- El Párrafo 2 de la Declaración sobre la Concesión de la Independencia a los Países y a los Pueblos Colonizados.

4. El derecho del pueblo de los Western Shoshone a recurrir a un tribunal libre y neutral para la determinación de sus derechos está protegido por:
- El artículo 10 de la Declaración Universal de Derechos Humanos;
- El artículo 8 de la Convención Americana sobre Protección de los Derechos Humanos.

EL CASO DE LA EMBAJADA ESPANOLA (GUATEMALA)

Acusador: : Los Indios Quichés e Ixiles de las comunidades de Chajul, Nebaj, Coatzal y San Miquel Uspantán.
Acusado: El gobierno de Guatemala.
Localizáción:El departamento del Quiché, en el norte de Guatemala.

RESUMEN DE PRUEBAS:

Los Quichés e Ixiles viven del maíz y del frijol que cultivan en los pequeños lotes de tierra a los que han sido reducidos. A partir de 1976 el ejército guatemalteco ha ocupado las tierras de los campesinos Quiché e Ixiles en una operación de desalojo y "limpieza". La finalidad: garantizar la realización de las operaciones económicas en el área y entregar las tierras indígenas robadas a militares de alto rango, funcionarios del gobierno y latifundistas agro-exportadores vinculados al capital extranjero.
La vieja situación de explotación económica, discriminación social y racial y opresión política se ha agudizado hasta niveles insostenibles a partir de la decisión del gobierno de ejecutar el proyecto de la Franja Transversal del Norte, en donde la exploración y explotación del complejo Petro-Minero más grande de Centro-America han sido entregadas a las compañías transnacionales Emibal, Shenandoak, Getty Oil, Hispanoil, Texaco y Petromaya.
La ola de terror desencadenada por el ejercito en contra de los campesinos Quiché e Ixiles no respeta a nada ni a nadie: Las violaciones de mujeres, los hallanamentos, los secuestros, las torturas, los asesinatos son acontecimientos cotidianos en la región.
La opresión y el terror se aplican también a la cultura y al pensamiento y prácticas religiosas de estos pueblos: las iglesias son ocupadas militarmente, las imágenes religiosas son profanadas, militadas o vendidas, la realización y la participación en los ritos son impedidas por la fuerza.
Esta situación y estos hechos han sido silenciados sistemática- y permanentem ente por la prensa y por los medios de comunicación de masa a través de los mecanismos de censura. Los pueblos Indios Quiché e Ixiles, frente a la falta de respuesta ante sus reiterados reclamos legales y frente al silencio de los medios de comunicación, decidieron ocupar pacíficamente la Embajada de España en la ciudad de Guatemala para atraer la atención pública sobre su situación y recibir alguna respuesta por parte del gobierno. El día 31 de enero de 1980, con el apoyo de representantes de otras organizaciones, los campesinos ocuparon la Embajada de España. Pese a las reiteradas afirmaciones del señor embajador de España de que se trataba de un acto pacífico de los Indígenas en busca de un diálogo con el gobierno largamente negado, el mismo presidente de la república y los altos mandos castrenses ordenaron un operativo militar de aniquilamiento y exterminio de todas las personas que se encontraban en la Embajada.

Una bomba incendiaria fue lanzada al interior del edificio mientras fuerzas policiales impedían la salida de las personas por medio de disparos. El uso de una o más bombas incendiarias quedó ampliamente demonstrado por los analisis y averiguaciones que se realizaron posteriormente. El ataque ocasionó la muerte del personal de la Embajada, dos exfuncionarios del gobierno, seis miembros de otras organizaciones solidarias y 21 indígenas de los pueblos Ixil, Quiché, Kakchiquel y Achí.
Sobrevivieron la masacre el Embajador y el Indígena Gregorio Yuja. Este fue secuestrado el mismo día y su cadáver apareció frente al Rectorado de la Universidad de San Carlos con el impacto de una bala en la sien. Sobre su cadáver había una nota que decía: "El mismo riesgo corre el Embajador de España". El Embajador tuvo que recibir protección en la Embajada de Costa Rica y posteriormente en la de Los Estados Unidos.

CONCLUSIONES

El caso de la embajada de España es solamente uno entre centenares de otros casos de violencia y de barbaria con los que el gobierno ejerce cotidianamente su dictadura sangrienta sobre el pueblo de Guatemala: este horroroso modo de "gobernar" y oprimir a las mayorías nacionales expresa el carácter espurio e ilegal de la pequeña minoría ladina y blanco que desde la invasión colonial se ha adueñado del país y lo ha martirizado en un permanente intento de destruir la voluntad de resistencia, de lucha y de creación civilizadora de los pueblos indios de Guatemala, es decir de todo el pueblo.
Estamos frente a una nación enteramente invadida, ocupada y subyugada militarmente; atormentada, asesinada y violada;permanentemente atropellada en sus derechos humanos más elementales como en las peores épocas del colonialismo Un pueblo entero tiene que pagar un alto tributo de vidas, sufrimiento y desesperanza para el enriquecimiento de unos pocos.
Sobre la extorsión económica y el tributo de vidas humanas y sufrimiento, la minoría opresora ha instaurado el regimen de expoliación y destrucción cultural, en un intento de lograr el control total y el sometimiento de los pueblos de Guatemala.
Frente a estos hechos testimoniados de manera dramática por los testigos presenciales y sustendados por abundantes pruebas escritas, nosotros, miembros del IV Tribunal Russell, no podemos dejar de expresar nuestro asombro y nuestro horror por el permanente crimen cometido contra una humanidad ofendida: el pueblo de Guatemala; crimen que constituye una ofensa a los principios mínimos de la vida civilizada.En consecuencia este IV Tribunal Russell declara que el gobierno de Guatemala ha violado y sigue violando la constitución de la república de Guatemala decretada por la asamblea constituyente del 15 de Septiembre de 1965 y el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, arts. 2, 6 (1,3), 7, 9 (1), 12, 14, 17. 26 y 27.

- La Convención para la Prevención y Sanción del Delito de Genocidio, art. 2 (a, b, c, e), jo art. 1 Y 3
- La Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial, art. 5 (2)
- La Declaración Universal de Derechos Humanos
- La Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre, art. 1, 4 (1), 5 (2), 7, 8, 11 (2), 12 y 22.

EL CASO DE LOS GUAYMI (PANAMA)

Acusador: Congreso del pueblo Guaymí.

Acusado: Empresas transnacionales y nacionales(CODEMIN) y el Gobierno de Panamá.

Localización: Provincias de Bocas del Toro, Chiriquí y Veraguas. Región occidental de la República de Panamá.

RESUMEN DE PRUEBAS:

El Pueblo Guaymí vive de la agricultura de roza y quema, y del trabajo periódico en las plantaciones bananeras de la United Fruit Company. Con su Población de 60.000 personas constituye la nacionalidad India más grande de la República de Panamá.
En 1971 se descubrieron grandes yacimientos de cobre en Cerro Colorado, territorio ocupado y poseído desde tiempo inmemorial por los Guaymí.
A partir de 1975, el gobierno de Panamá otorgó la concesión de la explotación minera a la empresa transnacional Texasgulf en asociación con la empresa estatal Corporación de Desarrollo Minero de Cerro Colorado (CODEMIN). La explotación de este yacimiento se complementa con la ejecución de un proyecto hidroeléctrico que afectará las tierras de las comunidades Guaymí de Bocas del Toro, inundándolas.
Para la realización de ambos proyectos más de 740 km. cuadrados del territorio nacional Guaymí serán utilizados tanto para la mina de tajo abierto, como para la represa. Además 25.000 hectáreas serán destinadas a un bosque de protección, agravándose así aún más la situación de los Guaymí que cultivan la mitad de estas tierras.
Los proyectos mineros e hidroeléctricos significan el despojo de una porción substancial del teritorio nacional Guaymí sin que se la haya dado a este pueblo la oportunidad de decidir democráticamente sobre su futuro como colectividad y sobre su participación en la gestión y en los beneficios producidos por la explotación de sus recursos.
El Pueblo Guaymí ha expresado además su temor y su protesta para las amenazas de destrucción social y cultural que significan estos proyectos para la colectividad étnica, si es que continúa el actual procedimiento de excluir a los órganos representativos delos Guaymí de las decisiones que les conciernen.

Conclusiones:

El Pueblo Guaymí se encuentra amenazado de desaparición en nombre del supuesto "interés nacional", que en muchos casos tan solo beneficia a la empresa multinacional foránea y a las capas dominantes del país, se niegan los derechos inmemoriales de los pueblos más antiguos del país

sobre sus tierras, sus recursos, su autodeterminación, su participación en la gestión y beneficios de las empresas que se imponen sobre sus territorios. Por otra parte las conocidas consecuencias negativas de tipo ecológico que se derivan de una explotación minero de tajo abierto, constituye una ulterior amenaza para las tierras agrícolas contiguas y para los fuentes de agua de la región, de tal manera que la entera población verá seriamenta afectados los recursos naturales básicos indispensables para su supervivencia.
La concesión para fines energéticos y mineros, de tierras agrícolamente aptas y que son el sustento básico de una población aproximada de 60.000 personas, es contrario a los derechos posesorios de los Guaymí. La decisión inconsulta y autoritaria del Estado ejecuta así una acción discriminatoria que niega el espíritu de los artículos 17 y 19 de su Constitución que consagran la protección de la vida, honra y bienes de los panameños sin discriminación de raza, nacimiento, clase social, sexo, religión o ideas políticas.
Se comprueba también una transgresión de las normas que están establecidas en los Arts. 83, 85 y 102 de la misma Constitución que ordenan el estudio, conservación y divulgación de las lenguas aborígenas; el respeto a la identidad étnica y el desarrollo de los valores materiales, sociales y espirituales de las comunidades indígenas y el desarrollo de programas de educación para estos mismos grupos.
La concesión de tierras a empresas mixtas sin posibilidad demostrada de que los Guaymí puedan seguir sirviéndose de ellas para su subs istencia, viola también los Arts. 115 y 116 de su Ley fundamental, en los que se dispone la obligatoriedad del Estado para dotar de tierras a los campesinos y regular el uso de las aguas, así como garantizar a las comunidades indígenas la reserva del suelo necesario para el logro de su bienestar.

En consecuencia, nosotros miembros del IV Tribunal Russell, declaramos que el gobierno de Panamá al realizar estas acciones sin respetar los derechos prioritarios de los Guaymí, viola también:

-El Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos. Art. 1, 12(1), 26 y 27
-Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las formas de Discriminación racial. Art. 5 d(1) (V) (VII)

- El ILO Convenio nr. 107, art. 12
- La Declaración Universal de Derechos Humanos, art. 17, 22 y 27 (1)
- La Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio, art. IIc, jo art. 1 y 3
- La Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General, de 14 de Diciembre de 1962, titulada "Soberania Permanente sobre los Recursos Naturales".

EL CASO DEL CRIC (COLOMBIA)

ACUSADOR: CRIC, Consejo Regional Indígena del Cauca

ACUSADO: Gobierno de la República de Colombia a través de los siguientes órganos: Ministerio del Gobierno, Ministerio de Defensa, Instituto Colombiano de la Reforma Agraria e Instituto de Desarollo de los Recursos Naturales.

LOCALIZACIÓN: Resguardo indígena de Puracé, departamente del Cauca, Colombia.

RESUMEN DE PRUEBAS:

La parte acusadora presentó documentación suficiente para demostrar la validez legal de los títulos del resguardo de Puracé por parte de la comunidad del mismo nombre. Probó que el INCORA declaró parque nacional 3.413 has. que pertenecían al resguardo, sin que los Indígenas recibieran indemnización por la tierra ni por las obras de mejoramiento que habían hecho en ella. El parque fue destinado al turismo y se prohibió su uso por parte de los Indígenas. A pesar de que existen tierras vecinas disponibles y de que el INCORA puede apropiarse de tierras en beneficio de la comunidad y a pesar de que existen dictámenes oficiales de hace cinco años, en favor del uso de esas tierras, el gobierno colombiano no ha hecho nada para poner en práctica tales medidas.

Quedó comprobado que el gobierno colombiano otorgó concesión de exploración y explotación de azufre en tierras del resguardo a la compañía Industrias Puracé, sucursal de la empresa multinacional, Celanese. La comunidad de Puracé no recibió ni indemnización ni participación de los beneficios de esa empresa. En cambio, la explotación del azufre esterilizó cerca de mil has. de tierra del CRIC y contaminó el ambiente, lo que perjudicó gravemente la salud y la economía de los habitantes. Industrias Puracé no cumplió los convenios firmados con el gobierno colombiano, con el sindicato y el CRIC: no ha pagado indemnizaciones por los perjuicios causados, no ha respetado el compromiso de quedarse con los obreros huelguistos y no ha establecido las condiciones de seguridad en el trabajo que habían sido acordadas. Por su parte, el gobierno colombiano no ha cumplido sus propios compromisos ni ha obligado a la empresa a cumplir los suyos. La empresa tampoco cumplió la convención colectiva firmada con el sindicato en 1976.

Quedó probado que el 2 de febrero de 1977, dos policías hirieron de bala a Justiano Lama, vecino de Puracé, quien murió desangrado cuando le obligaron a caminar 5 km. La policía ocultó el cadáver e impidió por la fuerza una manifestación de protesta organizada por el CRIC.

El asesinato de Justiano Lame es uno entre, por lo menos, 45 asesinatos de dirigentes indígenas ocurridos en el Departamento del CAUCA desde 1971. La represión por fuerzas gubernamentales incluye también encarcelamientos arbitrarios, allanamientos de domicilio, acoso militar, disolución violenta de actos públicos legales y destrucción de cultivos y otros bienes.

Las acciones comprobadas en este caso demuestran que el gobierno colombiano ha interferido en la vida de la comunidad de Puracé al reducir la cantidad de tierra del resguardo hasta límites que están por debajo de las necesidades mínimas fijadas por el propio gobierno. Esta restricción en la tierra, que es el recurso básico para la vida de la comunidad, ha sido hecha en beneficio de intereses ajenos a la comunidad indígena; La comunidad de Puracé queda así imposibilitada para desarrollar normalmente su vida social, y su propia existencia como pueblo está seriamente amenazada.

La imposición de actividades económicas planeadas y controladas por intereses ajenos a la comunidad, como la empresa Industrias Puracé , ha introducido nuevas formas de explotación del trabajo indígena. La empresa no ha otorgado a los trabajadores las garantías ni ha respetado los derechos mínimos previstos por la legislación colombiana. El gobierno no solamente ha permitido esa situación ilegal, sino, como en el caso presente, ha actuado en favor de los intereses empresariales y en contra de los trabajadores locales. De esta forma, el propio gobierno ha impedido el ejercicio de los derechos laborales que la Constitución garantiza.

El gobierno colombiano ha reprimido con violencia a la comunidad de Puracé cuando esta ha demandado la solución de sus problemas y el respeto a sus derechos. La represión ha llegado hasta el asesinato comprobado. Durante años el resguardo ha vivido una persecusión constante que obstaculiza el desarrollo normal de su vida cotidiana y el ejercicio de su cultura. La represión ha impedido que muchos miembros de la comunidad participen en las actividades de la misma, al encarcelarlos, perseguirlos o herirlos.

El caso de Puracé es representativo de la situación que existe en los demás resguardos del CAUCA. Esta situación es producto de la política del gobierno colombiano que busca, mediante la integración forzosa, la "desindianización" de las comunidades, a las que niega el derecho a organizarse y vivir conforme su propia cultura y a decidir su propio destino. Para alcanzar esos fines, el gobierno colombiano ha impuesto medidas ilegales y ha hecho uso de la violencia directa a través de sus órganos represivos. Nosotros, los miembros del Cuarto tribunal Russell concluímos que en este caso las siguientes leyes nacionales e internacionales han sido violadas:

Violación de la legislación internacional

En el caso presente han sido violadas las siguientes leyes internacionales:

- Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio, suscrita por Colombia en 1959;

- ILO Convenio 107. (Arts. 10 y 11);
- Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos. (Arts. 9, 14 y 17);
- Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre. (Arts. 7, 8 y 11);
- Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. (Arts. 7 y 9).

Violación de la legislación nacional

En el caso del parque nacional se violó la Ley 2 de 1959 y el Art. 30 de la Constitución.

- En lo que toca al despojo de tierras, se violó la Ley 135 de 1961 (Ley de la Reforma Agraria, Arts. 1, 58 y 94), y el Decreto 1576 de 1974 y la Ley 31 de 1976 (Art. 14);
- En general, se violó la Ley 89 de 1890;
- En el caso de la mina se violó la Ley 85 de 1945, la Ley 20 de 1969, Art. 16 de la Constitución, el Código contencioso administrativo y Art. 16 de la Constitución;
- Los actos de represión han violado el Código de procedimiento penal colombiano (Arts. 417, 430 y otros).

EL CASO DE LA COMUNIDAD DE SAN JUAN DE ONDORES

ACUSADOR: La comunidad Campesina de San Juan de Ondores y la Comisión Nacional de Derechos Humanos (CONADEH) - Lima

ACUSADO: La Guardia Civil del Perú y el Ministerio de Agricultura como órganos del Gobierno del Perú y la Sociedad Agrícula de Interés Social Túpac Amaru.

LOCALIZACIÓN: Distrito de Ondores, Provincia de Junín, Departamento de Junín. Región Andina del Centro del Perú.

RESUMEN DE PRUEBAS:

La Comunidad Campesina Quechua de Ondores, despojada antiguamentede sus tierras, inició en 1958 un juicio para conseguir la devolución del "fundo Atocsayco" de 14.500 hectáreas, por entonces en poder de la empresa Norte-Americana Cerro de Pasco Corporation. Mientras el proceso seguía su camino legal el fundo fue expropiado en nombre de Reforma Agraria de 1968; pero la Comunidad ganó el juicio por sentencia expedida por el Tribunal Agrario - que es la máxima autoridad judicial en la materia. La sentencia se expidió en Setiembre de 1970.

El predio Atocsayco fue adjudicado a un tercer interesado (la SAIS Túpac Amaru) después de la Sentencia del primer corte y antes del fallo del Tribunal Agrario, y pese a que la Constitución y las leyes Prohíben la venta de tierras Comunales, el Ministeriode Agricultura Consiuió que los representantes de la Comunidad aceptaran un "justi-precio" ínfimo para el fundo Atocsayco.

En aplicación de la Resolución del Tribunal Agrario, el Juez de Tierras de Cerro de Pasco hizo entrega del fundo Atocsayco a la Comunidad de San Juan de Ondores. Contraviniendo a las disposiciones y a su propio fallo, el Tribunal Agrario entregó el predio a la SAIS, lo que ocurrió de manera brutal el 18 de Diciembre de 1979, con intervención de un destacamento de aproximadamente 200 Guardias Civiles que ocasionaron la muerte de dos campesinos indios (Gelacio Osorio y Claudio Castillo), así como la destrucción de viviendas y desaparición de bienes personales y ganado ovino y vacuno. Muchos comuneros indios resultaron heridos y 40 campesinos fueron detenidos.

La Autoridad Judicial se negó a abrir los procesos penales que corresponden a los delitos cometidos por los Guardias Civiles que actuaron en complicidad con la SAIS Túpac Amaru.

El 2 de Agosto de 1980, confiando en las promesas del Gobierno Constitucional recién instalado, la Comunidad de San Juan de Ondores volvió a ocupar el fundo Atocsayco. Se produjo un nuevo desalojo, contraviniendo a la órden escrita del Vice Ministro del Interior, otra vez los campesinos fueron agredidos y dejaron una huella de heridos y de viviendas ocupadas y saqueadas.

Conclusiones:

Este caso ejemplifica la voluntad antigua de los campesinos Quechua de los Andes de defender su derecho histórico fundamental: mantener o recuperar sus tierras permanentamente usurpadas por todo tipo de régimen, incluso por formas empresariales y asociativas supuestamente "progresistas" creadas por la reforma agraria. Los comuneros Quechua expresan su secular e inquebrantable decisión de organizar su posesión, el uso y la producción de la tierra conforme con las tradiciones comunales que se fundamentan sobre un experimentado y comprobado conocimiento civilizador. Es alentador para toda la humanidad constatar la fuerza con la cual la vasta cultura Andina, representada por milliones de Indios, rechaza la intervención de los principios de lujo y del trabajo en beneficio personal del mundo capitalista en su propio sistema social. Al mercantilismo y al utilitarismo impuestos por "las formulas empresariales" se opone la tenaz voluntad colectiva de agarrarse, aun con la propia vida, a los principios de la solidaridad y reciprocidad. Para los comuneros andinos del Perú, hacer llegar su voz a los organismos del gobierno y encontrar justicia, parece seguir siendo una tarea imposible que vienen arrastrando consigo desde los años de la invasión europea. En estas condiciones el IV Tribunal Russell constata con admiración las iniciativas autónomas de los pueblos y etnias indias del Perú que buscan encontrar sus propias alternativas y soluciones en movimientos, organizaciones y reuniones independientes tales como, por ejemplo, el Congreso Nacional Quechua, Aymara y de la Selva del Perú.
La conducta observada por el gobierno del Perú con respecto al caso de San Juan de Ondores es transgresora de las disposiciones Constitucionales y legales que está obligado a cumplir y hacer cumplir. En este caso se han violado los Arts. 208, 209 y 211 de la Constitución del Estado de 1933 y el Art. 163 de la Constitución vigente: los Arts. 121 y 154 de la Ley de Reforma Agraria 17716 y no se ha aplicado la legislación penal que sanciona los excesos represivos y crímines cometidos por la Guardia Civil del Perú, dejándo sin sanción, graves delitos como homocidio, lesiones, robo, usurpación, abuso de autoridad, corrupción de funcionarios, exposición a peligro, contra la libertad individual, violación de domicilio, daños, incendio, etc.

Nosotros, los miembros del IV Tribunal Russell concluimos que el Gobierno del Perú, por intermedio de las Instituciones acusadas ha violado además:

- El Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos. Arts. 6 (1), 9, 12 (1,4), 14, 26 y 27.
- La Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial. Arts. 2, 5 (a, b, c, d(v)).
- La Declaración Universal de Derechos Humanos. Arts. 1, 3, 5, 9, 17, 22.
- El Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Arts. 1 y 2.

EL CASO DE LOS CAMPA (PERU)

ACUSADOR: Centro de Investigación y Promoción Amazónica (CIPA).

ACUSADOS: Empresas Forestales, Empresas y Cooperativas de Colonización y Autoridades del Gobierno Peruano.

LOCALIZACIÒN: Provincia de Satipo, Departamento de Junín, República del Perú.

Resumen de Evidencias:

Los Campa son una colectividad nativa asentada en la zona selvática del Perú. El Pueblo Campa se compone de una población de aproximadamente cincuenta mil personas, localizadas en un vasto territorio de la Amazonía Peruana, yque comparten lengua, cultura e historia. Durante las últimas décadas han sufrido el paulatino y constante despojo de sus tierras. Las regiones de los ríos Perené, Chanchamayo, Apurímac, Ene, Pichis, Tambo, Pachitea, Bajo Urubamba, la región del Satipo y el Gran Pajonal tradicionalmente ocupadas por los Campas, han sido invadidos por los colonos. Los ocupantes de las zonas de los rios Ene y Tambo son ahora las víctimas en el caso tratado.

La existencia y personería juridica de las comunidades nativas está legalmente reconocida por el estado, y la propiedad territorial en su integridad está garantizada a través del otorgamiento de los títulos de propiedad.

Las zonas de los ríos Ene y Tambo ocupadas por las Comunidades Campa no cuentan con la titulación correspondiente, lo que posibilita invasiones contínuas:

- En Mayo de 1979. Colonos provenientes de Ayacucho ingresaron en cinco Comunidades del río Ene, especialmente Cutivireni;

- Setiembre de 1979. La Cooperativa de Satipo (COSAT) solicitó la concesión de 500.000 hectareas, lo que fue denegada y a pesar de su petición se produjo la expropiación de la tierra.

- Agosto de 1980. Las Comunidades Campa de Quempiri, Cachingari y Cutivireni

son invadidas promovido por colonos agrupados en una pseudo-Cooperativa denominada Santo Domingo;

- Diciembre de 1979. Invaden los territorios de las Comunidades Nativas de Chimpechariato y Centro Tsomabeni colonos agrupados en la Cooperativa Selva Vírgen. Anteriormente esas comunidades habian sido desalojados por los nativos de Quempiri.

- Febrero de 1980. La Comunidad de Quempiri es invadida por un grupo denominada Primavera;

- Febrero de 1980. La Sociedad Agro Indústrial "Selva de Oro" integrada por 160 socios, invade el territorio de la Comunidad Nativa de Quempiri. Han solicitado la entrega de 160.000 Hás y esperan el arribo de nuevos socios.

A estos actos de ocupación ilegítima se suma la presencia de Empresas comerciales que pretenden explotar recursos forestales en territorios "no titulado pero poseídos por los Campa y por ende con amparo legal. Sin embargo el Ministerio de Agricultura y Alimentación ha celebrado convenios con Empresas Privadas para la explotación maderera sobre un área de 1'054,605 hás., reduciendo el territorio Campa a 267,127 hás., lo que significa el aprovechamiento de los recursos sin beneficio alguno para los Campa.

Por otro lado, la ejecución de un Plan Vial impulsará un proceso masiva de colonización y la construcción de una gran presa hidroeléctrica prácticamente despojará a los Campa de su territorio: se pretende contener el caudal del río Ene en una extención de 165 kilómetros de longitud, para inundar toda esa área con una profundidad de hasta 206 metros con la ejecución de este proyecto se producirán graves perturbaciones ecológicas.

Conclusiones:

Una de las últimas regiones en las que se refugiaron los Campa para defender su independencia está siendo invadida masivamente por los sectores más pobres del campesinado serrano sin tierras. Pobres contra pobres: desposeídos invadiendo las pocas tierras fértiles que quedan a los antiguos y seculares dueños de la selva alta del Perú Central, está es la manera en que el gobierno pretende resolver el injusto reparto de la tierra y de las riquezas del país. Al mismo tiempo las impresas capitalistas reciben todo el apoyo del gobierno para explotar los bosques de los Campa invadidos por los colones pobres que constituirán así la mano de obra facilmente explotable por las empresas.
Las invasiones del territorio Campa afectan seriamente a esta sociedad nativa y hacen peligrar su existencia como pueblo y como cultura específica El clima de tensión y violencia física y psicológica altera la vida de toda la comunidad y su producción.
El gobierno dispone de los mecanismos legales y administrativos para proteger las tierras de los Campa titulándolas y haciendo respetar su integridad e inviolabilidad tanto por parte de los colonosinvasores como de las empresas madereras. Además el gobierno peruano y sus organismos agrarios y forestales actúan de mala fe cuando otorgan contratos de explotación forestal sobre tierras nativas a empresas cuyos socios tienen vínculos con altos ex-funcionarios del pasado régimen militar.
Los derechos teritoriales de los Campa, es decir el derecho de una colectividad a poder contar con un espacio para vivir, hacer producir la tierra, cazar y pescar, deben ser salvaguardados por el gobierno peruano también en el caso de las obras viales y el plan de la presa hidroeléctrica. Este deber del Estado no puede ser eludido en nombre de un supuesto interés público o nacional, más aun cuando existen los mecanismos legales formulados por el mismo estado para garantizar la integridad territorial de los pueblos indios de la selva.

Enconsecuencia, nosotros los miembros del IV Tribunal Russell, declaramos que, permitiendo este estado de cosas, el Gobierno Peruano está transgrediendo y permitiendo que se transgreda abiertamente la legislación nacional del Perú y la legislación internacional. Especialmente las disposiciones de proteger los territorios indígenas de la selva y los recursos naturales son violadadas.
Han sido violadas las siguientes normas:

- El ILO Convenio 107, art. 12

- La Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General, de 14 de Diciembre de 1962, titulada "Soberanía Permanente sobre los Recursos Naturales"

- Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, art. 1, 2 Incs.1 y 2, 12 Inc.1, 14, 26 y 27

- Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, arts. 1 y 2

- La Constitución Politica del Perú, Art. 163, que declara la imprescriptibilidad de las tierras de las Comunidades Nativas.

- El Art. 35 del Decreto Ley 21147 sobre extracción de madera en territorios de Comunidades Nativas.

- Los Arts. 10 y 12 del D.L. 22175 que es la Ley de Comunidades Nativas y de Desarrollo Agrario de las Regiones de Selva y Ceja de Selva.

- Los Arts. 17, 22, 25, 26 y 27 Inc. 1 de la Declaración Universal de Derechos Humanos

EL CASO DE RIO NEGRO (BRASIL)

Acusador: Mario Souza
Acusado: Orden Salesiana y su obispo Don Miguel F. Alagna
Localización: Rio Negro y Tributarios, Amazonia, Brasil

RESUMEN DE PRUEBAS:
Apropiación ilegal y registro a nombre de la misión salesiana de las tierras pertenecientes tradicionalmente a los indígenas aruak y tukana del Rio Negro, lo que ha traído como consecuencia la transformación de un número de pueblos con sus lenguas y culturas propias, poseedores de un vastísimo territorio, en una masa marginada de campesinos sin tierra, sometidos a las peores condiciones de penuria. Destribalización radical de los pueblos indígenas del Rio Negro por la ruptura intencional de su organización social, basada en clanes locales y exogámicos, mediante la desintegración de la familia tradicional por su dispersión en unidades menores ajustadas a un modelo religioso cristiano.
Instalación de un sistema educativo autoritario que separa a los hijos de sus padres para internarlos en colegios, argumentando que se trata de abrirles perspectivas de ascenso en la sociedad nacional;resulta que los jóvenes quedan inaptos para la vida en su pueblo y que las muchachas son destinadas al sevicio doméstico o caen en la prostitución. De este modo, la orden salesiana obtiene ayuda abundante del gobierno brasileño y de las instituciones internacionales de asistencia a los indígenas para el mantenimiento de una institución que utiliza en provecho propio los medios disponibles que deberían destinarse a satisfacer las carencias de los indígenas de Rio Negro.

CONCLUSIONES

Nosotros, los miembros del IV Tribunal Russell declaramos que las siguientes disposiciones de la legislación nacional e internacional, han sido violadas:

- La Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio; por la destrucción de las bases físicas de subsistencia y supervivencia de los pueblos indígenas de Rio Negro.
- El ILO Convenio 107, art.XII; y La Declaración Universal de Derechos Humanos; Arts. 12 y 13;
  por etnocidio, como p.ej. los esfuerzos sistemáticos e ininterrumpidos para desintegrar la cultura, prohibir las costumbres y tradiciones e impedir el uso de las propias lenguas.
- La Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial; y La Declaración Universal de Derechos Humanos;
  por la violación del principio de no-discriminación, negando abiertamente y anulando en la práctica los derechos de los publos indígenas por motivos raciales y por la imposición de una política de integración que niega sus posibilidades de sobrevivencia como pueblos
- Constitución de la República Federal del Brasil, Art. 198, Estatuto del Indio;
  al registrar a nombre de la orden salesiana tierras que pertenecen a los indígenas y por actuar en forma etnocida.

EL CASO MANGUEIRINHA (BRASIL

Acusador: Wilmar Rocha D'Angelis, coördinador del CIMI-Sur (Consejo Indigenista Misionero, región sur)

Acusados: FUNAI (Fundación Nacional del Indio); Slaviero&Filhos, SA; Electrosul; Gobierno del Estado de Paraná, Brasil

Localización: Puesto Indígena Mangueirinha, Paraná, Brasil

Resumen de Pruebas:

Mediante un acuerdo ilegal e inconstitucional firmado el 12 de mayo de 1949 entre el gobierno del Estado de Paraná y el gobierno Federal, los tribus Kaingang y Mbya-Guarani del Puesto Indígena de Mangueirinha fueron despojados de 8,975 has. de tierra; es decir, más de la mitad de su territorio.
Posteriormente, los términos de ese acuerdo tampoco fueron respetados: las tierras de la reserva no fueron tituladas a favor de los indios y las tierras que se les quitaron, consideradas 'excedentes', no se adjudicaron a colonos o inmigrantes, segun lo establecidoen el acuerdo, sino fueron entregadas a empresas particulares. Actualmente, las detenta la compañía Slavieiro&Filhos, SA, que pretende arrasar entre 120 mil y 170 mil especímenes de Araucaria Brasiliensis, árbol que produce el piñón que es la base de la alimentación de los Kaingang y los Guaraníes. Por otra parte, la FUNAI ha establecido un aserradero en Mangueirinha que también está talando árboles de la especie Araucaria Brasiliensis. Las ganancias producidas por este aserradero benefician ilegalmente a funcionariosde la FUNAI. De esta forma, una reserva fo restal única, que constituye el medio tradicional de vida de los Kaingang y los Guaraníes de Mangueirinha, es amenazada de abolición.
Otra parte del territorio de la reserva ha sido inundada por la represa que se construye para alimentar la planta hidroeléctrica de la empresa Electrosul. En un futuro inmediato,otra planta hidroeléctrica será construida en las inmediaciones, con el consiguiente peligro de trastornar aún más las vidasde los Kaingang y los Guaraníes.
Existen las condiciones jurídicas para que las tierras arrebatadas a los Kaingang y Guaraníes de Mangueirinha los sean devueltas por la vía legal. Sin embargo, la demanda encaminada en ese sentido recibió ya un primer fallo negativo y está ahora en el Tribunal Superior de Recursos. La situación en el Puestoindígena se pone cada vez más tensa; el asesinato de unjefe indio Ángelo Cretâ,bajocondiciones mal precisadas ha contribuido a agravar el conflicto.

Conclusiones:

El caso Mangueirinha ejemplifica las condiciones de vida y los problemas que enfrentan hoy dia los pueblos indios del sur de Brasil. La información presentada demuestra que el despojo de tierras de las reservas y la explotación de sus recursos en beneficio de la burocracia y de intereses particulares ajenos a los pueblos indios, son usuales en el sur de Brasil y están amenazando seriamente la integridad de los grupos indios que sobreviven en esa región.
La acción del gobierno brasileño tiende a despojar sistemáticamente a los sociedades indias de los recursos

básicos que son indispensables para garantizar su existencia, en términos biológicos y como sociedades con una forma de vida distintiva y una cultura propia.
El despojo de la tierra es la acción más peligrosa y se ha realizada aún en casos en que el propio gobierno brasileño había reservado formalmente los territorios indígenas; se trata de un claro retroceso en términos de la propia politica indigenista del Brasil.
La constante falta de una respuesta adecuada en el marco de las prácticas jurídicas que deberían atender las demandas de las sociedades indias, restringe las posibilidades de resolver legalmente los problemas y coloca a la población india ante la amenaza inminente de su desaparición histórica. Estos hechos conforman una acción etnocida y genocida llevada a cabo en forma sistemática.

Nosotros, los miembros del Cuarto Tribunal Russell, declaramos que el Gobierno de Brasil, al permitir la destrucción de terrenos forestales y ejecutar proyectos hidroelectricos en condiciones incompatibles con el respeto que merece la vida y los derechos del grupo indígena Kaingang, ha violado:

- La Constitución de la República Federativa del Brasil de 18-9-1946, art. 216
- Art. 198 de la misma Constitución; Enmienda constitucional no. 1/17/10/69
- El Estatuto del Indio de Brasil; art. 2 (párrafos 3 y 4), art. 18 (pár. 1), art. 22, 23 y 24 (pár. 1), art. 47.
- Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio, art. 2 (c), jo art. 1 y 3
- El ILO Convenio 107, art. 11 y 12
- Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial, art. 2 y 5
- La Declaración Universal de Derechos Humanos, art. 17 (1) y 22
- Resolución 1803 (XVII) de la Asamblea General de 14 de Diciembre de 1962, titulada "Soberanía Permanente sobre los Recursos Naturales."

EL CASO DE LOS NAMBIQUARA (BRASIL)

Acusador: Vincent Carelli (de parte de la comisión de defensa del pueblo Nambiquara)

Acusados: El gobierno Brasileño (Ministerio de Gobierno, la FUNAI (Fundación Nacional del Indio), el Estado de Mato Grosso, el Ministerio de Transporte) y el Banco Mundial

Localización: Valle de Guaporé, al noroeste del Estado de Rondonia.

RESUMEN DE PRUEBAS:

Se ha descrito la expropiación sistemática de las tierras del pueblo Nambiquara y la invasión deliberada en su territorio por la construcción de una carretera principal, proyectada a fin de acelerar el proceso de ocupación. Las acusaciones están dirigidas específicamente a los actos de las siguientes autoridades:

- el gobierno brasileño, a través del Ministerio de Gobierno y la FUNAI, por sus continuos e ilegales estímulos a la colonización en tierras indígenas y por su falta de protección de los derechos de los indios.

- la FUNAI, por la emisión de certificados negativos que desmienten falsamente la existencia de indígenas en la zona y por estimular empresas privadas a aprovecharse de las medidas fiscales favorables a emprender proyectos agrícolas en áreas indígenas.

- el Estado de Mato Grosso, por la venta ilegal de tierras.

- la FUNAI por el traslado forzoso de los indígenas de sus tierras fértiles a tierras pobres, semideserticas, y desconocidas.

- el gobierno brasileño por incitar a la destrucción del ambiente y por poner en peligro las vidas de sus habitantes a través de proyectos de desarrollo inadecuados y el uso irresponsable de peligrosos herbicidios (por ejemplo el "agente naranja"), que están prohibidos en el resto del mundo.

- las compañias agrícolas por impedir a los indígenas cultivar sus propias tierras.

- la FUNAI por no ofrecer asistencia médica adecuada a la población indígena.

- la FUNAI, por dejar de indicar deliberadamente la demarcación del territorio Nambiquara, quebrando así los reglamentos legales.

- el Ministerio de Transporte, por proyectar la construcción de la carretera BR 364 y por planificarla, sin necesidad alguna, a través de las tierras indígenas, fomentando así la eliminación de los indígenas con la introducción de enfermedades. Son proyectos que solamente benefician a un número reducidos de individuos y empresas.

- el Banco Mundial, por participar en la construcción de la carretera BR 364 y por financiar el proyecto; porque, aunque está enteramente consciente de los peligros que esta obra significa para los indígenas, deja de usar su influencia para garantizar medidas protectoras para ellos.

CONCLUSIONES:

Los hechos demuestran una actitud de desinterés de parte del gobierno referente a la protección de los derechos que los indígenas tienen a los recursos naturales en los territorios que ocupan, y con ello favorece la consumación del proceso de etnocidio.
Este caso viola las siguientes normas:

- La Constitución de la República Federal de Brasil y su Enmienda no. 1
- El Estatuto del Indio promulgado por ley 6001
- La Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio Art. 2 (c), jo art. 1 y 3
- El ILO Convenio 107, arts. 11 y 12
- La Declaración Universal de Derechos Humanos arts. 17 y 22
- La Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial, arts. 2 y 5.

B. Otros Casos y Situaciones

Además de los casos seleccionados por el Comité Organizador para las audiencias públicas, hay varios otros casos significativos y hasta graves, así cómo situaciones que exigen un comentario. La duración limitada del tribunal no permitió llevar a cabo audiencias públicas sobre todos estos asuntos; pero no obstante hemos escuchado los testimonios orales y hemos recibido la documentación escrita.

Queda absolutamente claro que existen graves violaciones de los Derechos Humanos y que se comete Etnocidio en muchos países desde el Artico hasta Chile y Argentina. Considerando conjuntamente los casos adicionales, podemos constatar las siguientes violaciones:

(1) El despojo de tierras indígenas mediante la violación de Tratados, acuerdos o principios jurídicos internacionales, como ha sucedido en los casos de los Shuar en ECUADOR, los Aché en PARAGUAY, los Mapuche en CHILE, los miembros de la comunidad de Colcabamba, y de la Provincia de Tayacaya en PERU, y en la región de Cochapata en el Departamento de Cuzco y en el Departamento de Cerro de Pasco en PERU; en el caso de los Yanomami del Norte de BRASIL, los Waimiri de BRASIL, los Kaingang y Guarani de Paraná, BRASIL; los Tribus Lakota, Klamath, Pitt River y otros en los ESTADOS UNIDOS; y los Nez Perce, los Mixe, los Pur'hepecha y otros grupos de MEXICO, inclusive los Pápago del Norte de Sonora y los Nahua de la Huasteca de Hidalgo y muchos otros grupos de CANADA como los Metis y los Cree que solamente están reconocidos como "Indios sin Estatus".

(2) La apropiación de los recursos naturales de los indígenas (minerales, agua, madera) como si los pueblos indígenas no extistieran o como si no tuvieran derecho a la tierra que les ha pertenecido durante siglos o aun milenios, como es el caso con los Yanomami y Waimiri de BRASIL, los Shuar de ECUADOR, la Comunidad de Coris de PERU, los tribus Lakota, Klamath, Pitt River y otros en los ESTADOS UNIDOS; de muchos grupos en CANADA, especialmente los pueblos Cree, Dene e Inuit y los Inuit de GROENLANDIA.

(3) Invasiones no controladas de tierras indígenas por parte de no-indígenas, lo que indica claramente las intenciones etnocidas y genocidas de los gobiernos responsables que se niegan a detener a los invasores. Así está ocurriendo en BRASIL en los casos de los Yanomami, Waimiri, Kaingang, Guaraní y otros grupos; también en algunas regiones del Norte de CANADA y del ARTICO; en ECUADOR, en el caso Shuar; en PARAGUAY con los Aché y en todas las partes del PERU; en MEXICO en los casos de los Pápago y los Nahua de la Huasteca, y también en otros países. En el caso de los Waimiri el gobierno de BRASIL y sus Fuerzas Armadas han dirigido las invasiones de tierras.

(4) Extrema opresión en la explotación de indígenas como semi-esclavos, peones, sirvientas domésticas secuestradas, mano de obra barata, etc., sin la protección legal mínima que asegura a los afectados el respeto como seres humanos. Así sucede en PERU y en BOLIVIA con las indígenas; por ejemplo en Colcabamba y en la provincia de Tayacaya, PERU, en varias regiones de BRASIL, incluyendo la esclavitud de grupos amazónicas,y en PARAGUAY, la venta de los Aché cómo esclavos y en muchas otras regiones.

(5) Prohibición de cualquier forma de autogobierno interno e inclusive violación del derecho de un gobierno local en las comunidades, como ha sucedido en los casos de las comunidades de Colcabamba y Tayacaya y en otras partes del PERU; sucede con casi todos los grupos brasileños, con los Mapuches en CHILE; con la negación de reconocimiento como Indios de indígenas en CANADA, en los ESTADOS UNIDOS y en otros países; y también con las tribus Pitt River, Lakota, Puyallup y otras naciones en los ESTADOS UNIDOS. Se trata de un problema general en casi todos los países de las Américas.

(6) La denegación general de los Estados americanos a permitir la participación de las naciones indígenas en la elaboración de constituciones e instrumentos jurídicos básicos de gobierno, aun cuando existe el principio federal de gobierno, como actualmente en el caso de la formulación de una nueva constitución en Canadá, en la que no se consideran los derechos indígenas. Como unidades soberanas de gobierno, las naciones indígenas y las repúblicas o pueblos tienen el derecho inherente a rechazar cualquier incorporación y a ser representadas auténticamente como unidades autogobernadas cuando su territorio esté incluido en la región reclamada por el Estado. En otras palabras, no se puede imponer una constitución o un gobierno a los pueblos indígenas sin contar con su auténtica participación y siempre que se respete su derecho a rechazar la incorporación, como un requisito indispensable.

(7) La Negación de los Derechos Fundamentales de libertad religiosa y el despojo o la destrucción de lugares para rendir culto, así cómo el otorgamiento de poder secular y el apoyo a los misioneros que buscan eliminar la vida espiritual de los indígenas (lo que significa etnocidio total en algunas regiones). Queremos referir especialmente a la actuación increíble de grupos de misioneros protestantes en ECUADOR (Shuar), PARAGUAY (Aché) y en VENEZUELA y el este de PERU, especialmente la Misión Nuevos Tribus y el Instituto Linguístico de Verano (que también actúa bajo el nombre de Wycliffe Bible Translators).
De manera similar los misioneros católicos salesianos han obtenido en Brasil el apoyo de las autoridades gubernamentales que les permitía imitar los cambios culturales impuestos por las misiones de mala fama de antiguas épocas. Hay que subrayar también la violación de las religiones indígenas y de lugares sagrados en los

Estados Unidos y Canadá como ha ocurrido evidentemente en los casos de los Lakota y Cheyenne en los ESTADOS UNIDOS así como la apropiación por parte del Estado de lugares sagrados en MEXICO y en otros países de América Central y América del Sur, con el fin de utilizarlos solamente como museos públicos y atracciones turísticas, sin respeto alguno a los sentimientos religiosos y a la cultura de las nacionalidades indígenas. Este problema general existe en todos los países de las Américas y demuestra una falta de respeto esencial hacia la condición humana de los pueblos indígenas.

(8) La persistencia del racismo y el Euro-Etnocentrismo y su impacto en la vida de los pueblos indígenas, tanto en términos de la negación diaria de los valores de la vida individual de un indígena como en lo que se refiere al impacto etnocida de los medios de comunicación, de los libros de texto para la educación, de la propaganda y, en general, del torrente de imágenes anti-indígenas. El tribunal toma en cuenta no solamente el testimonio específico recibido, sino también los numerosos estudios que se han realizado en diferentes países en relación con los prejuicios dentro de los sistemas de educación y la supresión de los idiomas indígenas en muchos países y provincias. El rechazo conciente de los idiomas indígenas y la negación de la cultura y personalidad indígena en los medios de comunicación, solamente puede ser calificado como etnocidio conciente, por el hecho de que esta práctica tiene un impacto desastroso sobre la gente rechazada, como es de conocimiento común. También hay que mencionar la administración de justicia discriminatoria en muchos países, y la brutalidad de la policía que tiene como base el racismo. Finalmente, queremos tomar en cuenta con énfasis la actitud racista de las élites bolivianas no-indígenas, quienes han solicitado la colonización de blancos sudafricanos con el fin de cambiar el carácter indígena de este país. Este plan tiene una intención etnocida.

(9) La ausencia de programas adecuados de salud, y la esterilización de mujeres indígenas, en conjunto, constituyen un ataque de genocidio directo hacia los pueblos indígenas porque conducen a altas tasas de mortalidad infantil, a una baja esperanza de vida (45 anos o menos), y a la negación de futuras generaciones. Las tasas de mortalidad infantil excesivamente altas, pueden ser debidas a la pobreza, pero eso no la justifica, porque tanto la pobreza de las comunidades indígenas como la ausencia de servicios de salud pública son el resultado de la política gubernamental en casi todos los países. La esterilización de las mujeres indígenas sin su permiso y sin su solicitud ha sido denunciada en muchos países, pero ha sido plenamente documentada y probada con respecto a los Estados Unidos mediante un informe de la Oficina Central de Cuentas del Congreso de los Estados Unidos.

(10) La Tortura, las formas extremas de Represión, el encarcelamiento y las "técnicas de modificación de la conducta" para mantener los sistemas de represión, como en general sucede en BOLIVIA y CHILE, y en PARAGUAY particularmente relacionado con los Aché, en la prohibición de la organización comunal en el área de Colca-bamba en PERU, en la persecución de los indios en los ESTADOS UNIDOS que incluye el encarcelamiento de personas como Leonard Peltier, y en la intervención armada de autoridades ajenas a los asuntos internos de las naciones o comunidades indias como en el caso de la Nación Oglala Sioux Reservación de Pine Ridge en los Estados Unidos en 1973. Especial referencia debe ser hecha a los asesinatos planeados de los Waimiri en BRASIL, incluyendo varias formas de tortura. También en BRASIL los pueblos Kaingang y Guarani que están bien organizados han recibido amenazas hacia sus líderes e incluso asesinatos, con la intención de detener sus esfuerzos en defensa de sus tierras.
De manera semejante los Nahua de la Huasteca, en Hidalgo, MEXICO, han sufrido asesinatos en su esfuerzo de defender sus tierras.
La brutalidad policíaca contra los indios, en áreas como Oklahoma en los Estados Unidos así como en otros lugares, debe entenderse como parte del sistema total de terror que ha sido empleado para mantener pasivos a los indios. En algunos países como Bolivia, el terror y la fuerza se emplean para impedir la particípación política efectiva de gran parte de las masas indias.

(12)

(11) La Negación de los derechos de los indígenas y la negación de reconocer como indios - o como tribus o naciones indígenas a ciertos grupos de identidad india, como es el caso con muchos tribus en el este de los Estados Unidos, y con los llamados Metis e indios "sin estatus" en Canadá, y el caso de indios que dejaron de ser indios por ley ("terminated") y los indios "sin tierra" en el oeste de los Estados Unidos.
En general está claro que muchos Estados de las Américas no permiten a las comunidades nativas definir su propia filiación ni determinar su identidad étnica apropiada. Ciertamante, el derecho de una comunidad étnica a definir su filiación y su identidad es un derecho básico de todas las nacionalidades y un acto claro de autogobierno y autodeterminación. Estamos especialmente preocupados cuando los derechos a la tierra están negados por la afirmación de extraños de que una comunidad indígena que tiene continuidad histórica ya no es suficientemente india para recobrar su tierra, de la que ha sido despojada ilegalmente como es el caso de los Mashpee de Masschussetts.

BRASIL Y PARAGUAY

Hay que mencionar especialmente los casos en que se asesinaron indígenas en gran escala y casos de probables asesinatos en un futuro inmediato. Las pruebas indican que existe un deseo muy difundido por parte de algunos gobiernos americanos para liquidar

totalmente, y si es necesario por la fuerza, a cualquier grupo indio que pueda oponerse a la extracción de recursos, a la apertura de carreteras o a cualquier otro proyecto planeado por las agencias gubernamentales o por las grandes corporaciones. Queremos señalar especialmente los continuos asaltos militares contra los Waimiri y Atroari en el norte del Brasil, que produjeron entre 1968 y 1975, una reducción de la población alarmante (de 3000 a 600 - 1000). También debemos hacer una referencia explícita a la esclavitud, la venta y la liquidación del pueblo Aché en PARAGUAY. Además debemos mencionar la situación de los Yanomami de BRASIL, cuyos 10.000 integrantes se ven amenazados de genocidio a menos que las más altas autoridades del Brasil Federal emprandan una acción protectora inmediata.

(12) El Tribunal también ha concedido tiempo a representantes de diversos pueblos aborígenes de otros continentes. Los testimonios, ofrecidos a lo largo de la semana de sesiones, pusieron de manifiesto la gravedad de su situación. El pueblo kurdo ha sido arbitrariamente dispersado en varios países, en los cuales padece represión feroz y etnocidio; más de 150 mil papuas fueron asesinados desde 1962, cuando el gobierno indonesio se apoderó de su país; los gitanos llevan más de un siglo en Holanda y no se les reconoce el derecho de elegir su modo de vida ni tienen permanencia segura en el país; los maori de Nueva Zealandia y las comunidades aborígenes de Australia han sufrido despojo de tierras en gran escala; y un representante de los tahitianos mostró los peligros que representan para su pueblo los experimentos atómicos hechos en las proximidades, por el gobierno francés.

BOLIVIA

El Tribunal quiere destacar la dramática actualidad de las denuncias recibidas sobre las violaciones de los derechos de la población en su mayoría indígena, de Bolivia.
El Movimiento Indio Tupaj Katari (MITKA) y la Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia, formularon separadamente varios cargos en forma de declaraciones, respaldados por informes, documentos y testimonios personales. El Tribunal expresa su solidaridad con las nacionalidades indias de Bolivia, víctimas de un proceso de opresión que empieza en los lejanos tiempos de la conquista española y culmina en la sangrienta dictadura del general García Meza. Los millones de indios bolivianos todavía son tratados de intrusos en su propia tierra, sufren la despiadada explotación de su mano de obra en los campos, las minas y las ciudades y son víctimas de diversas formas de marginación y persecución cultural. Las matanzas que han acompañado la toma del poder por parte del general García Meza, las torturas y todas las formas del terrorismo de estado que la nueva dictadura está practicando, constituyen el último capítulo de una muy larga historia que no cesará mientras el Estado continúe siendo solamente el representante de una minoría dominante contra la voluntad de la mayoría.

IV. Recomendaciones

A. Gobiernos

I.
Los pueblos indígenas de las Américas deben ser reconocidos de acuerdo con su propia concepción de sí mismos, en vez de ser definidos por la percepción del sistema de valores de sociedades dominantes ajenas.

II.
Los estados de las Américas , en cualquier disputa sobre la transgreción o violación de los derechos culturales y de autonomía de la población india deben iniciar negociaciones de buena fé para buscar un arreglo pacífico de la disputa, y abstenerse de recurrir a cualquier procedimiento con el que no se hayas concordados mutuamente.

III.
"Los tratados y acuerdos firmados con naciones o grupos indígenas no estarán sujetos a derogaciones unilaterales. En ningún caso la ley municipal de algún Estado pueda servír como defensa para el fallo para atenerse a, o ejecutar, los términos de los tratados y acuerdos firmados con los grupos o naciones indígenas. Ningún Estado rehusara reconocer y adherir a tratados u otros acuerdos debido a un cambio de circunstancias, cuando el cambio de circunstancias ha sido substancialmente causado por el estado que afirma que tal cambio ha ocurrido" (Conferencia de las Organizaciones no Gubernamentales sobre la discriminación contra las poblaciones indigenas, Ginebra, 1977).

IV.
Los estados deben prohibír toda acción o modo de conducta con respecto a una nación o grupo indígena o en relación con territorios de una nación o grupo indígena, que resulta en la destrucción, desintegración o deteriorización de tal nación o grupo, u amenace de otro modo la integridad nacional o cultural de la nación o grupo.

V.
Los Estados Americanos deben poner fin inmediatamente a las graves y continuas violaciones de las reglas y principios reconocidos por la ley internacional. Los Estados deberán poner en práctica medidas para prevenir ulteriores violaciones de los derechos humanos básicos y las libertades fundamentales de los pueblos indios. Aquellas leyes nacionales, que asimilan forzosamente a los pueblos indígenas contra su voluntad y violan sus derechos básicos definidos por las normas internacionales deben ser anuladas.

B. Otros

I.
El Cuarto Tribunal Russell sobre los derechos de los indios recomienda que las conclusiones aludidas arriba, de graves y continuas violaciones de los derechos humanos sean transmitidas a la Comisión de los Derechos Humanos de las Naciones Unidas, a la Comisión Interamericana de los Derechos Humanos y en los casos concernientes,a la Organización Internacional del Trabajo y otros organismos apropiados.

II.
Los bancos internacionales, multinacionales e intergubernamentales (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo), así como el Fondo Monetario Internacional, deben cambiar sus políticas con el objeto de evitar las consecuencias extremadamente graves causadas por el abuso de los fondos del desarrollo financiero. Se deben evitar los proyectos que causarán serios daños a los miembros de los pueblos indígenas.
Antes de consolidar proyectos esos bancos deben cerciorarse de si son complices de esas violaciones serias de los derechos humanos.

III.
a. Todos los grupos religiosos deben reconocer la natura-- leza sagrada de la tierra para los pueblos indios y su necesidad para la supervivencia física y espiritual de ellos.
b. Hasta que los grupos nativos sean libres de determinar su propio destino, los esfuerzos de conversión religiosa deben detenerse, para evitar convertirse en cómplices de etnocidio y negación de los derechos de libertad religiosa.

c. Las declaraciones del Papa, hechas en Manaos, Brasil, dando completo reconocimiento al estatus de nación a los pueblos indígenas, deben ser puestas en efecto por la Iglesia Católica Romana en todas partes.

IV.
La O.I.T. debe ser informada de las constantes infracciones de los derechos de los pueblos indígenas de las Américas a trabajar y a recibír un pago adecuado, a disponer libremente de sus medios de subsistencia, a asociarse - en cualquier forma que deseen- y a elegír sus líderes y representantes sin que tengan que temer por las vidas de sus familias o de si mismos.

V.
Por resolución 1503 (XLVIII) del Consejo Económico y Social de la O.N.U. se solicita a la Comisión de los Derechos Humanos que investigue las graves y continuas violaciones de los derechos humanos, inflijidas a los pueblos indígenas de las Américas. El Consejo Económico y Social de la O.N.U. y la Corte Internacional de Justicia deben proveer soluciones que no están previstas en las Cortes de los estados nacionales para los pueblos indígenas.

C.

I.
Los miembros de la Organización de los Estados Americanos deben exhortar a la O.E.A. a tomar medidas inmediatas para detener las prácticas de los gobiernos de Bolivia y Guatemala. Las masacres organizadas y el más descarado e inhumano tratamiento de los pueblos indígenas de Guatemala, como ha informado Amnistía Internacional son totalmente apoyadas por la evidencia que ha sido presentada ante el Tribunal.

II.
Se solicita a la Sub-Comisión para la prevención de la discriminación y la protección de las minorías de la Comisión de los Derechos Humanos que forme un comité permanente para la continua y efectiva protección de los derechos de los pueblos indígenas. Los pueblos indígenas deben tener el derecho de comunicarse con este comité y se debe establecer un fondo para proveer a la asistencia de tales grupos con el propósito de esas comunicaciones.

III.
Los maestros y educadores de las Américas son llamados a cumplír con sus responsabilidades profesionales poniendo fin al carácter anti-indio de la instrucción en las escuelas a las cuales asisten niños indios.

IV.
Deben terminar las campañas de esterilización dirigidas contra las poblaciones indígenas. Los organismos oficiales deben detener la esterilización involuntaria.

V.
Las altas tasas de mortalidad infantil encontradas entre la población nativa deben ser corregidas acabando con la pobreza forzada y proveyendo los medios para la población indígena de obtener agua potable y otros fundamentos básicos de la salud pública.

VI.
Todos los Estados Americanos deben ratificar la Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre.

V Consideraciones Finales

El Cuarto Tribunal Russell no tiene poder legal. Sus decisiones no obligan a nadie. Esta debilidad constituye, sin embargo, la clave de su fuerza. No pudiendo imponer sanciones, apela solamente a la conciencia y la razón de la humanidad.
El Tribunal afirma su derecho moral a exigir que los gobiernos y las organizaciones internacionales cumplen con las normas vigentes en materia de derechos humanos en general, así como con los derechos específicos de los pueblos indígenas de las Américas.
También actúa como caja de resonancias de informaciones que pueden contribuir a un mejoramiento radical de los medios jurídicos de protección de esos derechos. El Tribunal lamenta que los gobiernos y organizaciones acusados no hayan dado respuesta a la invitación de proveer una defensa contra las acusaciones hechas.Su silencio es significativo.
El Tribunal se propone influir sobre la opinión pública mundial, con todos los medios posibles, para romper la difundida pero falsa imagen del indio, infectada de racismo y hostilidad; y para llamar la atención hacia la violenta persecución de que los indios siguen siendo víctimas y hacia las múltiples violaciones de sus derechos. Sobre todo, procura dar énfasis internacional a la heroica resistencia de los indios frente a continuos actos de humillación, explotación y agresión.
El Tribunal aspira a que sus recomendaciones sean puestas en práctica por los gobiernos y organismos internacionales y expresa la esperanza de que este trabajo constituya un paso adelante en la infinita lucha por la dignidad humana.

MARIO JURUNA, presidente

GUILLERMO BONFIL BATALLA, vice-presidente

DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA

EDUARDO GALEANO

ROBERT JAULIN

ROBERT JUNGK

LOLLE NAUTA

DARCY RIBEIRO

KARL SCHLESIER

ELLIOT TAIKEFF

STEFANO VARESE

EL JURADO DEL CUARTO TRIBUNAL RUSSELL

ROTTERDAM, Noviembre 30, 1980

REFERENCIAS

1. Carta de las Naciones Unidas 1945

Artículo 1(2)

Fomentar entre las naciones relaciones de amistad basadas en el respeto al principio de la igualdad de derechos y al de la libre determinación de los pueblos, y tomar otras medidas adecuadas para fortalecer la paz universal;

Artículo 55

Con el propósito de crear las condiciones de estabilidad y bienestar necesarias para las relaciones pacíficas y amistosas entre las naciones, basadas en el respeto al principio de la igualdad de derechos y al de la libre determinación de los pueblos, la Organización promoverá:
a) niveles de vida más elevados, trabajo permanente para todos, y condiciones de progreso y desarrollo económico y social;

2. Declaración universal de Derechos Humanos 1948

Artículo 3

Todo individuo tiene derecho a la vida, a la libertad y a la seguridad de su persona.

Artículo 5

Nadie será sometido a torturas ni a penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes.

Artículo 6

Todo ser humano tiene derecho, en todas partes, al reconocimiento de su personalidad jurídica.

Artículo 9

Nadie podrá ser arbitrariamente detenido, preso ni desterrado.

Artículo 10

Toda persona tiene derecho, en condiciones de plena igualdad, a ser oída públicamente y con justicia por un tribunal independiente y imparcial, para la determinación de sus derechos y obligaciones o para el examen de cualquier acusación contra ella en materia penal.

Artículo 13

1. Toda persona tiene derecho a circular libremente y a elegir su residencia en el territorio de un Estado.
2. Toda persona tiene derecho a salir de cualquier país, incluso del propio, y a regresar a su país.

Artículo 15

1. Toda persona tiene derecho a una nacionalidad.

Artículo 17

1. Toda persona tiene derecho a la propriedad, indiviual y colectivamente.

2. Nadie será privado abritrariamente de su propiedad.

Artículo 18

Toda persona tiene derecho a la libertad de pensiamento, de conciencia y de religión.....

Artículo 19

Todo individuo tiene derecho a la libertad de opinión y de expresión...

Articulo 21

3. La voluntad del pueblo es la base de la autoridad del poder publico; esta voluntad se expresará mediante elecciones auténticas que habrán de celebrarse periódicamente, por sufragio universal e igual y por voto secreto u otro procedimiento equivalenteque garantice la libertad del voto.

3. Pacto Internacional de Derechos Economicos, Sociales y Culturales 1966

Artículo 1

1. Todos los pueblos tienen el derecho de libre deteminación. En virtud de este derecho establecen libremente su condicíon politica y proveen asimismo a su desarollo económico, social y cultural.

2. Para el logro de sus fines, todos los pueblos pueden disponer libremente de sus riquezas y recursos naturales, sin perjuicio de la obligaciones que derivan de la cooperación económica internacional basada en el principio de beneficio recíproco, así como del derecho internacional. En ningún caso podría privarse a un pueblo de sus proprios medios de subsistencia.

Artículo 7

Los Estados Partes en el presente Pacto reconocen el derecho de toda persona al goce de condiciones de trabajo equitativas y satisfactorias que le aseguren en especial:
a) Una remuneración que proporcione como mínimo a todos los trabajadores: (i) Un salario equitativo e igual por trabajo de igual valor, sin distinciones de ninguna especie.
b) La seguridad y la higiene en el trabajo.

Artículo 8

1. Los Estados Partes en el presente Pacto se comprometen a garantizar:
a. El derecho de toda persona a fundar sindicatos y a afiliarse al de su elección....

Artículo 11

1. Los Estados Partes en el presente Pacto reconocen el derecho de toda persona a un nivel de vida adecuado para sí y su familia, incluso alimentación, vestido y vivienda adecuados, y a una mejora continua de las condiciones de existencia. Los Estados Partes tomarán medidas apropiadas para asegurar la efectividad de este derecho, reconociendo a este efecto la importancia esencial de la cooperación internacional fundada en el libre consentimento.

4. Pacto Internacional de Derechos Civiles y Politicos, 1966

Artículo 1

1. Todos los pueblos tienen el derecho de libre determinación. En virtud de este derecho establecen libremente su condición política y proveen asimismo a su desarollo economico, social y cultural.
2. Para el logro de sus fines, todos los pueblos pueden disponer libremente de sus riquezas y recursos naturales, sin perjuicio de las obligaciones que derivan de la cooperación económico internacional basada en el principio de beneficio recíproco, así como del derecho internacional. En ningûn caso podría privarse a un pueblo de sus propios medios de subsistencia.

Artículo 2

1. Cada uno de los Estados Partes en el presente Pacto se compromete a respetar y a garantizar a todos los individuos que se encuentren en su territorio y estén sujetos a su juridiccion los derechos reconocidos en el presente Pacto, sin distinción alguna de raza, color, sexo, idioma, religión, opinión política o de otra índole, origen nacional o social, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición social.

Artículo 6

1. El derecho a la vida es inherente a la persona humana. Este derecho estará protegido por la ley. Nadie podrá ser privado de la vida arbitrariamente.

Artículo 7

Nadie será sometido a torturas ni a penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes. En particular, nadie será sometido sin su libre consentimiento a experimentos médicos o científicos.

Artículo 9

1. Todo individuo tiene derecho a la libertad y a la seguridad personales. Nadie podrá ser sometido a detención o prisión arbritrarias. Nadie podrá ser privado de su libertad, salvo por las causas fijadas por ley y con arreglo al procedimiento establecido en ésta.

Artículo 10

1. Toda persona privada de libertad será tratada humanamente y con el respeto debido a la dignidad inherente al ser humano.

Artículo 12

1. Toda persona que se halle legalmente en el territorio de un Estado tendrá derecho a circular libremente por él y a escoger libremente en él su residencia.

Artículo 14

1. Todas las personas son iguales ante los tribunales y cortes de justicia.....

Artículo 17

1. Nadie será objeto de injerencias arbitrarias o ilegales en su vida privada, su familia, su domicilio o su correspondencia, ni de ataques ilegales a su honra y reputación.
2. Toda persona tiene derecho a la protección de le ley contra esas injerencias o esos ataques.

Artículo 18

1. Toda persona tiene derecho a la libertad de pensamiento, de conciencia y de religión; este derecho incluye la libertad de tener o de adoptar la religión o las creencias de su elección, así como la libertad de manifestar su religión o sus creencias, individual o colectivamente, tanto en público como en privado, mediante el culto, la celebración de los ritos, las prácticas y la enseñanza.

Artículo 26

Todas personas son iguales ante la ley y tienen derecho sin discriminación a igual protección de le ley. A este respecto, la ley prohibirá toda discriminación y garantizará a todas las personas protección igual y efectiva contra cualquier discriminación por motivos de raza, color, sexo, idioma, religión, opiniones políticas o de cualquier índole, origen nacional o social, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición social.

Artículo 27

En los Estados en que existan minorías étnicas, religiosas o lingüísticas no se negará a las personas que pertenezcan a dichas minorías el derecho que les corresponde, en común con los demás miembros de su grupo, a tener su propria vida cultural, a profesar y practicar su propria religión y a emplear su proprio idioma.

5. Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio, 1948

Artículo I

Las Partes contratantes confirman que el genocidio, ya sea cometido en tiempo de paz o en tiempo de guerra, es un delito de derecho internacional que ellas se comprometen a prevenir y a sancionar.

Artículo II

En la presente Convención, se entiende por genocidio cualquiera de los actos mencionados a continuación, perpetrados con la intención de destruir, total o parcialmente, a un grupo nacional, étnico, racial o religioso, como tal:

a) Matanza de miembros del grupo;
b) Lesión grave a la integridad física o mental de los miembros del grupo;
c) Sometimiento intencional intencional del grupo a condiciones de existencia que hayan de accarrear su destrucción física, total o parcial;
d) Medidas destinadas a impedir los nacimientos en el seno del grupo;
e) Traslado por fuerza de niños del grupo a otro grupo.

Artículo III

Serán castigados los actos siguientes:
a) El genocidio;
b) La asociación para cometer genocidio;
c) La instigación directa y pública a cometer genocidio;
d) La tentativa de genocidio;
e) La complicidad en el genocidio.

Artículo IV

Las personas que hayan cometido genocidio o cualquiera de los otros actos enumerados en el artículo III, serán castigadas, ya se trate de gobernantes, funcionarios o particulares.

6. Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial 1965

Artículo 1

En la presente Convención la expresión "discriminación racial", denotará toda distinción, exclusión, restricción o preferencia basada en motivos de raza, color, linaje u origen nacional o étnico, que tenga por objeto o por resultado anular o menoscabar el reconocimiento, goce o ejercicio, en condiciones de igualdad, de los derechos humanos y libertades fundamentales en las esferas política, económica, social, cultural o en cualquier otra esfera de la vida pública.

Artículo 2

1. Los Estados Partes condenan la discriminación racial y se comprometen a seguir, por todos los medios apropiados y sin dilaciones, una política encaminada a eliminar la discriminación racial en todas sus formas y a promover el entendimiento entre todas las rasas..

Artículo 5

En conformidad con las obligaciones fundamentales estipuladas en el artículo 2, los Estados Partes se comprometen a prohibir y eliminar la discriminación racial en todas sus formas y a garantizar el derecho de toda persona a la igualdad ante la ley, sin distinción de raza, color u origen nacional o étnico, particularmente en el goce de los derechos siguentes:
a) El derecho de la igualdad de tratamiento en los tribunales y todos los demás órganos que administran justicia;
d) Otros derchos civiles, en particular:
i) El derecho a circular libremente y a elegir su residencia en el territorio de un Estado;
iii) El derecho a una nacionalidad;
v) El derecho a ser propietario, individualmente y en asociación con otros;
vii) El derecho a la libertad de pensamiento, de conciencia y de religión;
viii) El derecho a la libertad de opinión y de expresión;

7. Resolucion 1803 (XVII) de la Asamblea General, de 14 de Diciembre de 1962, titulada "Soberania Permanente sobre los Recursos Naturales".

Capítulo I

Parágrafo 1

El derecho de los pueblos y de la naciones a la soberanía permanente sobre sus riquezas y recursos naturales debe ejercerse en interès del desarrollo y del bienestar del pueblo del respectivo Estado.

Parágrafo 2

La exploración, el desarrollo y la disposición de tales recursos, así como la importación de capital extranjero para efectuarlos, deberán conformarse a las reglas y condiciones que esos pueblos y naciones libremente consideren necesarios o deseables para autorizar, limitar o prohibir dichas actividades.

Parágrafo 5

El ejercicio libre y provechoso de le soberanía de los pueblos y las naciones sobre sus recursos naturales debe fomentarse mediante el mutuo respeto entre los Estados basado en su igualdad soberana.

Parágrafo 7

La violación de los derechos soberanos de los pueblos y naciones sobre sus riquezas y recursos naturales es contraria al espíritu y a los principios de la Carta de las Naciones Unidas y entorpece el desarrollo de la cooperación internacional y la preservación de la paz.

8. Declaración sobre la Concesión de la Independencia a los Paises y a los Pueblos Coloniales, 1960.

Parágrafo 1

La sujeción de pueblos a una subyugación, dominación y explotación extranjeras constituye una denegación de los derechos humanos fundamentales, es contraria a la Carta de las Naciones Unidas y compromete la causa de la paz y de la cooperación mundiales.

Parágrafo 2

Todos los pueblos tienen el derecho de libre determinación; en virtud de este derecho, determinan libremente su condición política y persiguen libremente su desarollo económico, social y cultural.

Parágrafo 6

Todo intento encaminado a quebrantar total o parcialmente la unidad nacional y la integridad territorial de un país es incompatible con los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas.

9. Convención Americana sobre Proteccion de los Derechos del Hombre, 1969.

Artículo 7

1. Toda persona tiene derecho a la libertad y a la seguridad personales.

Artículo 8

1. Toda persona tiene derecho a ser oída con las debidas garantías y dentro de un plazo razonable, por un juez o tribunal competente, independiente e imparcial, establecido con anterioridad por la ley, en la sustanciación de cualquier acusación penal formulada contra ella, o para la determinación de sus derechos y obligaciones de orden civil, laboral, fiscal o de cualquier otro carácter.

Artículo 12

1. Toda persona tiene derecho a la libertad de conciencia y de religión. Este derecho implica la libertad de conservar su religión o sus creencias, o de cambiar de religión o de creencias, así como la libertad de profesar y divulgar su religión o sus creencias, individual o colectivamente, tanto en público como en privado.
2. Nadie puede ser objeto de medidas restrictivas que puedan menoscabar la libertad de conservar su religión o sus creencias o de cambiar de religión o de creencias.

Artículo 20

1. Toda persona tiene derecho a una nacionalidad.
3. A nadie se privará arbitrariamente de su nacionalidad ni del derecho a cambiarla.

Artículo 21

1. Toda persona tiene derecho al uso y gozo de sus bienes. La Ley puede subordinar tal uso y goce al interés social.

Artículo 22

5. Nadie puede ser expulsado del territorio del Estado del cual es nacional, ni ser privado del derecho a ingresar en el mismo.

10. Acta Final de Helsinki, 1975.

Principio 1

Los Estados participantes respetarán la igualdad e individualidad soberana de cada uno de sus participantes, igual que los derechos inherentes a y circundados por esta soberanía, inclusive, en particular, el derecho de cada Estado a igualdad jurídica, a integridad territorial, a libertad y a independencia política.

Principio VII

Los Estados participantes respetarán para todos los derechos humanos y libertades fundamentales, inclusive la libertad de pensamiento, de conciencia, de religión o de creencia, sin distinción de raza, de sexo, de idioma o de religión.

Los Estados participantes, en cuyos territorios nacionales existen minorías, respetarán el derecho de igualdad ante la ley de personas pertenecientes a tales minorías, les proporcionarán la oportunidad completa para el disfrute efectivo de derechos humanos y libertades fundamentales y de esa manera protegerán sus intereses legítimos en este campo.

Principio VIII

Los Estados participantes respetarán los derechos iguales de los pueblos y su derecho a la autodeterminación, actuando en todo momento conforme a las resoluciones y principios de la Carta de las Naciones Unidas y a las normas relevantes de la legislación internacional, inclusive aquellos que están relacionadas con la integridad territorial de los Estados. En virtud del principio de derechos iguales y de autodeterminación de los pueblos, todos los pueblos siempre tienen, en completa libertad, el derecho de determinar cuando y como lo desean, su estado político interno y externo sin intervención externo, y a perseguir, según su propia voluntad, su desarrollo político, económico, social y cultural.

Principio X

Los Estados participantes cumplirán de buena fe sus compromisos bajo la legislación internacional, tanto los compromisos que surgen de los principios y reglas de la legislación internacional que están generalmente reconocidas, como los compromisos que surgen de tratados o de otros acuerdos, conforme a la legislación internacional, a la cual se han comprometidos.

11. <u>Convenio relativo a la protección e integración de las poblaciones indígenas y de otras poblaciones tribuales y semitribuales en los países independientes (ILO-Convenio No.107)</u>.

Artículo 7

1. Al definir los derechos y obligaciones de las poblaciones en cuestión se deberá tomar en consideración su derecho consuetudinario.

2. Dichas poblaciones podrán mantener sus propias costumbres e instituciones cuando éstas no sean incompatibles con el ordenamiento jurídico nacional a los objetivos de los programas de integración.

3. La aplicación de los párrafos precedentes de este artículo no deberá impedir que los miembros de dichas poblaciones ejerzan, con arreglo a su capacidad individual, los derechos reconocidos a todos los ciudadanos de la nación, ni que asuman las obligaciones correspondientes.

Articulo 11

Se deberá reconocer el derecho de propiedad, colectivo o individual, a favor de los miembros de las poblaciones en cuestión sobre las tierras tradicionalmente ocupadas por ellas.

APPENDICE 1, INFORMACION PRACTICA

Los partidos siguintes participaron en el Cuarto Tribunal Russell sobre los derechos de los indígenas de las Américas.

A. El Jurado

Mario Juruna (Brasil), presidente
Líder Xavante del pueblo indígena Namunkurá en la Reserva de São Marcos.

Guillermo Bonfil Batalla (México), vice-presidente
Antropólogo. Ha escrito sobre varias comunidades y grupos indígenos de México. Ha firmado la Declaración de Barbados de 1971.

Domitila Barrios de Chungara (Bolivia)
Activista del sindicato de mineros y dirigente de la organización de mujeres mineras.
En 1975 ha participado en la Conferencia de Mujeres en México y cinco anos después en Copenhague. El golpe de estado de García Meza la ha impedido volver a Bolivia.

Eduardo Galeano (Uruguay)
Autor de varios libros, siendo el más famoso "Las venas abiertas de América Latina". Editor de varios diarios y revistas. Actualmente vive en Espana.

Robert Jaulin (Francia)
Antropólogo.Catedrático de Antropología Cultural en la Universidad de Paris ; muy preocupado por asuntos indígenas.

Robert Jungk (Austria)
Filósofo y futurólogo. Ha publicado "El Estado Átomo" y "El Futuro ya ha comenzado". Ha participado en el Tercer Tribunal Russell sobre el "Berufsverbote" en Alemania.

Darcy Ribeiro (Brasil)
Antropólogo. Ha escrito sobre el desarrollo de la civilización y asuntos indígenas.Catedrático en Universidad de Rio de Janeiro.Firmó la Declaración de Barbados.

Stefano Varese (Perú)
Antropólogo. Ha firmado la Declaración de Barbados y ha publicado muchos artículos sobre asuntos indígenas en Perú, México y otros países latinoamericanos.Vive en México y trabaja para el Directorado de Culturas Populares.

Karl Schlesier (Alemania Occidental)
Antropólogo. Trabaja y vive en los Estados Unidos de América.CatedráticodeAntropología Cultural en la Universidad del Estado Wichita, Kansas. Ha escrito mucho sobre los indios de América del Norte, del pasado y presente.

tribunal

Sergio Politoff (Chile), vice-presidente técnico
Catedrático de Derecho Penal en Rotterdam.

Lolle Nauta (Países Bajos)
Filósofo. Catedrático en Groningen.
Al presente está fundiendo la Facultad de Filosofía en Lusaka (Zambia). Fué miembro del Jurado del Tercer Tribunal Russell.

Loek Hulsman (Países Bajos), presidente técnico.
Catedrático de Derecho Penal en Rotterdam.

B. MIEMBROS HONORARIOS DEL JURADO

Hortensia Bussi de Allende (Chile)
Viuda del ex-presidente de Chile. Defensora famosa de derechos humanos. Miembro del Segundo Tribunal Russell. Vivè en el exilio en México.

George Casalis (Francia)
Teólogo. Miembro del jurado del Segundo y del Tercer Tribunal Russell.

José Chipenda (Angola)
Ex-secretario del Programa para Combatir el Racismo del Consejo Mundial de Iglesias.
Trevor Griffiths (Inglaterra)
Dramaturgo. Miembro del jurado del Tercer Tribunal Russell.

Josephine Richardson (Inglaterra)
Abogada, Miembro del Parlamento socialista (Labour), miembro del jurado del Tercer Tribunal Russell.

Stan Steiner (EEUU)
Autor de varios libros sobre minorías en las Américas y en otras partes del mundo.
Perito en los pueblos nativos de las Américas.

Yap Thiam Hien (Indonesia)
Abogado; defensor eminente de derechos humanos.

Lucio Lombardo Radice (Italia)
Mathemático, miembro del comité ejecutivo del PCI, miembro del Jurado del tercer Tribunal Russell.

C. CONSEJEROS

Robin Hanbury-Tenison (Inglaterra)
Presidente de "Survival International".

Evaristo Nugkuag (Perú)
Presidente de la Confederación Aguaruna y Huambisa.

Robert Pac (Francia)
Miembro del Movimiento contra el Racismo.

Philip Deere (EEUU)
Líder espiritual del tribu Muskogee.

Jack Forbes (EEUU)
Profesor de los Estudios Nativos Americanos

Carlos Taype Campos (Perú)
Secretario de Defensa de la Confederación Campesina del Perú.

D. DEFENSORES GENERALES

John Clinebell (EEUU)
Abogado

Daniel Estrada Perez (Perú)
Abogado en Cuzco. Consejero de organizaciones populares.

E. LISTA DE MIEMBROS DEL CONSEJO INTERNACIONAL.

Noam Chomsky (EEUU)
Filósofo y filólogo

Shelton Davis (EEUU)
Antropólogo y autor.

Ole Esperson (Dinamarca)
Abogado y Miembro del Parlamento.

Lord Tony Gifford (Inglaterra)
Abogado, miembro de la Camara de los Lores, Miembro del Tercer Tribunal Russell.

Francois Houtart (Bélgica)
Teólogo y sociólogo

J.W. van Hulst (Países Bajos)
Historiador y Miembro del Parlamento, Miembro del Consejo Européo.

Torkel Opsahl (Norvega)
Abogado

Alfonso Ortiz (EEUU)
Antropólogo

Edward W. Scott (Canadá)
Primado de la Iglesia Anglicano de Canadá

James F. Petras (EEUU)
Sociólogo

Francois Rigaux (Bélgica)
Filósofo y sociólogo

F. MIEMBROS DE LA SECCION HOLANDESA DEL CONSEJO

Sra. Dra. Susanne Bischoff
Partido Democrático (D'66), miembro del parlamento

Sra. Phili Burgers
Partido Demócrata Cristiano (CDA), miembro del parlamento

Sr. Arend Hilhorst
Partido Socialdemócrata (PvdA), miembro del parlamento

Sra. Ata Kando
Autora y fotógrafa

Michiel van de Kasteelen
Partido Radical (PPR)

Sra. Dra. Marga Klompé
Presidente de Justicia y Paz

Dr. Jan Pronk
Ex-ministro de Cooperación de Desarrollo,
actualmente trabajando para la UNCTAD.

Ton Regtien
Partido Comunista (CPN)

Piet Jan Slot
Perito en la legislación económica de sociedades no-occidentales

Jack Smit
Perito en planificación (UNESCO)

Fred van der Spek
Partido Pacifista Socialista (PSP), miembro del parlamento

G. ORGANIZACION DEL CUARTO TRIBUNAL RUSSELL

Grupo de Trabajo Proyecto Indígena (WIP)
El WIP es una organización en la que colaboran varios grupos de apoyo holandeses e individuos. Los grupos son KIVA, WIZA y NANAI.
El WIP ha sido y sigue siendo responsable para el secretariado del Cuarto Tribunal Russell. El grupo consiste casi exclusivamente en voluntarios, inclusive unos 80 traductores. Además hay una gran cantidad de grupos de apoyo locales en unos 40 ciudades holandesas.

Fundación Russell de Paz (RPF)
La fundación ha apoyado el Cuarto Tribunal Russell en el cuadro de sus actividades para fomentar un mundo pacífico en el que se respetan los derechos humanos.
La fundación está situada en el Bertrand Russell House, Gamble Street, Nottingham, Inglaterra.

H. BANAI (Grupo de acción para los indios de América del Norte), Belgica

Comité de Soutien aux Indiens d'Amerique, Belgica

Gesellschaft für bedrohte Völker (Asociación para los pueblos amenazados), Alemania Occidental

AIM-support group Hamburg (AIM grupo de apoyo Hamburgo), Alemania Occidental

IWGIA (Grupo de trabajo Internacional para asuntos indígenas), Dinamarca

MITKA, Francia

Comité d'Amérique Indienne, Francia

Comité de Soutien aux Luttes Indiennes, Francia

Abya Yala, Francia

Survival International (Sobrevivencia Internacional), Inglaterra

Soconas Incomindios, Italia

WIZA (Grupo de trabajo para los indígenas de América del Sur), Países Bajos

NANAI (Grupo de acción para los indígenas de América del Norte), Países Bajos

KIVA (Grupo de trabajo para los indígenas de América del Norte), Países Bajos

Incomindios Melle, Austria

Svenska Indianska Förbundet (Asociación Indígena Sueca), Suecia

Incomindios Schweiz, Suiza

APPENDICE 2 LISTA DE ACUSACIONES

AMERICA DEL NORTE

NOMBRE CASO:	PRESENTADO POR:	SE TRATA DE:
*HOTEVILLA HOPI	Independent Hopi Village of Hotevilla	Ley Americana que arregla las formas administrativas de las "reservas".
*BIG MOUNTAIN DINE'	Herbert Blatchford de parte de B.M.D.	Soberania y explotación de minerales: un caso de etnocidio.
LAKOTA	Lakota Treaty Council (Consejo para Tratados de Lakota)	Violación de la independencia por el gobierno de los Estados Unidos.
GENERAL CASE	Indian Law Resource Centre (Centro de Investigaciones de Ley Indígena)	a. El conjunto de problemas de los derechos de tierra de los indios en EEUU b. La situación de los Iroqueses, Lakota, Hopi, Seminoles y Shoshones.
URBAN INDIANS IN MINNEAPOLIS	Rosemary Christensen (Minneapolis Public Schools)	La situación de los Indios en la ciudad de Minneapolis.
*HAUDENOSAUNEE (IROKESES)	Grand Council of the Iroquois Confederacy (Consejo Grande de la Confederación Irokes)	Violación de los derechos de tratados y anexión de tierras.
DEEP WATER PEOPLE TEME AUGAMA ANISH NABAI (ONTARIO CANADA)	Chief Gary Potts de parte de Deep Water People	Etnocidio y violación de los derechos indígenas.
MICMAC NATION (NOVA SCOTIA, CANADA)	Union de Indígenas de Nova Scotia	Derechos de tierra
CHIEF SMALLBOY	A. Webster MacDonald (abogado)	Derechos a territorio propio para un campo de "survival group".
*GRAND COUNCIL TREATY No. 9 (ONTARIO-CANADA)	Chiefs of Grand Council Treaty No. 9	Derechos de caza y pesca.
NATIVE COUNCIL OF CANADA	Native Council of Canada (Consejo Nativo de Canada)	Situación de los "Metis" y de los indios'Non-Status.
*CONSEIL ATTIKAMEK MONTAGNAIS (CANADA)	Attikamek-Montagnais Council (Consejo Attikamek-Montagnais)	Derechos territoriales, proyecto hidro-eléctrico.
PELTIER CASE	Bruce Ellison (abogado)	Prisioneros políticos [illegible] dades del F.B.I. en [illegible] io indígena.

NOMBRE CASO	PRESENTADO POR:	SE TRATA DE:
GANIENKEH TERRITORY MOHAWK	Indian Law Resource Centre (Centro de Investigación de Ley Indígena) de parte de la comunidad	Tratados y derechos de tierra.
HUPA CASE (E.E.U.U.)	Hupa survival group(el grupo Hupa de sobrevivencia)	Derechos de pesca.
*THE WESTERN SHOSHONE	Western Shoshone Sacred Land Assiociation	Derechos territoriales y Proyectos militares.
ALONQUIN COUNCIL (CANADA)	Consejo Alonquin (Algonquin Council)	Servicio **médico** deficiente .
América Central		
MIXE (MEXICO)	C.O.D.R.E.M.I. y una comunidad del pueblo Mixe	Genocidio y derechos territoriales de Mixes autóctonos.
*EL CASO DE LA EMBAJADA ESPANOLA (GUATEMALA)	Frente Democrático contra la Represión	Genocidio - el asesinato de 23 campesinos indígenas en la embajada española.
*GUYAMI (PANAMA)	Representantes Guyamíes	Proyectos de Cerro Colorado e hidro-eléctricos ; explotación de cobre en tierras Guyamí.
PUR'HEPECHAS (MEXICO)	K'unguarekua P'urhécheri	Despojo de tierras en Parí-kutin y en Santa Fe de la Laguna.
HUASTECA (HIDALGO, MEXICO)	Representantes de varios pueblos de Huasteca y CENCOS	Genocidio y etnocidio en varios pueblos de Huasteca Hidalguense.
GUATEMALA	Indígenas anónimos	Genocidio y etnocidio.
América del Sur		
SIERRA NEVADA (COLOMBIA)	Equipo de investigación y trabajo antropológico de la Sierra Nevada	Despojo de tierras y etnocidio hacia los Arhuaco Kogais y Malayos.
ECUADOR)	Federación de Centros Shuar	Despojo de tierras de los Shuar.
PENAL	Centro de Investigación y Promoción Amazónica (CIPA)	Legislación Peruana hacia los Indios.

NOMBRE CASO:	PRESENTADO POR:	SE TRATA DE:
CCOCHAPATA (PERU)	Oficina de Estudios y Asesoría Jurídica Centro Bartolomé de las Casas	Despojo de tierras de los Indios de la comunidad campesina de Coochapata.
* SAN JUAN DE ONDORES (PERU)	Comisión Nacional de Derechos Humanos	Despojo de tierras y agresión hacia la comunidad de San Juan de Ondores.
*CAMPA (PERU)	Centro de Investigación y Promoción Amazónica (CIPA)	Etnocidio y despojo de tierras; invasiones y robo de recursos naturales.
*C.R.I.C. (COLOMBIA)	Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC)	Genocidio, etnocidio y despojo de tierras.
MUCHACHA (PERU)	Movimiento Indio Pedro Vilca Apaza (MIPVA)	El secuestrar a chicas jóvenes de sus padres por organizaciones religiosas para servir a familias occidentales.
COLCABAMBA (PERU)	Gálves Ríos de parte de Taype Campos de la comunidad campesina de Colcabamba	Genocidio y etnocidio hacia esta comunidad.
COMUNIDAD TAHAMI-EMBERA (COLOMBIA)	José Silvio Tapasco, representante del Frente Indígena ANUC	Genocidio, robo de una mina de oro, y robo de medios de subsistencia en el Alto Andágueda.
MISION NUEVAS TRIBUS (VENEZUELA)		Etnocidio y violación de los derechos humanos de los pueblos indígenas en el Area Amazónica.
SURINAME (SURINAM)	Acción de Derechos de Tierra Nacional (Actie Grondrechten Binnenland)	Derechos de tierra en Marowijne.
KOLLASUYO (BOLIVIA)	Movimiento Indio Tupac Katari (MITKA)	Etnocidio y genocidio a partir del descubrimiento.
BOLIVIA	SCUTCB	Represión y violación de los derechos humanos básicos de los Aymara, Quechuas y otras minorías.
CHILE	Indios Mapuche	Ley Indígena.
MAPUCHE (CHILE)	Comité Mapuche Europa	Represión y etnocidio.
* MANGUEIRINHA (el sur de Brasil)	Conselho Indigenista Missionário (CIMI)-Sul	Despojo de tierras, etnocidio y robos de medios de subsistencia de los pueblos Kaingang y Guaraní.

NOMBRE CASO:	PRESENTADO POR:	SE TRATA DE:
*PRELACIA DE RIO NEGRO (BRASIL)	Márcio Souza de parte de los pueblos indígenas de la región de Río Negro	Etnocidio radical y represión de los pueblos Aruak e Yanomami.
*NAMBIQUARA (BRASIL)	Comissão de Defesa do Povo Nambiquara	Genocidio deliberado cuasado por la construcción de una carretera a través del territorio indígena.
WAIMIRI-ATROARI (BRASIL)	Egydio Schwade (CIMI)	Genocidio; construcción de carretera y un proyecto hidroeléctrico en territorio indígena.
YANOMAMI (BRASIL)	ARC/CCPY	Territorio indígena convertido en Parque de Reserva Nacional para la explotación de recursos nacionales.

APPENDICE 3

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ORGANISMOS NO-GUBERNAMENTALES DE NACIONES UNIDAS SOBRE LA DISCRIMINACION DE LOS PUEBLOS INDIGENAS EN LAS AMERICAS

RESOLUCION FINAL

La Conferencia Internacional de Organizaciones No-Gubernamentales sobre la Discriminación de los Pueblos Indígenas en las Américas -1977- reunió en el Palacio de las Naciones, Ginebra, a más de 250 delegados, observadores e invitados, entre el 20 y 23 de setiembre, incluyendo a representantes de más de 50 organizaciones internacionales no-gubernamentales.

Por primera vez participaron en la Conferencia, la más numerosa y crecida representación de las naciones y pueblos indígenas, desde el Norte hasta el extremo sur y desde el oesto aleste del continente americano. Incluyó representantes de más de 60 naciones y pueblos, de 15 países (Argentina, Bolivia, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatamala, Ecuador, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Surinam, Estados Unidos, Venezuela).

Es lamentable el hecho de que algunos delegados fueran presionados por sus gobiernos para que no asistieran a la Conferencia.

El Director de la Sección sobre Derechos Humanos de las Naciones Unidas, se dirigió a los participantes a nombre del Secretario General de las N.U. También adhirieron y participaron en la Conferencia, representantes de las Naciones Unidas, de la Organización Internacional del Trabajo y del UNESCO. Los participantes fueron recibidos por el representante del Consejo de Estado del Cantón de Ginebra. Observadores de 38 Estados miembros de las Naciones Unidas siguieron los acontecimientos de la Conferencia. La Conferencia era la cuarta de este tipo y fue organizada por el Sub-Comité de las Organizaciones No-Gubernamentales de las N.U. en Ginebra, sobre el Racismo, la Discriminación Racial, el Apartheid y la Descolonización, del Comité Especial de las ONG por los Derechos Humanos.

Las conferencias anteriores, todas organizadas por el Comité de las Naciones Unidas para combatir el Racismo y la Discriminacón Racial, FUERON en 1974, contra el Apartheid y el Colonialismo en Africa; en 1975, sobre la discriminación contra los trabajadores inmigrantes en Europa; en 1976, sobre la situación de los prisioneros políticos en Sud-Africa.

Losrepresentantes de los pueblos indígenas declararon ante la comunidad internacional como operan la discriminación, el genocidio y el etnocidio. La situación puede variar de país a país, pero las raíces son comunes: incluye la colonización brutal para abrir el camino al saqueo de sus tierras y recurs[illegible] naturales, dado que los intereses comerciales buscaban los beneficios maximos; la masacre de milliones de nativos dura[illegible] siglos y la contínua apropiación de sus tierras que les pri[illegible] de la posibilidad de desarrollar sus propios recursos y m[illegible] de vida; la negación de la autodeterminación de los pueb[illegible] naciones indígenas destruyendo su tradicional sistema de [illegible] valores y su estructura social y cultural. La evidencia

muestra que esta opresión continúa, el resultado está visible en la continua destrucción de las naciones indígenas.

Muchos participantes expresaron su apoyo y solidaridad con las naciones indígenas.

Tres comisiones trataron específicamente los aspectos legales, económicos, sociales y culturales de la discriminación y formularon recomendaciones para acciones en apoyo de los indígenas. Basada en esos informes la Conferencia estableció un programa de acción para ser realizado por las ONG de acuerdo a su área de influencia y sus posibilidades.

Programa de Acción: La Conferencia recomienda:

-Que el 12 de Octubre, denominado día del "descubrimiento" de América, se transforme en el Día Internacional de Solidaridad con los Pueblos Indígenas de las Américas.

-Presentar la documentación de la Conferencia al Secretario General de las N.U. y someter las conclusiones y recomendaciones de la Conferencia a los organismos correspondientes.

-Estudiar y fomentar la discusión de la Declaración de Principios por la Defensa de las Naciones y Pueblos Indígenas del Hemisferio Occidental, elaborada por los representantes de los pueblos indígenas.

-Tomar todas las medídas para apoyar y defender los participantes a la Conferencia que puedan ser perseguidos a su regreso.

-Comunicar al Comité Intergubernamental para Migraciones Europeas (CIME) las resoluciones de la Conferencia referente al contínuo establecimiento de inmigrantes en las tierras indígenas de América y presionar para que los recursos del CIME no sean usados en apoyo a tales inmigrantes, particularmente cuando provienen de régimenes racistas de Sud-América.

En el campo legal:

-Que instrumentos internacionales, particularmente la Convención 107 de la OIT, sean revisados para cambiar el énfasis que se pone en la integración como el medio más importante para encarar los problemas indígenas y también reforzar en dicha convención las medidas especiales en favor de los indígenas.

-Que las leyes y costumbres tradicionales indígenas, sean respetadas, incluyendo la jurisdicción de sus propios tribunales y procedimientos para aplicar sus leyes costumbres.

-Que la relación especial de los pueblos indígenas con la tierra debe ser entendida y reconocida como base de sus costumbres, tradiciones y cultura.

- Que debe reconocerse a todas las naciones indígenas el derecho de regreso a y control sobre las tierras, suficientes y apropiadas para que puedan vivir una vida económicamente viable conforme a sus propias costumbres y tradiciones y que haga posible su propio ritmo de desarollo. En algunos casos es completamente válido que obtengan áreas más extensas.

- Que la propiedad de la tierra por los indígenas, sea sin restricciones y incluya la propiedad y control de todos los recursos naturales. Las tierras, los derechos sobre la tierra y recursos naturales de los pueblos indígenas no deben ser expropiados y sus derechos sobre la tierra no deben ser abolidos sin su pleno consentimiento basado en la información total de la situación.

- Que los derechos de los indígenas sobre sus tierras comunales y su administración, de acuerdo con sus propias tradiciones y cultura deben ser reconocidos nacional e internacionalmente y totalmente protegidos por la ley.

- Que en casos de apropiación se debe proveer asistencia a los indígenas para que recuperen las tierras que ellos requieren.

- Que los servicios legales deben estar a disposición de las poblaciones indígenas para ayudar los en el establecimiento y mantenimiento de sus derechos sobre la tierra.

- Que todos los gobiernos reconozcan las organizaciones indígenas y que entran en negociacones con ellos para resolver los problemas de sus tierras.

- Que debe hacerse un llamado a todos los gobiernos del Hemisferio Occidental para ratificar y aplicar las siguientes convenciones:

(I) Covención sobre el Genocidio.
(II) Convención Antiesclavista.
(III) Convención sobre eliminación de todas las formas de Discriminación Racial.
(IV) Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales.
(V) Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos.
(VI) Convención Americana sobre Protección de los Derechos del Hombre.

En el campo económico:

- Que las ONG publicíten intensamente los resultados de es Conferencia con el objeto de movilizar apoyo y ayuda para los pueblos indígenas del Hemisferio Occidental en sus territorios.

- Que conferencias, seminarios y discusiones sean organizadas por las ONG, a través de cuerpos intergubernamentales en dos los niveles -regional, nacional, mundial-con la total pa cipación de los pueblos indígenas para mantener vivos los blemas que han sido tratados fundamentalmente en esta Conf io y escuchar nuevos testimonios que se presenten en el futu

- Promover el establecimiento de un grupo de trabajo supervisad por la Sub-Comisión de Prevención de la Discriminación y Protección de las Minorías de la Comisión de Derechos Humanos de las N.U.

- Solicitar al Comité Especial de las N.U. sobre la Descolonización, una audiencia sobre los asuntos elevados a esta Conferencia.

- Que el Comité de las N.U. sobre las Corporaciones Transnacionales conduzca una investigación sobre el rol de las corporaciones multinacionales en el saqueo y la explotación de las tierras indígenas y sus recursos en América.

En el campo social y cultural:

- Promover el respeto por la integridad social y cultural de los pueblos indígenas en América. Tal respeto debe ser particularmente promovido entre los gobiernos locales y nacionales y las organizaciones intergubernamentales apropiadas y está basado en las conclusiones enunciadas por el informe de la Comisión.

- Dar todo el apoyo posible, financiero y moral, al esfuerzo iniciado por los Indios Americanos en defensa de su sociedad y cultura, y en particular a los diversos Programas de Educación puestos en marcha por los Movimientos Indígenas. También se solicita la solidaridad para los prisioneros políticos y otras víctimas de la persecución en relación con su participación en tales movimientos indígenas.

Muchas otras proposiciones y recomendaciones han sido hechas por las Comisiones de la Conferencia. Se sugiere que sean estudiadas por las ONG para la formulación de posibles programas de acción.

La Conferencia solicita a los funcionarios del Sub-Comité sobre Racismo, Discriminación Racial, Apartheid y Descolonización, promover la puesta en vigor de las decisiones de la Conferencia y de recibir y hacer circular la información de las ONG acerca de la ejecución de esas decisiones.

20 - 23 de Setiembre de 1977
Ginebra - Suiza

APPENDICE 4

DECLARACION DE LOS PUEBLOS INDIGENAS.

CUARTO TRIBUNAL RUSSELL 1980.

El Cuarto Tribunal Russell, celebrado en Rotterdam en el año 1980, surgió como respuesta a una necesidad expresada en la Conferencia Internacional contra la Discriminación de Pueblos Indígenas del Hemisferio Oeste, realizada en Ginebra, Suiza, en el año 1977. La Conferencia de Ginebra demostró que ciertos Nación-Estados del Hemisferio Occidental practican graves violaciones de los derechos de los Pueblos Indígenas. Los Pueblos Indígenas representados en la conferencia, recomendaron que se formara un Tribunal para poder presentar casos y para escuchar testigos para informar al mundo sobre la naturaleza y el efecto de esos abusos.

Hemos sido testigos de las acusaciones dadas a conocer ante el Cuarto Tribunal Russell. Hemos escuchado hablar a nuestros hermanos y hermanas sobre ejecuciones masivas, secuestros, torturas, violaciones y asesinatos, cometidos y permitidos por los gobiernos de Nación-Estados, con actos políticos de terrorismo y opresión dirigidos contra Pueblos Indígenas, organizaciones y Naciones. Creemos que las acusaciones dadas a conocer ante el Tribunal proveen el testimonio mas elocuente de que los Nación-Estados han adoptado políticas nacionales de etnocidio y genocidio de Pueblos Indígenas, y que tales políticas son inaceptables para la conciencia de la humanidad. Nosotros condenamos el genocidio y etnocidio en todas sus formas.

Los pueblos indígenas sufren los abusos mas atroces de sus derechos. Los Nación-Estados han adoptado políticas nacionales destinadas a negar el derecho de aquellos pueblos para existir como pueblos distintos en el mundo, incluso el derecho de practicar su cultura, de hablar su lengua, de poseer pacíficamente su territorio nacional y su derecho a una identidad nacional. En casi todos los casos los Pueblos Indígenas sufren el desposeimiento ilegítimo de sus tierras por medio de políticas nacionales destinadas a negarles el derecho a sus tierras.

Las leyes municipales de muchos Nación-Estados no proveen justicia a los Pueblos Indígenas.

Las acusaciones y los testimonios de los Pueblos Indígenas en este Tribunal han afirmado que los Nación-Estados no son los únicos instrumentos de desposeimiento y genocidio. Ciertas organizaciones religiosas, especialmente misiones de denominaciones cristianas, cooperan con los gobie io en políticas tendientes a desposeer los pueblos y a destruir sus leng y otros elementos de su cultura.

Han sido dadas demostraciones concluyentes que tanto los intereses económicos de las clases dirigentes de los Nación-Estados como los intereses económicos de las clases dominantes de los países industrializados, representados por las actividades de corporaciones transnacionales, han funcionado como instrumentos para desposeer a los pueblos de sus tierras y de su libertad. Debido al poder de esos intereses económicos para determinar e influir sobre las políticas nacionales, se han oprimido pueblos enteros forzándolos a la esclavitud económica de las plantaciones, de las minas y de las fábricas de los opresores. Se ha expulsado poblaciones de sus tierras natales y se las ha forzado a vivir en pobreza y desesperanza en los márgenes de sus territorios legítimos, como desterrados en su propio país. Aquellas personas de nuestro pueblo que expresan oposición a las políticas que crean esas terribles condiciones, han sido sometidas a la represión brutal, a la persecución y a las discriminaciones, instrumentos a través de los cuales se niega a los indígenas su derecho de existir como pueblos distintos del mundo.

Nosotros, los Pueblos Indígenas aquí reunidos en el Cuarto Tribunal [illegible]ssell, apelamos a los pueblos del mundo para que desarrollen acciones [illegible]ra corregir esas tremendas injusticias. Reafirmamos nuestro mantenimiento de los principios expuestos en la Declaración de los Derechos de los Pueblos Indígenas del Hemisferio Occidental, adoptada por la Conferencia de Ginebra del año 1977 y exhortamos a los pueblos del mundo PARA hacer esfuerzos en apoyo de los derechos de los Pueblos Indígenas, por su existencia como pueblos distintos del mundo y por la condena del genocidio y del etnocidio.

[illegible]ntenemos el principio de que los Pueblos Indígenas tienen el derecho [illegible]e existir como pueblos distintos, y que tienen el derecho de poseer sus propios territorios y autodeterminación soberana. [illegible]pelamos a los pueblos del mundo para afirmar junto con nosotros que el genocidio y la expropiación de los Pueblos Indígenas es tema de justa preocupación de la comunidad mundial y tales asuntos implican un modelo elaborado de graves violaciones de los derechos de los Pueblos y Naciones Indígenas, bajo principios establecidos por la Ley Internacional, y que esa acción debe ser hecha por las organizaciones mundiales, y específicamente por las Naciones Unidas.

[illegible]inalmente, apelamos a personas de conciencia para que demanden, junto con nosotros, el reconocimiento de los Pueblos y Naciones [illegible]genas como miembros completos de la comunidad mundial de naciones [illegible]blos con derecho de representación y calidad de miembro en [illegible]nizaciones mundiales y en particular en las Naciones Unidas.

[illegible]sotros, los representantes Indígenas al Cuarto Tribunal Inter-[illegible]onal Russell 1980, resolvemos lo siguiente:

[illegible]OCIDIO

[illegible]ribunal denuncie la exterminación física que es realizada a través [illegible]resión de líderes indígenas, muchos de los cuales han sido [illegible], torturados, perseguidos, secuestrados y exilados.

[illegible]O

[illegible]unal denuncie la campaña de destrucción dirigida contra las [illegible]dígenas por medio de la negación de su cultura, de sus lenguas

y tradiciones como instrumento que usan los colonialistas occidentales en favor de las clases dirigentes de quienes son intermediarios.

3.) CORPORACIONES TRANSNACIONALES.

Que el Tribunal denuncie las corporaciones transnacionales que explotan nuestros recursos (minerales, petróleo, bosques, etc.), destruyendo a la vez la ecología de nuestros territorios y para lo cual confían en la complicidad de gobiernos y sus instrumentos de represión.

4) EMIGRACION DE RACISTAS BLANCOS.

Que el Tribunal denuncie a los gobiernos sudamericanos que desean recibir a los racistas rhodesianos en regiones con mayoría de población indígena, como en el caso de Bolivia, con la explícita intención de reforzar la dominación occidental.

5.) ESTERILIZACION.

Que el Tribunal denuncie las campañas de esterilización, directa e indirecta, contra las poblaciones indígenas, con la intención de impedir su crecimiento numérico, procurando evitar el aumento de su potencial de lucha y que amenacen los intereses económicos y políticos de las sociedades occidentales.

6) MISIONEROS.

Porque los Pueblos Indígenas tienen sus propias religiones tradicionales y por el hecho de que esas religiones son atacadas consecuentemente por las religiones occidentales, se recomienda en el futuro que el Tribunal atienda con sumo cuidado a programas conducidos por grupos misioneros de la Iglesia Católica Romana y de las iglesias protestantes y evangélicas por su complicidad evidente en los procesos genocidas efectuados contra los pueblos indígenas.

No Acusamos a los misioneros que han mostrado el coraje de ayudar a nuestro pueblo. Particularemente querríamos pedir al Tribunal que inmediatemente condene, y en el futuro investigue de modo completo las actividades de este gran peligro común: The Summer Institute of Linguistics.

7.DEFINICIONES Y LIMITES.

Condenamos todas los Nación-Estados como Canadá, que ha dividido a varios de nuestros pueblos mediante definiciones legislativas, a través de modos diferentes de establecimientos de tierras y fronteras impuestas, en violacion continua de los Artículos 10 y 12 de la "Declaración de Principios para la defensa de las Naciones y pueblos Indígenas del Hemisfero Occidental ,Conferencia de Ginebra, 1977.

En cuanto a la tragedia del genocidio, apreciamos la solidaridad de los organismos, Nación-Estados e instituciones que se identifican con nuestra causa, pero a la vez rechazamos las organizaciones que, con el pretexto de defender los derechos de los Pueblos Indígenas fomentan divisiones ayudando a grupos y organizaciones impulsados por intereses que no tienen base en nuestra propia historia.

8.) DECLARACION.

Que el Cuarto Tribunal Russel adopte la "Declaración de Principios para la Defensa de las Naciones y Pueblos Indígenas del Hemisferio Occidental" de 1977 y la subsiguiente "Declaración de los Pueblos Indígenas al Cuarto Tribunal Internacional Russell" de 1980.

9.) CONVENCION DE 1948.

Que el Cuarto Tribunal Russel tome en consideración la Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio" de 1948 en relación con las violaciones contra nuestros pueblos y naciones

10.)PROTECCION DE NUESTROS HERMANOS.

Que el Tribunal condene las actividades y empresas que están

destruyendo a nuestros hermanos, los cuadrúpedos terrestres, los alados del aire, los ocupantes de las aguas y las criaturas del fondo de los mares, incluyendo todas las otras formas de vida necesarias para su sobrevivencia y un ambiente limpio, saludable y renovable en el cual ellos puedan prosperar.

1.)BOLIVIA

Que el Cuarto Tribunal Russel condene la dictadura militar del general García y su Ministro del Interior, general Luis Arce Gomez, como responsables de la matanza llevada a cabo contra los mineros indios, las comunidades de campesinos y áreas marginales de las ciudades. Muchos de sus representantes han sido asesinados, encarcelados en Campos de concentración, secuestrados, perseguidos y exilados.

2.)GUATEMALA

Que el cuarto Tribunal Russel condene el gobierno del general Lucas García de Guatemala por la matanza continua y etnocidio de los Pueblos Indígenas, que forman la mayoría de la población.También que el Tribunal tenga que pedir el retiro inmediato de las tropas militares, que por el momento ocupan regiones extensas del país.

3.) EL SALVADOR

Que el Cuarto Tribunal Russel condene y repudie la junta militar de El Salvador, por su participación evidente en las matanzas numerosas de los Pueblos Indígenas en ese país, una táctica utilizada para conservar el privilegio de una minoría que despoja el país y oprime a la población.

4). CHILE

Que el Tribunal Russel repudia la Junta Militar de Chile por sus violaciones continuas de los derechos de la Nación Mapuche y la represión de parte de sus dirigentes desde el golpe militar de 1973. También la Ley etnocida 2568/78 que divide las comunidades Mapuche en pequeñas parcelas de tierra, destruyendo por lo tanto el concepto indígena de vida.

PROPUESTAS PARA ACTIVIDADES FUTURAS.

Proponemos crear mecanismos que den continuidad a este tribunal y sus resultados. La observación permanente de la continua divulgación en ensa así como la continua denuncia a los gobiernos acusados, o instituciones e individuos deben ser protegidos.

Por eso animamos a nuestros simpatizantes europeos para continuar en el futuro sus acciones.

Estas actividades propuestas para el futuro deberán garantizar controles continuos de esas situaciones transitorias y deben señalar el camino a medidas adecuadas de parte del apoyo de la Comunidad Europea.

Los representantes indigenas recomiendan que este trabajo sea puesto bajo la autoridad de un Gobierno Nacional Indigena, es decir, el Consejo de Jefes de la:

Liga de los Haudeenosaunee, en consulta con el
Consejo del Pacto Internacional Indio,
el Consejo Indio Sudamericano y otras
Corporaciones Tradicionales Indígenas.

forme del Cuarto Tribunal Russell

olumen 1 : Conclusiones (edición corregida)

uede pedir copias a DF 5,- (U.S. 2,50) franqueo excluida

o de Trabajo Proyecto Indio

O.Box 51322, 1007 EH Amsterdam, tel. 020-766.242
mgracht 90, 1015 TM Amsterdam, tel. 020-235.984
giro : Cuenta No. 4057800